



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**EDGAR BRAGA NETO**

**EMIGRAÇÃO CEARENSE ENTRE 1888 E 1915: SENTIDOS, CONTROLE E  
CONFIGURAÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES.**

**FORTALEZA**

**2012**

EDGAR BRAGA NETO

EMIGRAÇÃO CEARENSE ENTRE 1888 E 1915: SENTIDOS, CONTROLE E  
CONFIGURAÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alba Maria Pinho de Carvalho.

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- B793e Braga Neto, Edgar.  
Emigração cearense entre 1888 e 1915 : sentidos, controle e configuração social dos migrantes / Edgar Braga Neto. – 2012.  
170 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.  
Área de Concentração: Processos de trabalho, estado e transformações capitalistas.  
Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.
1. 1.Migração interna – Aspectos sociais – Ceará - 1888-1915. 2.Migração interna – Aspectos sociais – Brasil,Norte – 1888-1915. 3.Migração interna – Aspectos sociais – Brasil,Sul – 1888-1915.  
4.Ceará – População – 1888-1915. 5.Representações sociais – Ceará - 1888-1915. 6.Ceará – Política e governo – 1888-1915. 7.Secas – Ceará - 1888-1915. I. Título.

EDGAR BRAGA NETO

EMIGRAÇÃO CEARENSE ENTRE 1888 E 1915: SENTIDOS, CONTROLE E  
CONFIGURAÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES.

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal do Ceará – UFC,  
como pré-requisito para obtenção do  
grau de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Jawdat Abul-el-Haj  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adelita Neto Carleial  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos emigrantes cearenses. Heróis sem lenço,  
nem monumento.

## AGRADECIMENTOS

A nossos pais, *Antonio Carlos* e *Maria Salete*, a nosso irmão, *David*, e a nossos sobrinhos, *Gabriel* e *Eduarda*, pelo apoio constante e por entenderem nossa ausência do convívio familiar.

À doutora *Alba Maria Pinho de Carvalho*, pela paciência de orientar esta pesquisa e por acreditar em nosso trabalho.

A todos os professores do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), por nos ajudarem a refletir sobre as sociedades humanas.

A nossos colegas do Mestrado em Sociologia da UFC, por demonstrarem que o ato de estudar deve ser coletivo.

A nossos colegas do curso de História da UFC, pela confiança irrestrita no desenvolvimento de nossa pesquisa.

À professora *Edilene Toledo*, pelo amor que dedica ao ensino de história.

A nossos alunos, pelos eternos ensinamentos.

Ao professor *André Frota de Oliveira*, por nos indicar importantes documentos referentes aos emigrantes cearenses, pelas críticas à nossa pesquisa histórica e pelos dias agradáveis que nos proporcionou no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

A todos os funcionários do Instituto do Ceará, APEC, Academia Cearense de Letras (ACL), Biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (BDNOCS) e Biblioteca Pública Menezes Pimentel, em especial às bibliotecárias *Anésia* e *Elza*, do DNOCS.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação em Sociologia, *Aimberé* e *Socorro*, pelo carinho e atenção dada aos alunos.

Aos amigos, *Jucila*, *Carlos Alberto*, *Cleriston*, *Emanuela*, *Juliana*, *Carlos Avelar*, *Giomario*, *Juliana Justa*, *Andréa Feitosa* e *Andréia Nikokavouras*.

E a CAPES, pela bolsa concedida durante os 24 meses do mestrado acadêmico.

“Serra da Boa Esperança, esperança que encerra/ No coração do Brasil um punhado de terra/ No coração de quem vai, no coração de quem vem/ Serra da Boa Esperança meu último bem/ Parto levando saudades, saudades deixando/ Murchas caídas na serra lá perto de Deus/ Oh minha serra eis a hora do adeus vou-me embora/ Deixo a luz do olhar no teu luar/ Adeus/ Levo na minha cantiga a imagem da serra/ Sei que Jesus não castiga o poeta que erra/ Nós os poetas erramos, porque rimamos também/ Os nossos olhos nos olhos de alguém que não vem/ Serra da Boa Esperança não tenhas receio/ Hei de guardar tua imagem com a graça de Deus/ Oh minha serra eis a hora do adeus vou-me embora/ Deixa a luz do olhar no teu luar/ Adeus.”

(Serra da Boa Esperança – samba-canção de Lamartine Babo).

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma crítica da emigração cearense, a partir dos sentidos e dos significados que foram atribuídos a esta emigração e a seus emigrantes pelo Governo e pela sociedade. O objeto de estudo, circunscrito no final do século XIX e começo do século XX, mais precisamente, entre 1888 e 1915, período este de intensa emigração para o Sul e para os Estados ocidentais do Norte, exigiu uma pesquisa histórico-sociológica com consultas de fontes históricas, pesquisa em documentos com registros e narrativas relativas ao fenômeno no período em estudo. É através, portanto, da “interpenetração mútua” entre história e sociologia que buscamos problematizar os sentidos e significados atribuídos à emigração de cearenses, adentrando nas formas de controle social organizadas pelo poder público para encerrar com esse deslocamento populacional. Para tanto, a categoria de configuração social, na formulação do sociólogo alemão Norbert Elias, propiciou-nos o suporte teórico necessário para a contextualização deste campo investigativo. Desta forma, construímos uma crítica sociológica sobre esse processo histórico da emigração cearense, resgatando dimensões-chaves do objeto de estudo: sentidos e significados presentes nos diferentes veículos comunicativos da época; vias explicativas sobre o fenômeno da emigração; quantificação de emigrantes que saíram nesse período histórico; e política de controle social que foi adotada pelo poder público para fixar a população do Ceará. Portanto, a crítica da emigração cearense, construída a partir das tessituras teóricas metodológicas entre história e sociologia, viabilizou condições para perceber e discutir determinadas questões a abrir vias analíticas, cabendo destacar: a emigração de cearenses para o Sul não foi adequadamente configurada devido ao redimensionamento dado ao imigrantismo europeu e asiático; as oligarquias agrárias do país disputaram a mão de obra dos cearenses; o conceito de retirante é insuficiente para representar as frações do grupo social dos migrantes; e o fenômeno do nomadismo não tem relação com a emigração cearense. A rigor, estruturamos esta crítica da emigração cearense, tendo como fio condutor a tensão entre os diferentes sentidos e significados socialmente produzidos para o entendimento desse fenômeno no curso da história cearense.

**Palavras-chave:** Emigração. Configuração social. Sentidos. Significados. Controle social. Seca.

## ABSTRACT

This work aims to make a critique of the *cearense* emigration from the senses and meanings that were attributed to this emigration and emigrants by the Government and society. The object of study, limited in the late nineteenth and early twentieth century, more precisely, between 1888 and 1915, a period of intense emigration to the South and to the western states of the North, demanded a historical – sociological research in documents with records and narratives related to the phenomenon in the period under study. It is through the so called “mutual interpenetration” between history and sociology that we seek to problematize the senses and meanings attributed to the *cearense* emigration, giving attention to the forms of social control organized by the Government to terminate with populacional displacement. This way, the category of social configuration, in the formulation of the German sociologist Norbert Elias, led us the necessary theoretical support for the contextualization of this investigate field. Therefore, we built a sociological criticism about this historical process of the *cearense* emigration, rescuing Key dimensions of the object of study: senses and meanings present in the different communicative vehicles of the epoch; explicit process about the phenomenon of emigration; quantification of emigrations who left during this historical period; and policy of social control that was adopted by the Government to secure the population of Ceará. For that reason, consequently, the criticism of the *cearense* emigration developed from theoretical and methodological *tessituras* between history and sociology, has made room to perceive and discuss certain issues to open analytical processes, for example: the emigration to the South of *cearense* people was not configured properly due to resizing of European and Asiatic *imigrantismo*; agrarian oligarchies of the country competed for the *cearense* work force; the concept of *retirante* is insufficient to represent the fractions of the social group of migrants, and the phenomenon of nomadism has no relation with the emigration *cearense* people. In fact, we designed this critical work of the *cearense* emigration, taking into consideration the tension between the different senses and meanings socially produced for understanding of this phenomenon in the course of the history of Ceará.

**Key words:** Emigration. Social configuration. Senses. Meanings. Social control. Drought.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>Circunscrevendo o campo investigativo: a emigração cearense (1888-1915) em questão</b> .....	10
<b>Em busca de sentidos e significados da migração cearense na configuração social do final do século XIX e começo do século XX: demarcando vias teóricas de estudo</b> .....	14
<b>Percursos metodológicos: tessituras entre história e sociologia</b> .....	16
<b>Delineamentos básicos na investigação dos processos de migração cearense: marcos, balizas e referências sócio – históricas</b> .....	21
<b>A dinâmica expositiva na construção da dissertação</b> .....	25
<b>1. A EMIGRAÇÃO CEARENSE: SENTIDOS ATRIBUÍDOS NOS DISCURSOS DO ESTADO E DA SOCIEDADE</b> .....	30
<b>1.1. A tensão entre a “vida fácil do Ceará” e o “cativeiro humilhante” da Amazônia</b> .....	30
<b>1.2. Configuração social dos emigrantes cearenses</b> .....	46
<b>1.3. O conceito de retirante e seus sentidos</b> .....	58
<b>2. A EMIGRAÇÃO CEARENSE: VIAS EXPLICATIVAS</b> .....	70
<b>2.1. As populações do Norte do Brasil sob a ótica do racismo científico e do determinismo geográfico</b> .....	70
<b>2.2. Causas da emigração cearense nos “rearranjos teóricos” de Rodolfo Teófilo, Antonio Bezerra de Menezes e Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa</b> .....	76
<b>2.3. Os limites teóricos do fenômeno do nomadismo</b> .....	84
<b>3. ESTADO E MIGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS DO GOVERNO PARA CONTER A EMIGRAÇÃO</b> .....	97
<b>3.1. O problema da mão de obra</b> .....	97

<b>3.2. Impostos para diminuir a migração e serviço de imigração para “repovoar” o Ceará.....</b>	<b>108</b>
<b>3.3. Disputas entre a oligarquia paulista e a oligarquia cearense pela mão de obra dos retirantes.....</b>	<b>114</b>
<b>4. MECANISMOS OFICIAIS DE CONTROLE SOCIAL DOS MIGRANTES DURANTE A SECA DE 1915.....</b>	<b>128</b>
<b>4.1. A organização da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e seus efeitos.....</b>	<b>128</b>
<b>4.2. O controle social na seca de 1915.....</b>	<b>141</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>160</b>

## INTRODUÇÃO

“Nos dois campos [nas investigações históricas e na investigação sociológica], os pesquisadores não podem continuar seus trabalhos, permanecendo atolados no pântano das incertezas, caso apliquem sobre a época a ser pesquisada, sem uma postura crítica, as avaliações ideológicas, políticas e religiosas de sua própria sociedade, como se esses valores fossem óbvios – em vez de visarem, já na própria escolha e orientação dos problemas, não só as vinculações específicas, mas também, e especialmente, as escalas de valor específicas dos agrupamentos humanos que são pesquisados” (ELIAS, 2001, p. 53).

### **Circunscrevendo o campo investigativo: a emigração cearense (1888-1915) em questão**

Está na constante migração de trabalhadores uma das características do final do século XIX e começo do século XX. A divisão social do trabalho, juntamente com o desenvolvimento da navegação a vapor, reorganiza as populações, trazendo, principalmente, milhares de europeus ao continente americano. O destino mais procurado são os Estados Unidos da América, devido à sua potente economia. A América do Sul também se transforma num importante destino para os trabalhadores europeus, porém essa atração se deve mais às políticas de incentivo de seus Governos. O Brasil, inserido na divisão social do trabalho como fornecedor de matérias-primas, recebe grande fluxo de imigrantes para a grande lavoura, e enfrenta constantes deslocamentos internos, sobretudo os de escravos e trabalhadores livres do Norte para o Sul do país. Inserida neste contexto de grandes migrações está a emigração cearense, que se inicia na década de 70 do século XIX e torna-se prática cultural de grande relevância social na história do Ceará. Neste trabalho, temos como objetivo a crítica da emigração cearense, a partir de seus significados e sentidos, do controle social organizado para contê-la e da configuração social dos migrantes, tendo como recorte temporal o período que vai de 1888 a 1915.

Esta emigração, em sua maioria, partia dos portos do litoral da Província do Ceará, que, nesta época, era considerada pertencente à região Norte do país. Pois, em fins do século XIX e começo do século XX, o Brasil só tinha duas regiões: Norte e Sul. O Norte compreendia os setes Estados do que hoje conhecemos como região Norte, mais o Nordeste.

E o Sul era o que hoje consideramos Sul, acrescido do Sudeste e Centro-Oeste<sup>1</sup>. À época, a configuração denominada de Sul era a região mais potente economicamente, a qual concentrava todos os investimentos, sejam eles externos e internos, devido, sobretudo, à exportação do café, produto que aos poucos vai se tornando um importante item na mesa dos europeus e estadunidenses. O Norte está em decadência econômica: o açúcar já não dava os lucros de antes, e o algodão, depois da Guerra Civil dos EUA, também não conseguia mais alcançar o espaço que conquistou no mercado mundial. Assim, os donos de engenho e os criadores de gado da região Norte tiveram que vender seus escravos para os fazendeiros do Sul que, não satisfeitos em decorrência do crescimento das exportações, ainda queriam a oferta de trabalhadores livres do Norte.

Com o advento da República, em 1889, as oligarquias agrárias tornam-se a classe mais importante do país. E, dentre elas, sobressai a oligarquia cafeeira que vai dominar o Estado brasileiro, por todo o período conhecido como República Velha (1889-1930). Carone (1977, p. 06) afirma, assim, esse domínio da oligarquia cafeeira:

O café [...] condiciona um sistema de trabalho e, conseqüentemente, de capitalização bem mais complexos [do que a borracha e o açúcar]. Existe uma intensificação destes fatores, devido à contínua ascensão do produto, o que leva a classe empresarial do café dinamizar o processo de imigração. Iniciativa e renovação são as constantes do regime republicano, dominado, financeira e politicamente, pela classe cafeeicultora. Não é preciso dizer que uma parte do comércio exportador e do sistema bancário e industrial também estão ligados àquela atividade.

Desse modo, as oligarquias do Norte vão assistir, mas não de braços cruzados, à venda de seus bens para o potente Sul, que, além disso, quer lhes tirar a oferta de braços livres, aproveitando-se das secas do Norte, para transferir os retirantes para as fazendas de café, por meio do pagamento de passagens nos navios a vapor, o que, sem dúvida, foi um grande impulso para a emigração cearense.

Assim, o sistema federativo da República não conseguiu equilibrar as desigualdades regionais, colocar freios à ganância da classe cafeeicultora, sobretudo a dos paulistas. Nas palavras de Raymundo Faoro:

---

<sup>1</sup> Optamos por trabalhar com essa definição para não contradizermos as fontes históricas, ou melhor, o espírito de uma época.

[...] os paulistas não pretendiam dominar pela mera ascendência do seu Estado, senão pelo controle da União, que, para isso, deveria ter alguma força, não ao ponto de anular a unidade federada, nem tão insignificante que não pudesse servir de instrumento para o domínio sobre o norte (FAORO, 2008, p. 531).

Na condição de segmento oligárquico dominante que instrumentaliza o Estado brasileiro, a classe cafeicultora impõe leis ao Norte, veta empréstimos bancários para esta região e a exclui do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1878. A rigor, os cafeicultores do Sul querem retirar à força a população atingida pelas constantes estiagens no Norte, transformando os socorros públicos da União em passagens subsidiadas para o Sul, rico, mas carente de mão de obra para fazer frente à expansão agrícola na economia desta região. Nesse sentido, agia o ministro do Império, Antonio Ferreira Viana, ajudando, assim, a despovoar as Províncias do Norte, sobretudo a do Ceará:

Confirmando meu telegramma de 29 do corrente mez recomendo a V. Exc. a expedição das ordens necessárias afim de que os vapores fretados para transporte de retirantes, e que tiverem calado para entrar nos portos aonde lhe conste a existência de indigentes flagelados pela sêcca, façam escala por aquella e outras províncias, declarando-se aos respectivos commandantes que recebam numero de passageiros superior a lotação e munição de bordo.<sup>2</sup>

No final do século XIX, vivencia-se uma disputa pela mão de obra dos atingidos pelas secas – os classificados como “retirantes”, no discurso dominante – entre o Sul cafeicultor, em sua posição de domínio; os Estados ocidentais do Norte, tais como Amazonas e Pará, envolvidos com a economia da borracha que demanda trabalhadores para a extração do látex; e as oligarquias do Ceará, que não querem perder sua oferta de mão de obra. Assim, essa emigração é composta basicamente de dois fluxos migratórios: o do Sul, ou para os Estados exportadores de café: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; e o do Norte, ou para o Norte ocidental, na saga da borracha.

Cabe demarcar que, nesse momento histórico, o Sul e os Estados ocidentais do Norte estão passando por importantes ciclos econômicos, enfrentando o problema da falta de mão de obra para mantê-los por causa do abolicionismo – que os paulistas não pretendem entrar – e das dificuldades de se trabalhar na floresta Amazônica. Desta forma, os grupos ou

---

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Ofício nº 430 do Ministério dos Negócios do Império, em 30 de janeiro de 1889. É preciso dizer que, neste trabalho, vamos manter a escrita da época nas fontes históricas. Portanto, a diferente grafia citada trata-se da forma como eram escritas as palavras de nosso léxico no final do século XIX e começo do século XX.

as classes sociais envolvidas nesses ciclos econômicos percebem a Província do Ceará como um local privilegiado para angariar mão de obra, pois, além de possuir um contingente populacional relativamente amplo, esta população, à época, sofria constantemente com as estiagens. O Ceará torna-se, desse modo, um centro de grande disponibilidade de mão de obra. E, assim, o Sul cafeeiro e o Norte da borracha enviavam seus agenciadores para retirar os cearenses da terra das secas.

Com efeito, os emigrantes cearenses são os sertanejos pobres. Sabe-se da pobreza e do abandono dos sertanejos nesse período. De fato, esta situação não foi modificada com a transição do Império para a República:

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros (COSTA, 2010, p. 492).

Com a retirada da obrigação do Estado de promover os socorros públicos na constituição liberal de 1891, pode-se dizer até que a instauração da República agravou ainda mais a situação dos trabalhadores rurais que estavam localizados nas Províncias do Norte, sujeitas às secas periódicas e, portanto, dependentes dos socorros públicos<sup>3</sup>. No Ceará, estes trabalhadores eram dirigidos por uma oligarquia que promovia o liberalismo e que, por conseguinte, não tomava nenhuma atitude para modificar as duras condições de vida no sertão cearense. Portanto, eram eles – os trabalhadores rurais cearenses, os chamados retirantes da seca – que lotavam os navios com destino à extração da borracha e à colheita de café.

Não se sabe ao certo quantos cearenses emigraram nesse período. Celso Furtado diz que, só para a extração da Amazônia, 500 mil nordestinos se destacaram até 1910 (FURTADO, 1987, p. 202). O historiador cearense Joaquim Alves afirma que saíram do Ceará, de 1869 a 1899, 300.902 pessoas. (ALVES, 2003, p. 342) Embora o número preciso de emigrantes tenha ficado perdido na história, sabe-se, no entanto, que a emigração cearense foi de grandes proporções e que a ela foram atribuídas inúmeras causas e consequências.

---

<sup>3</sup> Sobre a retirada deste dispositivo na constituição de 1891, ver Carvalho (1987, p. 45).

## **Em busca de sentidos e significados da migração cearense na configuração social do final do século XIX e começo do século XX: demarcando vias teóricas de estudo**

Para investigar os impulsores e os efeitos da migração cearense no final do século XIX, em meio à disputa entre Sul e Norte, um dos conceitos sociológicos que mais fundamenta nossas reflexões é o de *configuração social*, de Norbert Elias. Para Elias (1994a, p. 249, grifos nossos), *configuração social* assim se define:

[...] uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes [...] não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um 'sistema' ou 'totalidade' para além dos indivíduos, mas a *rede de interdependência por eles formada*.

Desse modo, é a partir das redes sociais dos cearenses, que se deslocaram pelo interior do país, que vamos investigar as motivações e os diferentes sentidos atribuídos à emigração, e, também, o processo de controle social organizado pelo poder público para diminuir esses deslocamentos. É justamente neste foco que incide o nosso eixo de estudo.

É, portanto, na extensão das correias transmissoras das redes sociais dos cearenses que não emigram, mas que têm possibilidades de migrar por causa dos deslocamentos de amigos ou parentes para Amazônia e para o Sul, ou na destruição dessas redes que compõem a sociedade no período tumultuado das grandes secas, ou, ainda, num momento não de destruição, porém de enfraquecimento dos laços sociais, devido ao enredamento dos latifundiários ao sistema do capital, que vamos circunscrever a *configuração social* desse período de intensa emigração, desvendando sentidos atribuídos a essa emigração pelo Estado e pela sociedade, bem como os processos de controle social para fixar essa população. Nesta direção analítica, o conceito de configuração social de Elias permitiu que pudéssemos relacionar a migração cearense com a complexa conjuntura que se redesenhava na história do Brasil, cujas manifestações mais prementes foram a transição do Império para a República, a abolição da escravatura, o desenvolvimento econômico capitaneado pela exportação do café e da borracha e a institucionalização do combate às secas, com o intuito de controlar os trabalhadores cearenses que precisavam de proteção social para se manter no Ceará.

Embora esses acontecimentos se apresentem à primeira vista como distantes de qualquer tipo de relação com a emigração cearense pode-se dizer que todos eles integram o

conjunto de elementos condicionantes que participaram da consolidação dos fluxos migratórios que partiam da Província do Ceará. A exceção fica por conta dos processos de sistematização do combate à seca, que vieram, justamente, para barrar a emigração cearense. Assim, tais acontecimentos, como marcos históricos na formação social brasileira, foram responsáveis pela produção de uma *configuração social* favorável à emigração de cearenses. A sistematização do combate à seca é uma exceção, porque, em vez de ser favorável à migração, surgiu para combatê-la, o que não deixa de se relacionar com os deslocamentos, só que em sentido contrário. Portanto, a metáfora das redes de interdependência de Norbert Elias é extremamente fecunda, pois a partir dela podemos entender a emigração cearense como desdobramento da *construção, destruição e extensão* das redes sociais. Em outras palavras, percebemos esse deslocamento populacional como resultante do entrelaçamento de fenômenos interdependentes a constituir um tempo histórico. E, assim, podemos submeter ao foco da crítica as interpretações vigentes nos discursos da época, tais como a do racismo científico, que apregoava que essa migração era resultado da mestiçagem dos cearenses; e a do determinismo geográfico, que defendia que ela era produto apenas do clima semiárido do Ceará.

Todavia, o exercício da imaginação sociológica na construção e desvendamento do objeto investigativo, tendo Elias em sua análise de configuração social como condutor principal, não fica restrito a esta categoria analítica. No exercício de entender como ele trabalhava com a configuração social em suas diferentes pesquisas, descobrimos uma mina de *insights* sociológicos para trabalhar nosso objeto, permitindo-nos ver a emigração cearense permeada por diversas questões que circunscrevem esse fenômeno social na sua complexidade. Senão, vejamos: a relação entre indivíduo e sociedade, nas propagandas criadas pelo Governo do Ceará para combater a emigração, sobretudo no tocante aos interesses que estão por trás das “valorações diametralmente opostas do ‘indivíduo’ e da sociedade” (ELIAS, 1994b, p. 73 e ss.); a interdependência dos valores sociais, na pressão social exercida pelos emigrantes aos cearenses que não migraram, principalmente por aqueles poucos que conseguiram ascender socialmente (ELIAS, 2001, p. 94); e a crítica ao aparato social que os grupos socialmente dominantes e superiores utilizam para manter sua dominação em relação aos socialmente inferiores, encarnados pelo trabalhador livre nacional (ELIAS, 2000, p. 131). É no âmbito dessas questões que exploramos a temática da emigração cearense, enfocando as classificações negativas que eram atribuídas ao migrante e ao trabalhador livre nacional pelas elites brasileiras e discutindo as disputas entre as oligarquias

pelos trabalhadores cearenses, bem como os mecanismos oficiais de controle para enfrentar os processos migratórios.

### **Percursos metodológicos: tessituras entre história e sociologia**

Somos interpelados pelo objeto que circunscrevemos ao longo dos percursos de estudo, qual seja: a emigração cearense, do período de 1888-1915, na visão do Estado e da sociedade, enfocando sentidos e significados e os processos de controle social urdidos pelo Governo do Estado do Ceará e pela sociedade para fazer cessar ou diminuir a intensidade dos fluxos migratórios para o Sul e para os Estados ocidentais do Norte. Foram as fontes históricas pesquisadas que nos permitiram delimitar esse objeto de estudo. Assim, os Governos e as sociedades, dos quais falamos neste trabalho, não são elementos de pura abstração, mas estão representados pelas notícias de jornais, revistas, mensagens de Governo e romances da época.

Na busca de desvendamento do objeto investigativo assim circunscrito, fomos construindo um estudo sociológico com interfaces com a história. Ao longo de todo o percurso analítico, estabelecemos a relação entre investigação sociológica e investigação histórica, fazendo uma pesquisa histórico-sociológica da emigração cearense, construindo uma crítica sociológica de processos históricos do passado. Embora os puristas, em sua visão reducionista, pensem que todo estudo que remete ao passado é eminentemente histórico, sabe-se que a sociologia assume o trabalho analítico do tempo passado, estabelecendo nexos entre relações sociais e ações humanas, iluminando o campo social recoberto pelos processos históricos. Hoje, sem dúvida, a história caminha com a sociologia: a sociologia não pode dispensar a história nos seus percursos analíticos e a história exige o olhar sociológico para conferir sentidos e significados aos processos, fenômenos, mecanismos e redes sociais que se constituem na tessitura da própria história de uma dada formação social nos espaços e tempos específicos. Em nosso estudo, de caráter histórico-sociológico, trabalhamos a emigração de cearenses, articulando bases teóricas da sociologia com os métodos históricos para compreender esse fenômeno da migração que marca o final do século XIX e início do século XX no cenário cearense.

Assim, nossa pesquisa se insere na atual tendência dos estudos migratórios, pois ela busca constantemente a interdisciplinaridade, sobretudo no diálogo entre essas duas disciplinas:

O que é mais recente [...] na produção brasileira [...] é a discussão sobre a temática procurando um diálogo interdisciplinar que tem colaborado, especialmente, para problematizá-la, permitindo visualizar a complexidade da migração, que envolve duas sociedades como referência, em sua totalidade (DEMARTINI; TRUZZI, 2005, p. 07).

Seguindo trilhas analíticas de Elias, as noções de figuração, interdependência e equilíbrio das tensões foram fundamentais para que percebêssemos as mudanças e alterações nas configurações sociais vigentes no Ceará no final do século XIX.<sup>4</sup> Sem esta fundamentação sociológica, dificilmente teríamos visto as migrações no contexto que as circunscreve, em meio às secas do semiárido cearense. Dessa forma, a sociologia de Elias nos deu possibilidades para compreender as relações, os fluxos e as rupturas sociais que pareciam imperceptíveis nas fontes históricas e na historiografia. Os relatos historiográficos oferecem um precioso material sobre os processos sociais do Ceará no final do século XIX e início do século XX que precisa ser trabalhado à luz de determinadas vias analíticas que a teoria sociológica disponibiliza para ser movimentada nos processos investigativos. De fato, em nossa pesquisa documental, em diferentes fontes, deparamo-nos com fluxos e rupturas sociais que marcaram a sociedade cearense, fazendo emergir os emigrantes como figuras de destaque em uma época.

Desse modo, ao longo desse trabalho seguimos Elias na sua busca incessante de uma “reorientação comum” da história e da sociologia. Trazer, pois, para a história a dimensão sociológica e, para sociologia, a dimensão histórica. Este foi o nosso esforço permanente, tendo como princípio as orientações do sociólogo alemão. Neste sentido, tomamos como referência uma crítica de Elias (2001, p. 51-52) a determinados padrões de estudos históricos e sociológicos:

A maneira pela qual certos historiadores concebem seu trabalho leva a pensar que eles se ocupam exclusivamente de indivíduos e, muitas vezes, aliás, de indivíduos sem figuração, de homens que são totalmente independentes uns dos outros, em

---

<sup>4</sup> Estas noções são trabalhadas por Elias em suas obras, notadamente nos dois volumes de *O processo civilizador* (1993, 1994).

todos os sentidos. A maneira pela qual certos sociólogos concebem seu trabalho leva a pensar que eles se ocupam exclusivamente de figurações, e de figurações sem indivíduos, de sociedades ou “sistemas” que são totalmente independentes dos homens singulares, em todos os sentidos.

Assim, através da construção das mediações entre história e sociologia, procuramos evitar, em um processo permanente de vigilância epistemológica, a abordagem histórica sem o cenário social, ou melhor, sem a devida configuração social, e a abordagem sociológica, perdida nos sistemas e estruturas, sem dar visibilidade aos sujeitos. Neste sentido, são emblemáticas duas elaborações por nós trabalhadas ao longo do texto: a primeira é a crítica apresentada no capítulo 2 às generalizações sociológicas em relação ao nomadismo dos trabalhadores livres, desconsiderando as particularidades históricas dos diferentes trabalhadores em distintas regiões do país. A segunda está na crítica, desenvolvida no capítulo 1, ao conceito de retirante, utilizado de forma recorrente pelos historiadores para nomear os migrantes de modo geral, descontextualizando os fenômenos migratórios.

Então, a partir das reflexões de Elias sobre a relação entre história e sociologia, sobretudo as que estão consubstanciadas em *A sociedade de corte* (2001), podemos ver o migrante cearense não mais como um indivíduo “isolado”, “autocentrado”, “um sistema fechado”, e, sim, como um “sistema aberto”, para as interdependências sociais. Dessa forma, percebemos que este personagem do final do século XIX e início do século XX mantém ramificações de sua rede social com os cafeicultores paulistas, já que estes lhe pagam a passagem de navio para trabalhar nos cafezais, que, à época, enfrentam uma grande falta de mão de obra no contexto da abolição da escravatura. E, também, cabe destacar a rede social que este sujeito, migrante cearense, estabelece com os paroaras para trabalhar na extração da borracha amazônica<sup>5</sup>. São duas redes sociais que perpassam o contexto de migração cearense entre 1888 e 1915 e que se constituem nos ciclos de expansão da economia brasileira nas rotas do café e da borracha.

Embora Elias identifique os problemas da história e da sociologia, ele dá mais atenção às falhas da pesquisa histórica. Para ele, então, a história se preocupa demasiadamente com o indivíduo, com os grandes vultos da história, que ela insere num

---

<sup>5</sup> Para Rodolfo Teófilo (1974, p. 103), paroara é o cearense que emigra para a Amazônia e volta depois ao Ceará. Já para Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1959, p. 53), paroara é o natural do Pará; nordestino que vive na Amazônia; agenciador de trabalhadores para os seringais da Amazônia. O mesmo que parauara. Aqui tomamos paroara como o cearense que emigra para Amazônia e volta ao Ceará como agenciador de trabalhadores para os seringais amazônicos.

plano vazio, sem figuração social; assim, tal abordagem histórica precisa definir melhor o papel e a estrutura do fenômeno social e necessita criar nexos entre as cadeias de acontecimento, sem relacioná-los com “as polêmicas extracientíficas de sua época”.

Todavia, é preciso considerar que essas críticas foram feitas na década de 30 do século XX. De fato, é este um período em que a história só privilegiava, de forma quase exclusiva, a ação de grandes estadistas, heróis e militares. Ainda não tínhamos os *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre e a história social inglesa, que inverteram completamente a orientação historiográfica<sup>6</sup>. Diante dessa transformação, os historiadores passaram a dar ênfase à mentalidade dos povos, resgatando os pobres, os inviabilizados, como sujeitos históricos, trabalhando recortes temporais de longa duração. Então, cabe questionar se as referidas críticas de Elias perdem o sentido, já que a história não se identifica mais com os grandes vultos e já que ela se integrou cada vez mais à sociologia e à antropologia? Roger Chartier (*apud* ELIAS, 2001, p. 25) nos responde esta questão da seguinte forma:

É claro que não, e por duas razões. Em uma época em que a história reduziu as dimensões de seus campos de estudo, privilegiando a monografia, o estudo de caso ou a ‘micro-história’, eles [os livros de Elias] lembram [...] que certas evoluções fundamentais são compreendidas apenas em ampla escala, na longa duração da sucessão das formações sociais e das transformações das estruturas psicológicas. E em uma época em que a história fragmentou suas abordagens, fechou seus objetos, a obra de Elias salienta o risco de um tal despedaçamento colocando como problema essencial o vínculo existente com as formas sociais, os habitus psíquicos, as produções estéticas.

Desse modo, as críticas de Elias, embora feitas nas primeiras décadas do século XX, mantêm sua fecundidade para as pesquisas historiográficas. O que é preciso frisar é que pouco se produzirá de realmente significativo no campo das ciências humanas se os historiadores e os sociólogos se fecharem em suas disciplinas, como se trabalhassem com fenômenos totalmente diferentes. É preciso buscar essa “reorientação comum” que defende Elias, ou a “interpenetração mútua” de que fala o historiador inglês Edward P. Thompson. Nesse sentido de mútua interpenetração histórica/sociologia, Thompson (2001, p. 91) assim se expressa:

Por meio dela [da interpenetração mútua], o historiador encontra novos problemas para pesquisa na produção sociológica contemporânea, ou novos modos de abraçar

<sup>6</sup> Sobre esta inversão da orientação historiográfica, ver Burke (1997); Hobsbawm (1998).

velhos problemas. Prossegue, ainda, sua pesquisa com uma concepção simultaneamente fertilizada por conceitos sociológicos e arredia diante de categorias sociológicas, obtendo, enfim, resultados que (espera-se) possam, por sua vez, adicionar uma dimensão histórica à teoria sociológica.

Portanto, trabalhar conjuntamente essas duas disciplinas não significa que elas vão perder sua especificidade. Pelo contrário, suas fronteiras continuarão, mas não tão rígidas, como um muro ou uma cortina de ferro, e, sim, como fronteiras naturais, flexíveis, tais como um rio que muda seu leito, ou uma duna que desaparece para renascer noutra local. É, nesse sentido, que é preciso integrá-las cada vez mais para que as lacunas de uma disciplina sejam suplantadas pelos aportes da outra. Dessa forma, os historiadores e os sociólogos precisam construir mediações, viabilizando uma perspectiva interdisciplinar que permita perceber o fenômeno social como um processo histórico e o fenômeno histórico como encarnação de processos sociais.

Foi a partir deste trabalho de “reorientação comum” ou de “interpenetração mútua” entre a história e a sociologia que encaminhamos nossa pesquisa. Esse trabalho de integração nos foi extremamente relevante, pois a migração como objeto investigativo, nas palavras de Sayad (1998), está acoplada a uma série de outros objetos ou problemas e, assim, podemos desvendá-los, resgatando configurações, fluxos e aproveitando a potencialidade das teorias e métodos investigativos, mais precisamente do habitus científico dessas duas disciplinas para trabalhar nosso eixo de estudo: sentidos da emigração cearense atribuídos pela sociedade e pelo Estado, enfocando formas de controle social do Governo para fazer cessar os fluxos migratórios nas rotas do café e da borracha.

É, portanto, através dessa relação entre história e sociologia que entendemos ser necessário voltar ao passado para entender por que a migração se inseriu como prática cultural no cotidiano dos cearenses. Para tanto, é fundamental – como ensina Elias – subordinar nossas escalas de valor às escalas desses homens que abandonaram a terra natal e, muitas vezes, a família, para o estabelecimento de novas redes sociais. É preciso, também, perceber os diversos interesses que estavam por trás da manutenção dos fluxos migratórios que partiam do Ceará. É, portanto, nas tessituras do Brasil da virada do século XIX e começo do século XX que está a chave para se entender as razões que levaram o cearense a buscar na migração uma alternativa para a vida que parecia impossível no Ceará das secas.

## **Delineamentos básicos na investigação dos processos de migração cearense: marcos, balizas e referências sócio-históricas**

Fundamentado no resgate das configurações sociais, sustentamos que, ao contrário de algumas teses que chegam a afirmar que a migração sempre esteve presente na história do Ceará, o cearense só passou a emigrar, no sentido de se deslocar para garantir os meios de sobrevivência, a partir da década de 70 do século XIX. Pois, antes disso, ele emigrava, mas não em função de buscar condições de vida em decorrência da precarização e vulnerabilidade social no semiárido. No contexto de então, a migração cearense era para fazer comércio, lucrar e para fugir das perseguições. Nesta direção, João Brígido (BRÍGIDO, 2001, p. 185) esclarece:

A emigração do Ceará para o norte [...] limitava-se às entradas pelo sertão para o Piauí e daí para o Maranhão. Ordinariamente, essa emigração ou procedia do pequeno comércio de gêneros de terra e de havidos por importação, via Aracati, ou era forçada por perseguições da justiça, crimes e lutas de família.

Esta demarcação do final do século XIX, como contexto de migrações cearenses em busca de meios de sobrevivência, constitui uma referência para o recorte temporal do campo investigativo. Assim, tomamos o último quartel do século XIX até meados da segunda década do século XX como período de estudo, considerando que, neste tempo histórico, verificou-se considerável fluxo migratório do Ceará para os cafezais do Sul e para a extração da borracha amazônica. O ano de 1888, que demarca o início do período histórico de investigação, representa um ano de grande seca no Ceará e, por conseguinte, de grandes migrações para essas regiões, tendo como impulso uma política mais agressiva do Governo central no sentido de deslocar os retirantes do Ceará para as fazendas de café no Sul. Essa agressividade explica-se pela abolição da mão de obra escrava, que também se deu em 1888, gerando, por conseguinte, a falta de trabalhadores para a economia cafeeira, fazendo com que a classe cafeicultora – que dirige o Estado brasileiro de então – transforme os socorros públicos apenas em passagens de navio para a mão de obra ociosa dos retirantes da seca. O ano de 1915, que fecha essa baliza histórica, também é um ano de grande seca no território cearense, mas que, em vez de o Governo federal continuar subsidiando passagens para os retirantes migrarem para o Sul, ele passa a reter a população sertaneja com a organização da Inspetoria das Secas em 1909, tendo a seca de 1915 como primeira experiência efetiva de

fixação dessa população. Portanto, temos intensos fluxos migratórios de 1888 a 1915, sendo que há um nítido arrefecimento desses fluxos a partir do segundo decênio do século XX, motivado por essa mudança da política federal de combate às secas e pela derrocada da borracha amazônica.

Seguindo os circuitos migratórios de 1888 a 1915, que circunscrevem o campo investigativo, constata-se que as secas constituem elementos balizadores das migrações cearenses na medida em que deflagram o processo de êxodo de trabalhadores cearenses para o Sul e para a região amazônica em busca de condições de vida inviabilizadas no Ceará semiárido. Cabe, no entanto, contextualizar o fenômeno das secas como elemento decisivo das migrações cearenses, delineando as configurações sociais que fazem as secas “expulsarem” os cearenses de sua terra natal. Nesta perspectiva, a pobreza afirma-se como um determinante estrutural que propicia que as secas tenham esta força impulsora das migrações. É neste sentido que a análise de Sayad ganha fecundidade analítica no nosso esforço de compreender as migrações como um fenômeno histórico-social no Ceará do final do século XIX e limiar do século XX. Afirma ele: “o fenômeno migratório inteiro é, não sem razão, sinônimo de pobreza” (SAYAD, 1981, p. 86). E, neste cenário da pobreza, as secas parecem tornar impossível a permanência do homem no exercício do ofício da agricultura, tendo ainda como elemento agravante a própria política do Estado em viabilizar as migrações em resposta aos imperativos da economia do café e da borracha.

É preciso deixar claro que, ao delinear a tese de que a migração relacionada com o deslocamento em massa de pobres só teve início no Ceará a partir do final do século XIX, não estamos criando nenhuma interpretação inédita sobre a história social cearense. É sabido que, desde a separação da capitania do Ceará da subordinação da capitania de Pernambuco, em 1799, até 1870, o Ceará, na sua condição de economia de apoio, viveu grandes ciclos de prosperidade, sem deslocamentos populacionais em busca dos meios de sobrevivência<sup>7</sup>. Agora, faz-se necessário enfatizar essa tese, pois o racismo científico e o determinismo geográfico que se expressam, inclusive, na literatura, apresentam os cearenses como um povo essencialmente nômade. José de Alencar, em *Iracema*, por exemplo, narra a emigração de Moacir, ou do primeiro cearense no imaginário social, estando ele ainda no berço, e questiona, então, se não havia a “predestinação de uma raça” (ALENCAR, 1965, p. 167). Entretanto, não estamos querendo dizer que os cearenses viviam na prosperidade, como ricos,

---

<sup>7</sup> Ver: Brígido (2001); Girão (2000).

e que, a partir da década de 70 do século XIX, eles ficaram pobres e começaram a se deslocar. Durante sua história, a província do Ceará nunca foi rica, constituindo uma economia de apoio para os diferentes ciclos econômicos do Brasil. Mas, no entanto, vivenciou importantes contextos de crescimento e expansão econômicos, que serviram como elementos de fixação da população numa terra semiárida. Seja com a pecuária, com o algodão, com o café e a cera de carnaúba, a economia desse território, embora ligada precariamente a outras regiões, conseguiu manter uma população relativamente grande que, não sendo rica e apresentando configurações de pobreza, não precisava migrar do mesmo modo que seus descendentes tiveram que fazê-lo no final do Império e começo da República<sup>8</sup>.

Para a manutenção dos meios de sobrevivência dessa grande população, nesse contexto, era preciso que houvesse atividades econômicas regulares. Sabe-se, então, que a pecuária foi uma dessas atividades definidas pela Coroa portuguesa para ocupar e desenvolver os territórios que se encontravam nas regiões de caatinga. Com o Ceará não foi diferente, e, logo, sua pecuária constitui um elemento de apoio à economia do açúcar, que, protegida pela Coroa portuguesa, proibia a criação de gado a menos de dez léguas do litoral. Assim, foram se desenvolvendo, no sertão semiárido, os currais e a riqueza dos fazendeiros. Depois, para diminuir a distância do deslocamento das boiadas em relação aos locais de consumo, foi instituído o processo de salgar a carne, enviando apenas “as mantas de carne”, ao invés do gado vivo, para esses locais. Tal estratégia foi importante para o crescimento da economia e, por conseguinte, das vilas do Ceará. Portanto, a pecuária é fundamental para economia cearense: é tanto que, em torno dela, se projeta a civilização do couro, como foi definida por Capistrano de Abreu (2006).

No século XIX, tivemos o crescimento da produção do algodão, do café e da cera de carnaúba, que também deram possibilidades para a população se manter fixa no Ceará. Cabe destacar que a cultura algodoeira cearense desenvolveu-se, ao longo do século XIX, a ponto de atrair trabalhadores de outras regiões. Só na década de 60 deste século, foram produzidos mais de 23 mil toneladas de algodão<sup>9</sup>. A Guerra Civil dos EUA, que desorganizou sua produção de algodão para as manufaturas inglesas, incrementou a produção algodoeira do Ceará. Sem dúvida, essa cultura dinamizou a economia do Estado. A qualidade de sua

---

<sup>8</sup> Sobre o total da população do Ceará e sua taxa de crescimento entre 1823 a 1876, ver: (PORTO ALEGRE, 1985, p. 110). Neste período, a população do Ceará foi a que mais cresceu no Brasil. Mesmo localizada numa terra semiárida, a população cearense passou de 200 mil, em 1823, para 721.686, em 1876, tendo, portanto, uma taxa de crescimento de 260,84%.

<sup>9</sup> Sobre este crescimento da cultura algodoeira cearense, ver informações circunscritas por Raimundo Girão (2000, p. 226-229).

produção, porém, não rivalizava com a do Rio Grande do Norte, e muito menos com a do Egito. Mesmo assim, seu negócio era lucrativo: tanto que os donos das fazendas de gado começaram a associar o algodão à pecuária, criando o propalado binômio econômico gado-algodão, que, até hoje, sobrevive no âmbito da economia do Estado.

O café também se tornou um importante item de exportação. Esse produto chegou até a ultrapassar, em valores, a exportação de algodão. Embora tenha começado timidamente, restrita somente a pequenos plantios nos quintais, a partir da década de 40 do século XIX, sua produção cresceu vertiginosamente. “Da safra de 46 – 47 [1846-1847] escoaram-se pelo porto de Fortaleza 9. 795 ks., no valor de 2: 404\$800. Logo em 1848-1849 eram remetidas 413. 625 ks., valendo 17: 317\$800.” (GIRÃO, 2000, p. 379-380). Com esse crescimento, aumentavam as divisas do Estado e, então, necessitava-se de mais trabalhadores para a colheita.

Além dessas culturas, a cera de carnaúba vai, aos poucos, se tornando uma importante fonte de renda para a economia do Ceará:

No ano 1856-57 embarcaram-se pelo porto do Aracati 538. 562 ks. de cera, e pelo de Fortaleza 26. 112. No ano seguinte, 562. 160 e 31. 808, respectivamente. Através das fronteiras as saídas são enormes, e grande consumo interno. [...] Pelos cálculos do Senador Pompeu, em 1862, época em que muito cresceu a extração da cera, a exportação dos dois citados portos subiu a 720. 000 ks., e o consumo local a 560.000 ks., no total de 1. 280. 000 ks (GIRÃO, 2000, p. 387).

Desse modo, os cearenses conseguiam manter-se na sua terra natal, trabalhando tanto para a economia de subsistência como para a de exportação. Outro fator que foi decisivo para essa estabilidade da população foi a não ocorrência de secas entre 1825 e 1877. Assim, em decorrência desse período de prosperidade, as famílias foram se multiplicando, a população foi crescendo, e, por conseguinte, as relações de produção, no âmbito da configuração econômica, à época, não acompanharam esse crescimento. Além disso, os cearenses sofreram grandes rupturas sociais com a incorporação de sua atividade econômica à economia mundial. Portanto, queremos frisar que, em fins do século XIX, houve rupturas sociais que foram capazes de destruir as redes de interdependência dos cearenses que conseguiam manter a população fixa ao território do Estado. Em nossa pesquisa, identificamos na configuração social em estudo – Ceará do final do século XIX/limiar do século XX – elementos impulsionadores de ruptura do tecido social: o desenvolvimento dos latifúndios; a subordinação da agricultura de subsistência à agricultura comercial; as

mudanças de trabalho no campo; as grandes secas; o liberalismo dos Governos; a tensão entre as relações de produção e a densidade da população; e a emigração subvencionada. Todas essas rupturas do equilíbrio tradicional de tensões foram responsáveis pelo enfraquecimento dos laços sociais, pela emigração e até mesmo pela destruição completa da configuração social na qual estavam inseridos. E a incapacidade desse equilíbrio tradicional de fazer a manutenção das redes de interdependência projetou o que definimos de configuração social extremamente favorável à emigração. Esta configuração fez com que a população tratasse a migração como uma tática de sobrevivência, no sentido pensado por Certeau (2009, p. 45 e ss.).

Além da pressão social, havia, portanto, facilidades nunca antes existentes para que os cearenses se deslocassem para outras regiões em busca de sobrevivência. Assim, um significativo segmento populacional não perdeu a oportunidade de aproveitar essa configuração favorável aos grandes deslocamentos e emigraram. Pode-se dizer que, se houve a falta de braços no Ceará, tal como houvera em todo o país, não foi porque os cearenses tinham terras livres para se deslocarem em sua Província, mas foi devido aos fatores impulsores da migração que atingiram as relações de produção. Com isso, as elites econômicas - principalmente os grupos mais prejudicados pela migração, tais como latifundiários e comerciantes - foram forçadas a produzirem estratégias para conter esse deslocamento populacional. Dentre essas estratégias, tem-se a elaboração de discursos que sublinham a negatividade do fenômeno migratório e desqualificam as condições de vida e trabalho oferecidas nos locais de destino, ocultando qualquer evidência que demonstrasse uma situação positiva, como a de mobilidade social dos migrantes; a criação de impostos para taxar a ação dos agenciadores de mão de obra que vêm de outras Províncias; e criação de inúmeras frentes de trabalho durante as secas para empregar a mão de obra ociosa dos sertanejos, que estão impossibilitados de trabalharem a terra por causa dessa intempérie.

### **A dinâmica expositiva na construção da dissertação**

Desenvolvidos os processos investigativos, levantamos um significativo material no desvendamento do objeto em estudo, no esforço de elaboração de uma crítica de emigração cearense. Colocou-se, então, o desafio de construção de uma dinâmica expositiva que melhor apresentasse a nossa produção ao longo da pesquisa. É o momento de sistematização analítica

de todo o trabalho realizado nos arquivos, bibliotecas e institutos, incorporando as reflexões resultantes das obras que nos serviram como suporte teórico e todos os diálogos que fizemos em busca de analisar os recortes constitutivos do nosso campo de investigação. Trabalhamos, pois, com a clássica distinção entre *método de exposição* e *método de pesquisa* de Karl Marx (1988, p. 26):

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.

Dessa forma, cabe aqui circunscrever a dinâmica expositiva que construímos na estruturação dessa dissertação em busca de uma lógica de apresentação mais pertinente às formas como circunscrevemos o nosso campo investigativo.

No capítulo 1, portanto, configuramos os sentidos e significados atribuídos à emigração cearense nas mensagens do Governo estadual, nas notícias de jornal e nos romances. Sublinhamos que Governo e sociedade, prejudicados pela emigração, produzem apenas sentidos e significados negativos acerca dos contextos de destino para onde se deslocava a população. A nosso ver, esta ação de criar imagens negativas sobre os locais de destino é a primeira estratégia para barrar o êxodo da população. Como o propósito era diminuir os deslocamentos, nada mais racional do que construir a imagem de uma terra natal perfeita, sem problemas sociais. Através da análise da configuração social dos migrantes, circunscrevemos que tais discursos ou propagandas negativas sobre a emigração não foram suficientemente fortes para diminuir as correntes emigratórias, pois havia uma tensão entre as escalas de valor dos grupos sociais que estavam propensos a migrar e as escalas dos grupos ou classes sociais que estavam estabelecidos ou prejudicados pela emigração. Dentro desse esforço de entender os sentidos atribuídos à emigração cearense, enfocamos que o conceito de retirante, tão propagado pelo poder público, é insuficiente para representar as frações do grupo social dos migrantes cearenses, e que sua utilização vincula-se a interesses tanto do Governo federal quanto do Governo estadual, que perceberam esta categoria como um importante instrumento para manter e desenvolver seus negócios. Portanto, vamos demonstrar que os historiadores, antes de se apropriarem dessa categoria para fazer as pesquisas historiográficas, precisam problematizá-la para perceber os diferentes interesses envolvidos

nessa categoria e não cometer o equívoco de não diferenciar as frações de um mesmo grupo social, qual seja, o dos emigrantes.

No segundo capítulo, analisamos as vias explicativas acerca dos deslocamentos de cearenses. Buscamos demonstrar como a ciência de fins do século XIX percebeu a emigração de cearenses, a partir das análises de Rodolfo Teófilo, Antonio Bezerra e Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Constatamos que esses intelectuais, representantes do racismo científico e do determinismo geográfico, adotaram a raça ou o clima como impulsores principais das migrações, buscando, assim, uma origem natural para esse fenômeno. E, portanto, a configuração social dos migrantes só entrava na inflexão de suas teorias, que foram chamadas por Lilian Moritz Schwarz (1993) de “acomodações”, ou “rearranjos teóricos”. Em nossa análise, no entanto, não vamos mostrar apenas os “rearranjos teóricos” desses cientificistas, mas também o que eles definiam como impulsor principal dessa emigração, que, necessariamente, devia ter relação com a raça e o ambiente devido à sua filiação à “moda cientificista”. Nesse capítulo, criticamos também o fenômeno do nomadismo, que os cientificistas e a sociologia adotaram para explicar a emigração de cearenses. Registramos, como tendência que, à medida que a emigração de cearenses crescia, havia uma predisposição em analisá-la como efeito do fenômeno do nomadismo. Entretanto, a nossa tese é que a emigração cearense não deriva desse fenômeno. Demonstrá-la-emos a partir da história dos vários ciclos econômicos criados pela população cearense para se fixar no Ceará, e, também, através da diferenciação entre os cearenses e os diversos trabalhadores livres do Brasil, classificados de serem nômades.

No capítulo 3, enfocamos as estratégias do Governo do Ceará para controlar os migrantes. Como esse Governo percebeu que suas mensagens contrárias ao deslocamento dos cearenses não surtiam efeito nenhum no deslocamento dessa população, ele partiu para ações mais efetivas de controle social. Registramos a proibição do embarque de menores de idade nos navios que levavam os emigrantes e a cobrança de impostos dos agenciadores de mão de obra como início dessas ações por parte do Governo estadual<sup>10</sup>. Depois, percebemos essas estratégias governamentais se direcionarem para o serviço de imigração, que era verdadeira febre no país. No entanto, vemos que barrar a emigração cearense não era tarefa nada fácil, visto que várias Províncias do país, principalmente as que estavam envolvidas com os grandes ciclos econômicos, percebiam o Ceará como uma “fábrica de trabalhadores” pronta para

---

<sup>10</sup> Ver: Teófilo (1980 p. 39-40).

resolver o problema da mão de obra de suas economias. Como exemplo disso, temos o Sul cafeeicultor, que dispõe do auxílio do Governo federal para transferir as vítimas da seca do Ceará para sua região. E, assim, neste capítulo, demonstramos como vai se desenrolar uma verdadeira guerra entre as oligarquias cafeeiras e as oligarquias do Ceará em torno da mão de obra dos cearenses na seca de 1900.

No capítulo 4, trabalhamos os mecanismos de controle social dos migrantes durante a seca de 1915. Sublinhamos, pois, como o Governo do Ceará teve condições de efetivar o controle social da população através do combate às secas. A nosso ver, o Governo estadual só conseguiu efetivar esse controle a partir da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909. É daí que nasce a política de fixação da população cearense do Governo federal, modificando, portanto, uma longa prática do Estado brasileiro em transferir os retirantes cearenses para outras regiões do país. Pensamos que essa mudança radical na política federal das secas, que se reflete diretamente na força dos fluxos migratórios que partem do Ceará, deve-se a duas ordens de motivos. O primeiro foi porque os cafeeicultores resolveram definitivamente o problema da imigração europeia, instrumentalizando o Estado. E o segundo, visto que o Norte vai, aos poucos, ganhando espaço no Estado brasileiro<sup>11</sup>. Em nossa análise, enfatizamos que o objetivo dessa política de reter as vítimas da seca não se traduziu no estabelecimento de redes sociais mais sólidas para essa população pobre. Vemos que, ao contrário disso, tal foi utilizado mais como uma manobra das elites cearenses para manter e desenvolver aquela configuração social favorável à emigração. Porém, longe dessa manobra parecer contraditória, percebemos que deu a essas elites (latifundiários e comerciantes) a possibilidade de desenvolverem seus negócios e de fixar a população. Pois, quando a população começava a se movimentar, sobretudo nas grandes secas, aí as elites organizavam a construção de obras públicas e campos de concentração para empregá-la e controlá-la socialmente, sem que esse controle modificasse as redes de interdependência.

Nesta dinâmica expositiva de estruturação de nosso trabalho, queremos sublinhar que essas reflexões acerca da emigração cearense foram realizadas a partir da articulação do *modus operandi* da pesquisa histórica e da base analítica da sociologia de Elias. Essas fontes estão localizadas no Arquivo Público do Estado do Ceará, no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, na Academia Cearense de Letras, na Biblioteca do Departamento de Obras Contra as Secas (que hoje substitui a IOCS) e na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

---

<sup>11</sup> Oliveira (1993, p. 53) diz que o Estado tinha sido capturado pelo Nordeste algodoeiro-pecuário, “e mais do que isso, num mecanismo de reforço, o Estado era esse ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário”.

É digno de nota a importância da literatura para a produção desse trabalho. Consideramos, portanto, a literatura como um documento sociológico, no sentido elaborado por Pierre Bourdieu (1966, p. 54-55), no qual a “obra literária possa por vezes dizer mais, inclusive sobre o mundo social, do que escritos de pretensões científicas”<sup>12</sup>. Foram várias as obras literárias consultadas, o que, sem dúvida, nos deu possibilidades para entender sociologicamente os intrincados entrelaçamentos sociais dessa época.

Dispondo desse material de pesquisa, só nos restou utilizar as ferramentas analíticas da história e da sociologia para organizá-lo e problematizá-lo. Isto foi fundamental para entendermos os interesses que estavam por trás da emigração cearense e, por conseguinte, a formação dessa configuração social impulsora dos deslocamentos populacionais. Assim, elaboramos o que definimos como crítica da emigração cearense. Essa crítica se dá, sobretudo, no sentido de entrecruzar os diversos discursos sobre a migração com as fontes históricas, as teorias historiográficas e sociológicas (sobretudo as de Elias). Foi, assim, que percebemos a incapacidade do conceito de retirante para representar os indivíduos atingidos pela seca, as limitações teóricas do fenômeno do nomadismo, a impotência dos discursos do Governo estadual e da sociedade para encerrar com o êxodo, e a formação do que definimos de configuração extremamente favorável à emigração. Vemos, no decorrer desse trabalho, que, à medida que essa configuração foi se construindo, os cearenses foram associando as táticas de sobrevivência à emigração subsidiada, e o Governo estadual foi elaborando estratégias para retê-los no Ceará, de forma que não saíssem da posição social que lhes era forçosamente destinada.

---

<sup>12</sup> Também nesse sentido, afirma Djacir Menezes (1970, p. 194): “[na literatura] sempre senti o valor do que há de mais sutilmente humano, incaptável através de outros processos de investigação científica. Porque apanha a vivência na sua flagrância”.

## 1. A EMIGRAÇÃO CEARENSE: SENTIDOS ATRIBUÍDOS NOS DISCURSOS DO ESTADO E DA SOCIEDADE

“[...] como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo de emigrante, não desaparecer ou não tiver definitivamente esquecido como tal [...]” (SAYAD, 1998, p. 14).

### 1.1. A tensão entre a “vida fácil do Ceará” e o “cativeiro humilhante” da Amazônia

A migração foi um dos grandes problemas sociais da Província do Ceará no final do século XIX e começo do século XX. Dificilmente o historiador que pesquisa este período não traz uma nota acerca dessa forte e duradoura migração. Seus efeitos causaram impactos em diversos segmentos sociais, e, por conseguinte, motivaram diferentes opiniões. Como afirma Carleial (2002, p. 184): “O pensamento social sobre o migrante, construído por diferentes segmentos sociais, forma dele diferentes representações. Essas percepções são idealizadas socialmente e redefinidas historicamente”. Assim – acrescenta – “São, também, discursos elaborados em função de uma concepção cultural, múltipla, dependendo de interesses de grupos econômicos e políticos, e modificável de acordo com as necessidades conjunturais e com desenvolvimento social do lugar”. Governos, cientistas, romancistas, jornalistas etc., todos eles se esforçaram para entender a relevância, causas e consequências dos deslocamentos populacionais que partiram do Ceará. E com o recrudescimento desses deslocamentos na última década do século XIX e primeira década do século XX, passaram a usá-los para diversos fins, seja para criticar o Governo, seja para angariar verbas públicas etc.

É nas mensagens e relatórios do Governo, nos jornais, como o *Unitário*, nos romances, como, por exemplo, *O Paroara*, que percebemos as diferentes manifestações sociais relativas à emigração. Podemos dizer que, embora esses veículos comunicativos tenham abordado a emigração de cearenses através de diferentes perspectivas, eles concordavam num ponto, qual seja: na urgência de encerrar com os deslocamentos. Isto acontecia porque o Governo estadual e a sociedade tinham interesse em acabar com essa emigração, pois ela já atingia fortemente as relações de produção da Província do Ceará. Neste capítulo, portanto, vamos abordar as semelhanças entre os discursos do Governo estadual e da sociedade sobre os fluxos migratórios que partiam dos portos do Ceará,

demonstrando que, devido ao interesse em controlar esses fluxos, esses discursos elaboraram sentidos análogos sobre a emigração e os migrantes. Vamos reunir, então, esses sentidos na tensão criada por esses discursos entre a sociedade de origem, que, no caso, é o Ceará, e as sociedades de destino que, nesta época, são o Sul do país, sobretudo as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e os Estados ocidentais do Norte, principalmente, Amazonas e Pará. Como a emigração cearense foi, sobretudo, para o Amazonas e Pará, mais precisamente para a extração da borracha, a tensão que ganhará mais corpo aqui será entre a “vida fácil do Ceará” e a atividade extrativa do látex, que era representada nesses discursos por “cativeiro humilhante”.

Também daremos atenção aos sentidos atribuídos ao migrante, que era definido como retirante, ou seja, aquele que emigrava por causa unicamente das secas. Percebemos que somente o retirante era considerado pelo Governo como o migrante que realmente tinha razão suficiente para cruzar as fronteiras do Ceará. Já aquele outro segmento de emigrante, que saía da Província em períodos de bom inverno, que, no Ceará, significa chuvas suficientes para a lavoura, ele era classificado como indivíduo fraco, que não tinha esperteza e que era facilmente convencido pelos agenciadores. Vamos, ainda, demonstrar que, por trás desses sentidos atribuídos à emigração cearense, havia uma configuração social extremamente favorável à migração de cearenses.

Não queremos dizer que não havia diferenças entre os sentidos da migração criados pelo Governo e pela sociedade. Elas existiam, principalmente, no tocante às causas da emigração cearense. Agora, essas diferenças serão mais abordadas no capítulo 2, sobretudo em relação às vias explicativas para o entendimento dessa emigração. Ao acusar o Governo estadual de ausente nas questões que envolviam a emigração cearense, a sociedade nada mais fazia do que produzir sentidos diversos do fenômeno migratório, percebendo distintamente esse fenômeno, sobretudo em relação aos conhecimentos governamentais. O problema era que esse Governo não era o maior inimigo dessa sociedade, que assistia atônita o êxodo de sua população, mas sim as sociedades de destino e os Governos de outras Províncias, que patrocinavam a emigração de cearenses para suas terras. Desta forma, a sociedade cearense sabia que, nesta conjuntura, a gravidade do problema da emigração, que já atingia as relações de produção, demandava o trabalho conjunto com o Governo do Ceará, e não simplesmente a oposição à administração estadual. Os discursos produzidos pelo Governo também diferiam dos produzidos pela sociedade, mas não porque criticava a sociedade, pois aí estaria se criticando, pondo em

risco a manutenção de sua administração, e sim visto que desloca todas as responsabilidades da migração para apenas os indivíduos, retirando assim a sociedade e o Governo de qualquer relação com os deslocamentos populacionais. Veremos essas diferenças, sobretudo, quando essas instituições buscam explicações para o entendimento do fenômeno migratório.

A sociedade de origem e o Governo do Ceará trabalharam, pois, conjuntamente com o objetivo de denegrir as sociedades de destino, tentando, com isso, convencer os migrantes de que as oportunidades oferecidas pelo Sul e pelos Estados amazônicos não passavam de ilusão. Este trabalho se deu no sentido de recorrerem aos seus diferentes canais de comunicação para espalharem informações negativas acerca dos contextos das sociedades de destino. Como a emigração de cearenses estava relacionada diretamente às ações do Governo central e dos Governos de outras Províncias, pressionar socialmente esses Governos também faz parte deste trabalho conjunto entre a sociedade cearense e seu Governo estadual. Portanto, na relação dialética entre as dimensões da emigração e imigração, a sociedade de origem, que no caso é o Ceará, se protegeu e se valorizou, criando um contexto de origem próspero e atacando os contextos de destino com um discurso repleto de imagens negativas, que exploravam, principalmente, a insalubridade e a organização do trabalho nos seringais.

É a partir do modelo elaborado por Adelita Carleial, que divide o discurso sobre os migrantes em três dimensões, que analisamos os sentidos atribuídos à emigração cearense. Há, portanto, para a autora, a primeira dimensão discursiva, que é a do “homem desvalido em seu lugar de origem”. A segunda, cujo objetivo é ressaltar a situação do “migrante insatisfeito com local de destino”. E a terceira, que é um do “indivíduo identificado com sua terra natal e necessário a ela”. (CARLEIAL, 2002, p. 181-195). Podemos dizer que, dessas três dimensões, a segunda e a terceira são as que mais são produzidas neste período, devido ao objetivo de denegrir as sociedades de destino. Já a primeira dimensão ocorre somente nos períodos de grande seca, nos quais o Governo e a sociedade produzem discursos sobre a miséria dos retirantes, justificando, assim, a necessidade da migração como apenas uma medida provisória, ou seja, até o Governo estadual organizar a proteção social e controlar os tumultos provocados pelos sertanejos. Como as mensagens do Governo, as matérias dos jornais e os romances eram organizados sob uma base comparativa, ou de contraste entre o contexto de origem e o de destino, a segunda e terceira dimensões se entrelaçavam nesses discursos.

Embora houvesse a preocupação em controlar os deslocamentos populacionais, esta preocupação era muito limitada, não se estendia à melhora da situação social dos grupos que mais emigravam. Só se preocupavam com a economia do Estado, dos produtores, com as redes sociais que se desestruturavam e com a possibilidade de uma possível desagregação da estrutura social. Com a economia dos pobres e com suas cada vez mais superficiais redes de interdependência, o Estado e a sociedade não se perturbavam; eles queriam controlar o êxodo, agregando de qualquer forma os pobres na estrutura social do Ceará.

Assim, esses discursos, que demonstravam preocupação com o comportamento errante dos pobres, só foram elaborados porque a emigração atingiu as relações de produção. A produção do algodão, da borracha, do café etc. foi atingida diretamente pelo deslocamento dos trabalhadores, visto que, no final do século XIX e no primeiro decênio do século XX, a emigração só cresceu, levando 60 mil pessoas, entre 1892 e 1897, para fora do Ceará. Assim, a exportação de algodão, que era, sem dúvida, a grande riqueza do Estado do Ceará, diminuiu de 41 para 17 toneladas na última década do século XIX<sup>13</sup>. Para se ter uma ideia dessa instabilidade da população, que deixara a economia também instável, basta acompanhar o número de emigrantes, como demonstra o quadro que se segue:

Quadro 1 – Migrantes que saíram pelo porto de Fortaleza nos vapores do Lloyd Brasileiro de 1892 a 1897.

Ano	Destino		Número de emigrantes
	Norte	Sul	
1892	13.593		13.593
1893	7.380	1.795	9.175
1894	4.443	1.489	5.932
1895	9.092	2.089	11.181
1896	9.686	1.894	11.580
1897	7.312	1.787	9.099
1892 - 1897	51.506	9.054	60.560

Fonte: Dias (1904, p. 241)<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Ver: Girão (2000).

<sup>14</sup> Não temos o total de emigrantes, referente ao ano de 1892, que foi para o Sul; por isso, a lacuna. Tampouco temos uma especificidade maior dos locais de destino.

Percebe-se que a emigração cearense era de grandes dimensões, ou de mais de 60 mil pessoas em 5 anos. Dessa forma, sociedade e Governo deviam se articular rapidamente para não serem obrigados a pagar salários mais elevados a seus trabalhadores. Mesmo que sua população fosse a que mais cresceu no país, não havia tranquilidade entre os latifundiários e comerciantes, porque os Estados, que estavam sofrendo com a falta de braços, não paravam de subsidiar a viagem dos cearenses para seus territórios, seja para trabalhar na lavoura, seja para compor seus destacamentos policiais. Na mensagem do presidente José Bizerril Fontenelle, de 1893, percebe-se claramente de onde vinham os subsídios para a manutenção desses fluxos migratórios: “Dinheirosos Estados contribuem para a espoliação, enviando agentes para contractarem praças para preenchimento dos claros dos seus regimentos policiaes. Este trafico não deve continuar”<sup>15</sup>.

Percebe-se que, pela forma como o presidente do Ceará se remete à emigração subsidiada de seus patrícios, classificando-a de “tráfico” e “espoliação”, o Governo estadual compreende essa emigração como uma ação danosa ao futuro da Província, e que também ele está disposto em acabar com os fluxos migratórios. A emigração cearense, nesse sentido, vai se tornando o problema social de grandes dimensões, tanto para o Governo estadual quanto para a sociedade. Para o Governo, porque ele perde as divisas provenientes da exportação dos produtos agrícolas, que, sem mão de obra suficiente, tem a produção rebaixada. Para a sociedade, visto que ela deixa de produzir mais e, também, porque é obrigada a pagar altos salários aos trabalhadores.

Mesmo que houvesse, entre o Governo estadual e a sociedade, o interesse em comum de encerrar com os fluxos migratórios, a sociedade não deixou de acusar o Governo. No *Unitário* de 21 de abril de 1910, seu editor-chefe, João Brígido, opositor nessa época do Governo oligárquico de Acióli, faz uma relação direta entre “a politicagem dos Aciólis” e o despovoamento do Estado. “O povo sabe como é ruim a politicagem dos Acciolys; - os cearenses sofrem callados as maiores affrontas, para não morrer, o Estado definha e se despovôa, e os impostos e as perseguições augmentam”<sup>16</sup>. Era, portanto, na crítica ao Governo em relação à sua ausência no controle da migração que os discursos da sociedade se diferiam do discurso oficial.

---

<sup>15</sup> Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará, pelo presidente do Ceará, Cel. Dr. José Freire Bizerril Fontenelle, em 1º de julho de 1893, p. 14. Essa mensagem e as que virão foram retiradas do site Center for Research Libraries <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em fevereiro de 2011. Daqui por diante, citaremos: Mensagem do presidente do Ceará, José Bizerril Fontenelle, em 1 de julho de 1893, p. 14.

<sup>16</sup> Acciolys. *Unitário*, Fortaleza 21 abril 1910, p. 1.

O Governo do Ceará, ao preservar a sua administração, acabava preservando a sociedade na qual estava inserido. E, assim, em seus discursos, direcionava suas críticas apenas aos indivíduos, tratando indivíduo e sociedade como ontologicamente diferentes. Para o presidente Acióli, o contexto da sociedade de origem não tinha nenhuma ligação com as migrações, pois elas derivavam dos subsídios dos “dinheirosos Estados” e também do “capricho individual dos migrantes”. No contexto de origem, ou seja, no Ceará, segundo o presidente, a vida social era “plácida, com as alegrias da convivência e da saúde”, e, portanto, o indivíduo não tinha razão para emigrar. Acióli defendia, assim, sua administração do problema da migração, mas não deixava de alertar seus “inexperitos conterrâneos” dos perigos da Amazônia, “dessa misteriosa e mórbida atração dos pantanaes”:

Registrassemos, entristecidos embora, semelhante expatriação dos nossos inexperientes conterrâneos, mas tivéssemos a convicção de que o mal do seu abandono à terra natal ia ser correspondido pelo bem individual d’elles [...] para completo infortúnio, o desastre é comum: para eles, que se vão, [...] uma existência quasi nômade [...] sem outro conforto que não seja o tardio arrependimento, e sem mais resultado que o breve termo fatal, pela morte, d’essa empresa de aventuras.<sup>17</sup>

Portanto, para o presidente Acióli, o problema era que “o mal” que o “inexperito” fazia ao Ceará não se traduzia no “bem individual dele”. E, desse modo, por causa de um “capricho individual”, a economia do Estado estava arrasada: “e para nós, que ficamos, a diminuição dos nossos agentes de progresso, o alargamento das nossas, já extensas, regiões abandonadas e o conseqüente empobrecimento de todas as nossas fontes de prosperidade”. E para os que ficavam nas terras cearenses, como o estabelecido oligarca, o que mais doía era não conseguir resolver esse problema:

Bem sei que fenômenos d’esta natureza não se debella [...] por efeito de leis e de medidas governamentais, e que, até o louvável intuito de lhe crear óbices não deixa de ser mal acolhido [...] por quantos antepõem a satisfação de um capricho individual às geraes e ponderosas conveniências da communhão social.<sup>18</sup>

Desse modo, Acióli reunia em sua mensagem tanto a 2ª dimensão do discurso sobre o migrante (migrante insatisfeito com local de destino) como a 3ª dimensão (indivíduo identificado com sua terra natal e necessário a ela), confrontando a sociedade de origem com

<sup>17</sup> Mensagem do presidente do Ceará, Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1 de julho de 1899, p. 27.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 27-28.

a de destino. A sociedade de destino era, para ele, pantanais, que promoviam “uma existência nômade, sem outro conforto que não seja o tardio arrependimento, e sem mais resultado que o breve termo fatal, pela morte”. Já na sociedade de origem havia “uma vida plácida com as alegrias da convivência e da saúde”. Criava-se, portanto, a tensão entre o contexto de origem e o de destino, no qual os emigrantes egoístas prejudicavam “a comunhão social” para satisfazer meros “caprichos individuais”. A relação entre a migração e a sociedade de origem era, então, unívoca, não dialógica, na qual não havia troca, e a sociedade só não sucumbia porque as consequências da migração a movimentavam.

Essa mensagem reveladora do presidente Acióli demonstra como o Estado percebia, ou queria fazer perceber, o fluxo migratório que partia do seu território. Acióli via as causas da emigração sem nenhuma relação com a sociedade de origem, sua administração e a estrutura social do Ceará. Dividia Acióli a sociedade e os indivíduos no espaço social, como se a sociedade fosse superior, e os interesses individuais dos migrantes e suas táticas de sobrevivência fossem irrelevantes. E, assim, lembra-nos as reflexões de Elias (1994b, p. 73-74) sobre os problemas da autoconsciência e da imagem do homem:

[...] não é inteiramente sem importância [...] que, no amplo campo da sociedade, ocorram disputas entre partidos, classes e Estados que se legitimam através de profissões de fé sociais baseadas em valorações diametralmente opostas do ‘indivíduo’ e da ‘sociedade’. Em sua forma mais popular, as convicções de um dos lados apresentam o ‘indivíduo’ como meio e o ‘todo social’ como valor e o objetivo supremo. [...] Por exemplo, os membros de um grupo social em que seja leal exigir e desejar que as reivindicações do Estado ou de outra organização devam ter precedência sobre as dos indivíduos podem julgar perceber que as coletividades sociais desta ou daquela natureza são [...], em qualquer época, mais reais e de maior peso do que os indivíduos que as compõem.

Assim, Acióli criava em seu discurso a existência de uma “comunhão social”. Agora, se realmente houvesse essa comunhão, teria havido os fluxos migratórios em busca dos meios de sobrevivência noutras Províncias? Seu discurso deixava claramente transparecer que a emigração do “inexperiente” era uma ação individual, que não tinha ligação com a comunhão social. No entanto, a comunhão da sociedade continuaria a existir, pois esta “atração mórbida” só contaminava os “indivíduos inexpertos”. A possibilidade de o “inexperiente” viajar e enviar dinheiro para seus parentes e amigos, que é tão comum nas migrações, não existia. Ao tratar o indivíduo e a sociedade como ontologicamente diferentes, o Governo do Ceará construía um “mecanismo seletivo” no qual os aspectos individuais e

sociais das pessoas fossem percebidos e valorizados como diferentes, havendo os que comungavam, ou seja, os que não migravam, e os egoístas, “inexperitos”, que cruzavam as fronteiras. Desse modo, o Governo atribuía-lhes um tipo de existência especial e diferenciada (ELIAS, 1994b, p. 75 e ss.).

É a partir dessa atribuição de uma existência distinta que prejudica o coletivo que o discurso oficial se distancia das imagens produzidas pelo discurso da sociedade. Eles também são discordantes quando a sociedade critica o Governo pela ausência no controle e quando ela busca as vias explicativas, como veremos. Mas, no entanto, a situação era delicada demais para uma crise completa entre sociedade e Governo. As acusações sobre ausência de Governo como um impulsor dos deslocamentos da população, elaboradas pela sociedade, vão continuar, mas neste momento se fazia mais necessário reunir forças, criar medidas e mecanismos para criar embaraços ao êxodo. Era preciso, então, que o Governo liberal da oligarquia Acióli tomasse alguma atitude rapidamente, pois a situação era gravíssima: os trabalhadores realmente abandonavam o Ceará. Conforme o jornal *Unitário* de janeiro de 1911:

[...] os pobres vão fugindo, e de menos braços dispõe a cidade para reagir contra os monopólios. Dessa fuga contínua tem resultado não se encontrarem mais na Fortaleza nem criados, nem serventes, nem operários, e o salários terem subido tanto, que se acha paralisado o trabalho em quase todo o Estado, sendo que, por isto, as boas estações, que se têm sucedido vão mal aproveitadas.<sup>19</sup>

Em 1911, os salários já tinham sido modificados por causa “da fuga de braços”, conforme o semanário. Neste ano, já fazia mais de 30 anos de migração contínua, embora o número de emigrantes fosse oscilante de um ano para outro, sobretudo de um ano de seca para outro de chuvas regulares. Mesmo assim, o impacto dessa fuga já era sentido pelo comércio, pela pequena indústria da época, pela lavoura e pelas casas dos ricos moradores do sertão e da capital, que tinham dificuldade de encontrar criados para lhes servirem. Se recuarmos mais no tempo, vemos que, em 1897, José Pompeu Pinto Acióli, secretário do Interior e irmão do presidente, já se demonstrava preocupado com a situação econômica do Estado frente a esta constante emigração. Pois, “o Ceará despovoa-se de dia para dia e as indústrias e a agricultura definham pela carência absoluta de braços e concomitante elevação do salário” (ver Relatório sobre a Instrução Pública e Obras Públicas da Secretaria do Interior de 1897). Sem

<sup>19</sup> Motins no Pará. *Unitário*, Fortaleza, 12 janeiro 1911, p. 1.

trabalhadores disponíveis, não havia a extração da cera de carnaúba, nem a colheita do algodão. A situação era gravíssima e requeria uma solução imediata para que modificassem essa atmosfera de desencanto pelas atividades econômicas do Ceará.

É no final do século XIX, portanto, que percebemos que os discursos do Governo e da sociedade vão ficando cada vez mais semelhantes, ou que há um grande intercâmbio de informações entre essas instituições acerca da migração e dessa situação que ela estava produzindo. A utilização do mesmo verbo “definhar” na matéria do *Unitário* de 1910 (na pág. 34) e no relatório de José Acióli, de 1897, para descrever a situação econômica do Estado, demonstra que havia um repertório de ideias e informações já pronto sobre as consequências da emigração nas estruturas mentais da época. Esses discursos vão se transformando em verdadeiras propagandas contrárias à emigração, compartilhando as mesmas imagens negativas sobre as características das sociedades de destino, principalmente em relação ao clima insalubre e à organização do trabalho nos seringais.

Com a incidência das grandes estiagens no Ceará, o problema da falta de trabalhadores se agravava ainda mais. Isto pode até parecer contraditório, pois naturalmente tem-se uma maior oferta de trabalhadores devido à impossibilidade de se trabalhar a terra, o problema é que o Governo central revestia os socorros públicos em passagens de navio para os retirantes do Ceará. Assim, em vez de investir maciçamente na construção de obras públicas na terra da seca, para reter os trabalhadores em suas residências e municípios, como tradicionalmente era feito, ele direcionava a maioria da verba dos socorros públicos para a emigração subsidiada, provocando a ira da sociedade e do Governo do Ceará. Se a migração já era extensa, com as secas e essa atitude do Governo federal, ela tornava-se sufocante. E, assim, os comerciantes do Ceará pressionam diretamente o Governo central:

[...] remetteu-me V. Exc. uma representação assignada por Singlheurst, Albano & Irmão e outros comerciantes dessa praça, os quaes, recceiosos de que, na quadra actual, se promova a emigração em massa como socorro definitiva à população indigente da província, solicitam do Governo providencias immediatas no sentido de serem admitidos, no prolongamento da Estrada de Ferro Baturité, trabalhadores em número superior aos dos que ali se acham empregados, e nas outras obras em via de execução [...] decretando-se ao mesmo tempo novos trabalhos de utilidade pública.<sup>20</sup>

O comércio estava temeroso com a continuidade da política central de transferir os retirantes para o Sul do país. A seca, que tivera início em 1888, dava sinais de

<sup>20</sup> APEC. Offício nº 1110 do Ministério dos Negócios do Império, em 19 de março de 1889.

continuidade, e os comerciantes pediam que o Governo central modificasse sua política de combate às estiagens. Na verdade, o que existia era o domínio completo dos paulistas sobre o Governo central, tendo à frente do ministério da Agricultura, que subvencionava as passagens dos retirantes juntamente com o ministério do Império, um dos maiores cafeicultores do país, o Conselheiro Antonio da Silva Prado<sup>21</sup>. Assim, a procura pelos retirantes do Ceará não era simplesmente uma repreensão do Governo central a essa Província, era a tentativa desesperada dos paulistas em substituir os escravos que, aproveitando o curso do abolicionismo, abandonaram a colheita de café em 1887, despovoando, assim, as fazendas (FAORO, 2008, p. 548). Como eles ainda não tinham organizado a imigração europeia, perceberam o Ceará como uma importante fonte de trabalhadores desocupados. Restando, portanto, aos comerciantes da praça de Fortaleza, a alternativa de indicar outros meios de combate à seca.

Pode-se dizer que, se a sociedade e o Governo não se articulassem, a situação poderia se agravar mais. Não dava para enfrentar os cafeicultores paulistas, sobretudo no período de transição do Império para a República, mas também os cearenses não podiam ficar de braços cruzados, assistindo o Governo central, em vez de ajudar a estabelecer novamente as redes sociais na Província, atrapalhar a restauração delas. Assim, da mesma forma que os comerciantes criticaram o Governo central, fez o Governo do Ceará, demonstrando afinidade de interesses e, portanto, de discursos. Na seca de 1900, o Governo federal insistia em continuar com sua política de subvenção à emigração cearense, e o Governo estadual, tendo no seu comando o médico Pedro Augusto Borges, também criticou essa política:

Como Presidente do Estado, inteiramente identificado com a sorte do povo que me confiou os seus destinos, seja-me, inda uma vez, permitido dirigir um apello aos nobres e elevados sentimentos de V. Exc<sup>a</sup> [presidente Campos Sales], em favor da justiça de sua causa, afim de que o crédito votado tenha destino de acordo com as idéas que hei manifestado e o meio de socorrer os cearenses, poupando-se-lhes a dura contingência de escolherem entre o êxodo e a morte.<sup>22</sup>

O Ceará era o Estado da federação que mais sofria com a emigração de sua população, enquanto outros, como São Paulo, recebiam imigrantes. Mas não havia uma proteção social do Governo federal no sentido de fixar a população do Ceará; o que havia,

---

<sup>21</sup> “[...] o Conselheiro Antonio Prado possui mais de 6 milhões de pés de café, é acionista da Companhia das Estradas de Ferro, dono do Frigorífico de Barretos e da Vidraria Santa Marina etc.” (CARONE, 1978, p. 156).

<sup>22</sup> Mensagem do Presidente do Estado do Ceará, Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 37.

porém, eram incentivos para os cearenses deixarem sua terra. E, desse modo, as relações de produção do Ceará estavam sendo atingidas pela retirada de trabalhadores, subsidiada pelo Governo federal e pelos Estados do Sul e do Norte. Portanto, o Governo do Ceará e sociedade estavam articulados para enfrentar todos esses incentivos dados à migração, trabalhando juntos para barrar a política do Governo federal e, por conseguinte, os migrantes.

Nesse sentido, o Governo e a sociedade demonstravam que o migrante era um indivíduo sem esperteza, fraco, que facilmente era seduzido pelo agenciador de trabalhadores. Queriam, portanto, explicar as causas dos fluxos migratórios através apenas de uma suposta fraqueza desses indivíduos. Tudo era relacionado a esta fraqueza, que se traduzia em “ambição”. Euclides da Cunha, que esteve neste período na Amazônia em missão diplomática, e que pôde ver de perto a situação do migrante nos seringais, não titubeou em relacionar a migração com a “ambição maldita” deles (CUNHA, 1999, p. 54). Defender que a ação do migrante era simplesmente uma demonstração de fraqueza, ambição e de falta de esperteza era desconsiderar a figuração social deles. Euclides, porém, conhecia essa figuração, sobretudo no período que fez a cobertura da campanha de Canudos, escrevendo a dura e esquecida realidade do sertão do Norte em *Os sertões*; mas, para ele, forte era o sertanejo que ficava em sua região. Embora a sua opinião e a dos presidentes do Ceará coincidam nesse ponto, essa não era a opinião unânime acerca dos emigrantes cearenses. Mário de Andrade (1983, p. 295), por sua vez, se contrapôs a Euclides, e afirmou que: “Os mais fortes vão-se embora”. Agora, nas mensagens de Governo, uma opinião, como a de Andrade, não ganharia espaço, visto que era contrária ao propósito de denegrir as sociedades de destino.

Então, definir o emigrante de ambicioso, fraco e inexperiente, fazia parte dos planos do Governo estadual de colocar as responsabilidades sobre os deslocamentos no ombro dos migrantes, embora a sociedade também trabalhasse com esta imagem negativa. O migrante, nesses discursos, nada mais era do que um ser manipulado pelos agenciadores. Em seu relatório de 1897, o secretário do Interior, José Pompeu Pinto Acióli, mostra, através da tensão entre a sociedade de origem e a de destino, que, na escala de valores dos grupos estabelecidos, os migrantes eram considerados como indivíduos que eram seduzidos facilmente pelos agenciadores:

Continua, infelizmente, o êxodo para as inhospitas regiões da Amazônia, aonde os nossos conterrâneos, seduzidos por falazes promessas de lucros, vão deparar, em geral, com os rigores de um captiveiro humilhante, quando a morte, pelas moléstias

endêmicas que constantemente grassam alli, não lhes vem por termo a situação desoladora que se crearam.<sup>23</sup>

Percebe-se claramente nesta mensagem a 2ª dimensão do discurso do migrante (a insatisfação com a situação de forasteiro) quando José Acióli relaciona o trabalho nos seringais com uma prisão. Nesse sentido, era como se José Acióli tivesse ido trabalhar na Amazônia, experimentado a escravidão dos seringais amazônicos. É através de mensagens como essa que o Governo do Ceará e a sociedade propagam que o emigrante não terá sucesso no contexto de destino. Portanto, o ataque à Amazônia começa a ganhar forma, sendo composto pela insalubridade da região, que devido “às moléstias endêmicas” matam os cearenses, e pela organização do trabalho, que não passa dos “rigores de um captiveiro humilhante”. Enquanto para os migrantes a extração da borracha era uma possibilidade de se livrar da pobreza que estavam mergulhados, para o Governo estadual, os frutos desse trabalho eram sustentados por “promessas falazes”. Mas é importante reforçar que não era somente o Governo estadual que insistia em relacionar a extração da borracha com o trabalho escravo. Inglês de Souza, Alberto Rangel, ou melhor, a literatura que ficou conhecida como *inferno verde*, atribuiu esses sentidos negativos, tais como o de inferno e o de escravidão, à extração da borracha amazônica.

Embora Euclides da Cunha tivesse outro interesse em relação ao Governo estadual e a sociedade, ele também deu força a esses sentidos negativos, sobretudo no tocante ao “captiveiro humilhante”. Assim, disse que o “seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1999, p. 13)<sup>24</sup>. As notícias sobre o trabalho nos seringais que eram divulgadas nos jornais da capital da República eram copiadas pelos jornais do Ceará e relatórios do Governo, sobretudo aquelas que percebiam o trabalho na extração do látex como um retorno à escravidão. Agora, elas não mencionavam se para as escalas de valor dos migrantes o trabalho da extração da borracha realmente era tão opressivo.

Como quer que seja, o recrudescimento da migração de cearenses estava encerrando, aos poucos, com o excesso social de população que tinha o Ceará, atingindo, portanto, as relações de produção. Desse modo, precisavam fazer algo urgentemente para barrar o êxodo. Mas não era nada fácil, sobretudo porque o Governo e a sociedade não

<sup>23</sup> APEC. Relatório da Secretaria do Interior do Estado do Ceará, 1897, s/p.

<sup>24</sup> Ver, também, Carone (1976, p. 141-146). Já Barbara Weinstein relativiza a escravidão nos seringais. “Apenas nas áreas mais isoladas é que os trabalhadores dos seringais eram efetivamente escravizados por seus débitos; em outros lugares, se um seringueiro esperto quisesse ir embora sem saldar suas dívidas, provavelmente conseguiria fazê-lo”. (WEINSTEIN, 1993, p. 47).

queriam fazer nenhuma reforma social. Assim, o Governo continuava com seus discursos, esperando que um dia os pobres dessem atenção a eles. A sociedade também aproveitava cada espaço dos jornais, para criar ou reproduzir imagens negativas dos locais de destinos, cujo teor era só de rebaixá-los socialmente, como, por exemplo, com a reprodução de notícias sobre a insalubridade da Amazônia. Se o secretário José Acióli fazia questão de denunciar a Amazônia como lugar de “moléstias endêmicas” com o objetivo de arrefecer a migração, o jornal *Unitário* também não deixava por menos, e assim publicava:

Conversando sobre a salubridade da região, contou-lhe esse seringueiro que entre as moléstias, que alli atacam o homem figura, muito temida pelo grande número de vítimas que faz a do sonno ou corrução, como também chamam [...] o indivíduo atacado começa sentindo uma grande sensação de bem estar, algum tempo depois da elevação de temperatura, em seguida cahe em profundo e irresistível sonno, o annus incha e dilata-se extraordinariamente e no fim, mais ou menos, de vinte e quatro horas a moléstia termina pela morte.<sup>25</sup>

Eis, então, mais um exemplo de inúmeras matérias sobre o “trágico” destino dos migrantes. Cresciam os fluxos migratórios, da mesma forma que essa propaganda contrária às sociedades de destino. Em 1897, o presidente Acióli também explora o tema da insalubridade da Amazônia, desenvolvendo a tensão entre esse contexto de destino e o Ceará:

[...] ambaçam-se [os inexperientes] a romper os laços de família e da amizade, os commodos da vida parcimoniosa, mas serena e tranquila no salubérrimo natal, para ir em pós a problemática acenação da fortuna em longínquas paragens, em cujas florestas invias o próprio homem é inimigo do homem tendo por seus auxiliares [...] a inclemência do clima sempre inhospito e o embrutecimento, a sequestração da liberdade e da morte [...].<sup>26</sup>

Novamente, tem-se a tensão entre a “insatisfação com a situação de forasteiro” e a “feição positiva da terra natal”. Nas palavras do presidente Acióli, era o confronto entre “os cômodos da vida parcimoniosa, mas serena e tranquila no salubérrimo natal” e “as florestas invias”. Rodolfo Teófilo, em seu romance *O paroara*, por exemplo, também traz inúmeras imagens que formam esse quadro de insalubridade da Amazônia. Esta imagem de retorno dos seringueiros ao Ceará demonstra que o autor defendia que o cearense voltava doente do trabalho na seringa:

<sup>25</sup> A moléstia do sonno no Amazonas. *Unitário*, Fortaleza, 14 julho 1910, p. 1.

<sup>26</sup> Mensagem do Presidente da Província, Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1 de julho de 1897, p. 26.

No vapor [...] vieram [...] mais de quinhentos passageiros, seringueiros todos, que vinham visitar a terra natal. Nas levas que voltavam da seringa raro era o tipo de homem são. Talvez entre todos não se contassem dez perfeitamente sadios. O tardo andar, a cor térrea do rosto, o edema das faces, bastavam para se saber que eram enfermos. Alguns vinham em tal estado de moléstia que eram trazidos em braços para a terra (TEOFILO, 1974, p. 220).

A partir de imagens negativas, como a das moléstias endêmicas, construíam-se estruturas de sentimento totalmente opostas ao deslocamento da população para outras regiões. Agora, é importante dizer que essas estruturas só funcionavam para o Governo, os latifundiários e comerciantes, ou para os grupos e classes sociais que estavam sendo prejudicados pela emigração, pois, para os migrantes, de nada valiam os sentidos negativos atribuídos aos lugares de destino.

Esses grupos e classes queriam, então, que essas propagandas causassem medo na população, de modo que a impedisse de sair das terras cearenses. Mas a única garantia que lhes davam era a de continuar na miséria. Era como se dissessem que nas regiões para onde ela tinha transporte subsidiado, não eram riquezas materiais que lhes esperavam, e sim doença, sofrimento, aleijamento e morte. Assim, apelavam para o amor à família, à comunidade e à pátria para ver se os “inexperientes” repensavam sua decisão de ir embora. Desse modo, esses grupos não desistiam de atacar os locais de destino e os migrantes.

Na tensão entre “a vida fácil do Ceará” e “o prisioneiro humilhante”, na qual é construída uma imagem da sociedade de origem como “plácida com as alegrias da convivência e da saúde” e, também, “parcimoniosa, mas serena e tranquila”, percebemos que nesses sentidos e significados construídos fica explícito que nada será modificado no tocante à pobreza da população. Se a vida social é fácil, para quem torná-la difícil? Assim, essa sociedade de origem e seu Governo não darão nenhum tipo de proteção social à população. Eles não tinham, ou não queriam ter, a compreensão de que a vida econômica do Ceará não era a mesma de 1850, e que esses pobres que migravam já não eram aqueles que conseguiam se manter fixos no território numa vida parcimoniosa. Mas o problema, para eles, é a ambição dos migrantes, pois, em contrapartida, a sociedade de origem não lhes dá motivos para emigrarem. E se essa sociedade tem, agora, problemas sociais, isso se deve exclusivamente à emigração.

Pode-se dizer que a ação do Governo de ressaltar os efeitos negativos da emigração em sua sociedade revela-se como uma nova dimensão do discurso sobre o

migrante. Depois do retorno de uma grande parcela dos migrantes que viajou para a Amazônia, surgiram propagandas que, além de enaltecer a sociedade de origem e denegrir os contextos de destino, demonstravam os efeitos causados por essa migração na “vida fácil” das terras cearenses ou no contexto de origem. E, assim, não somente a economia do Ceará era atingida pela fome de braços das outras regiões do país, mas também a moral, a justiça, a educação e a saúde. Esta dimensão era muito benéfica para o Governo do Ceará, pois encobria, de certo modo, a sua tímida atuação nessas áreas sociais. Como não investia no bem estar da sua população, a migração era definida como motor de todos os problemas sociais. Na mensagem do Governo do Estado de 1915, o governador Benjamim Liberato Barroso diz claramente que a justiça e a moral da sociedade cearense sofriam severos ataques desse movimento incessante da população. A justiça, por não ter como impedir a entrada de criminosos nos navios que transportava os emigrantes. E a moral, por assistir a ida de órfãos e mulheres à Amazônia:

[...] a praga dos agenciadores, filhos ou não deste Estado, os quaes, inveterados no abuso de tudo falsificarem, escapam até à acção da policia, cuja vigilância e severa fiscalização não bastam para evitar que entre os magotes de emigrantes, passem não somente criminosos e desertores que fogem à justa punição, como também órfãos e infelizes mulheres que, arrastados pela seducção, se prestam a serem vendidas por um certo número de Kilos de borracha.<sup>27</sup>

A culpa de migrarem as mulheres, os criminosos e os órfãos, era simplesmente da “praga dos agenciadores”, que representava a emigração subsidiada. O governador Liberato Barroso culpava os agenciadores como se as causas da migração de mulheres, criminosos e órfãos fossem unicamente resultado da ação desses agenciadores. Em nenhuma passagem, ele relaciona as condições sociais do Ceará com a emigração. Era fundamental questionar por que essas mulheres estavam saindo do território cearense para se prostituir no cenário da produção da borracha; por que os órfãos migraram e por que os criminosos definiam a floresta como esconderijo. Desse modo, ele percebia que a realidade do Ceará produzia esses fenômenos sociais; mas, se ele fizesse isso, estaria atacando a estrutura social, seu governo, os governos passados dos quais fez parte etc.

---

<sup>27</sup> Mensagem do governador do Ceará, Benjamim Liberato Barroso, em 1 de julho de 1915, p. 7. Nota-se que no começo do sistema republicano o chefe do Executivo estadual foi chamado tanto de presidente quanto de governador. Por isso, neste trabalho, tem-se as duas denominações, para não divergir das fontes históricas. “Em certos Estados [...] o chefe do Executivo é chamado inicialmente de governador e, depois, de presidente. [...] No Ceará, se dá a mesma coisa, o título passando de governador para presidente” (CARONE, 1977, p. 19).

O governador Acióli, por sua vez, preferiu definir os resultados da educação no Estado como consequência da migração. Para ele, um dos problemas principais da educação era “a primitiva desorganização que taes emigrações causaram ao regimen escolar”<sup>28</sup>. Realmente, o analfabetismo no Estado era gritante; segundo os dados do jornal *Unitário*, de janeiro de 1910, somente 150 mil, de uma população de 1 milhão de pessoas, sabiam ler e escrever no Ceará, ou seja, apenas 15% da população<sup>29</sup>. A migração tinha, sem dúvida, relação com esse fracasso escolar. Agora, o analfabetismo da população também estava relacionado à fraca atuação do Governo nessa área social, principalmente porque ele não construía escolas no interior e não contratava professores. Essa relação, porém, Acióli não fazia, esquecia completamente dela, preferindo, mais uma vez, associar os problemas do Estado à continuidade dos fluxos migratórios.

Nesse sentido, o problema da violência no Estado também tinha raiz nos deslocamentos da população. A migração, portanto, ganhava inúmeros sentidos, mas os sentidos criados pelo Governo estadual eram todos negativos. A violência, que é um capítulo à parte da história do Ceará, recebe, então, nas palavras do governador Liberato Barroso, sua gênese até então desconhecida:

No desbravar das feracíssimas regiões do Amazonas, para onde seguiram os mais ousados, longe de acção da autoridade, entregues as contingencias de uma vida penosa, os nossos patrícios foram pouco e pouco, modificando seus hábitos ordeiros. Premuniam-se de armas poderosas contra as vicissitudes de seu novo modo de viver [...] Com o correr do tempo cresceu a migração para aquellas paragens [...] sendo transportados para este estado com a repartição, os hábitos ali adquiridos [...] Nessas condições actualmente [...] homens de certas responsabilidades, de famílias impotantes mesmo, fazendeiros, lavradores, creadores e doutores, por qualquer rixa de família ou de vizinhos, têm a preocupação de organizar cangaço [...] para intimidar os seus contendores ou para levar-lhes o extermínio na primeira oportunidade [...] Por toda a parte, mesmo nesta Capital, os rapazes andam armados, chegando à prática de desatinos ao menor exaltamento.<sup>30</sup>

Assim, o problema social da violência “das famílias importantes” no Ceará estava intrinsecamente relacionado com a emigração. O cangaço e as brigas de família tinham, agora, uma explicação racional, que era a corrupção dos costumes dos indivíduos que foram para floresta. Na floresta, os cearenses, distantes das instituições estatais, abandonavam,

<sup>28</sup> Mensagem do governador do Ceará, Antonio Pinto Nogueira Acióli, em 1 de julho de 1905, p. 21.

<sup>29</sup> Ver Instrução pública. *Unitário*, 27 janeiro 1910, p. 1.

<sup>30</sup> Mensagem do governador do Ceará, Benjamim Liberato Barroso, em 1 de julho de 1915, p. 14.

então, seus costumes ordeiros, e tornavam-se violentos, transplantando essa violência para as terras cearenses, como se essa ação tivesse iniciado com a emigração para Amazônia.

A saúde pública do Estado do Ceará também decaiu, segundo o Governo, com o retorno de migrantes, que, doentes, vinham morrer em sua sociedade de origem:

Assim, são igualmente em numero exagerado os óbitos ocasionados pela malária, e isto porque os nossos conterrâneos, que regressam do Amazonas, onde contrahiram a intoxicação palustre, vêm sucumbir no torrão natal, d'onde sahiram sãos e vigorosos.<sup>31</sup>

Mais uma vez, registramos a tensão entre o contexto de origem e o contexto de destino. A ideia de que o indivíduo saía “são e vigoroso” do Ceará e adoecia na floresta era uma das mais divulgadas por todos os registros encontrados. O Governo estadual demonstrava, assim, que o aumento dos óbitos não tinha relação com as condições sociais e sanitárias do Estado do Ceará; aliás, esse Estado era considerado como “salubérrimo”<sup>32</sup>. Dessa forma, é visível que o Governo estadual quer se livrar dos problemas de sua sociedade, associando-os às consequências da emigração.

Era deste modo que os governadores do Estado abordavam os problemas sociais, tentando incutir na mente da população os efeitos perniciosos de sua saída para outras regiões. A sociedade colaborava com isso, pois também estava sendo prejudicada pela fuga de braços, de eleitores etc. Agora, se o Estado e a sociedade defendiam que a migração não era benéfica para os migrantes e muito menos para seus familiares e amigos que permaneciam no Ceará, pois essa migração estava desestruturando a vida social de seus habitantes, por que os cearenses emigravam?

## **1.2. Configuração social dos emigrantes cearenses**

As condições sociais dos jornaleiros e dos parceiros, ou dos sertanejos pobres, não eram as mesmas dos latifundiários pecuaristas. Por isso, os agenciadores de mão de obra convenciam os sertanejos pobres da importância de deixar o Ceará e não os latifundiários

---

<sup>31</sup> APEC. Relatório da Secretaria do Interior do Ceará, do ano de 1896, s/p.

<sup>32</sup> Ver: Ponte (2010, p. 114).

pecuaristas. Seja para a extração da hévea, seja para o trabalho nas colônias agrícolas, aproveitar o incentivo dos Estados amazônicos e dos cafeicultores do Sul era uma tentativa de ascender socialmente, de fugir da miséria do Ceará. Portanto, os presidentes do Estado e dos intelectuais que produziam as imagens negativas da Amazônia estavam longe da realidade social desses indivíduos. Aliás, o Governo estadual, que administrava o Estado sob uma lógica liberal de não intervenção na economia, era responsável pela degradação da vida econômica da população pobre, já que não criava nenhum mecanismo para ajudá-la a se manter protegida nos limites de seu território.

As condições de vida na Amazônia também eram difíceis. Em vez de paraíso, foi definida por muitos de *inferno verde*. Mas, mesmo assim, essa região, através da economia da borracha, dava mais possibilidades para os cearenses ascenderem socialmente no final do século XIX e começo do século XX. Embora Alberto Rangel (1927, p. 59-60, grifo do autor) tenha denunciado as mazelas da extração do látex, ele deixou em várias passagens de seu romance os significados que os emigrantes cearenses tinham da Amazônia:

Sómente o João [do Catolé] bemdizia a sua sorte. No Ceará nunca poderá ser senhor de um pedaço de vazante. Trabalhara sempre <a dia> ou em terra foreira, ou emprestada. Unicamente de algum trecho de <carrasco>, ou d'alguma lapa no alto pendor da serra, onde se acoitam as sussuaranas, poderia ter sido dono; mas, com que futuro?

Ser dono de um pedaço de terra, para os cearenses, era essencial no final do século XIX, e, depois do *boom* do algodão e da lei de terras de 1850, isto foi se tornando cada vez mais raro, um direito para poucos. Portanto, a emigração era considerada em suas escalas de valor como uma tática para alcançar os meios de produção que ele tanto valorizava e precisava.

Assim, adquirir um pedaço de terra produtivo no Ceará era extremamente difícil nessa configuração social. A valorização da cultura do algodão na conjuntura da Guerra Civil dos EUA fez com que muitos latifundiários aumentassem cada vez mais suas propriedades, principalmente após as garantias da lei de terras de 1850. Deste modo, o pequeno lavrador foi pressionado a deixar suas terras, já que, além de não ter como regularizar suas terras conforme essa lei, sofria a pressão diária dos latifundiários, que estavam cada vez mais ávidos por terras para a cultura do algodão e para a pecuária. Com o aumento dos latifúndios e a diminuição do

uso das terras, sabe-se que a migração torna-se uma consequência imediata da população que se encontra privada de terras<sup>33</sup>. Mas, em nenhuma mensagem, o Governo do Ceará admitiu isso.

Continuar fixo no Ceará, para o sertanejo pobre, significava se submeter às exigências de um latifundiário e, assim, trabalhar em terra emprestada, sob o sistema de parceria. Estudando a região semiárida para organizar o combate às secas, Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa nos traz uma estimativa significativa para a compreensão da ocupação das terras no Ceará no começo do século XX. Ele diz que, nesta época, só havia duas classes no sertão: a dos proprietários e a dos moradores que vivem em terras de empréstimo. Segundo a estimativa de Lisboa, estes representavam 80% da população do interior, enquanto os proprietários estavam representados por apenas 20% (LISBOA, 2010, p. 39). Dizer, portanto, que 20% da população comandavam os 80% restantes é um indicador fundamental para se entender por que esta configuração social foi tão favorável à migração. Se 80% viviam em terras de empréstimo, 80% não tinham terras e, assim, estavam em completa insegurança, já que o proprietário podia despejar seus moradores quando bem entendesse, pois fazia as leis no sertão. Nesta configuração social, então, 80% da população tinha que se submeter às ordens dos proprietários. Da mesma forma que o sertanejo poderia se submeter a um latifundiário, ele poderia migrar e ser dono de um pedaço de terra somente seu, onde, embora sua economia estivesse enfraquecida, ele não teria patrão definindo sua rotina de trabalho e o que seria produzido. Não há, dessa forma, nenhuma característica a respeito da ocupação de terras no Ceará que lhe permita construir uma rede de interdependência sólida; pelo contrário, o que vemos é a interdição de seu tradicional meio de produção, que é a terra, e, por conseguinte, o crescimento da relação de dependência entre os sertanejos pobres e os latifundiários pecuaristas.

Até mesmo para os sertanejos pobres que tinham um pedaço de terra era difícil se manter fixo no território cearense. Como sua rede social era muito pequena e sua economia instável, principalmente por causa da irregularidade de chuvas, eles ficavam rapidamente sem meios de produzir a subsistência da família e, desse modo, facilmente emigravam. Como exemplo disso, temos João das Neves, protagonista de *O Paroara*, que, embora tivesse um pedaço de terra, acabou deixando a família no Ceará e migrando para os seringais do Norte.

---

<sup>33</sup> “[...] a existência do latifúndio e as migrações acham-se positivamente correlacionadas, porquanto supõem que o latifúndio, seja ou não produtivo, é pouco absorvedor de mão-de-obra” (MUNOZ; OLIVEIRA, 1980, p. 582). Ver também (CAVALCANTE, 1997, p. 126).

Agora, é interessante notar, para a compreensão dessa figuração social, que, mesmo que João das Neves tenha chegado doente da Amazônia, sua mulher e seus quatro filhos, que ficaram no Ceará, morreram devido à miséria na qual se encontravam. Embora Rodolfo Teófilo demonstre que a morte da família de João Neves aconteceu por causa da emigração dele e, por conseguinte, do abandono da família, essa passagem é reveladora para a pesquisa, pois mostra como essa figuração social do Ceará está permeada de dificuldades que prejudicam até a subsistência da população. Portanto, a imagem da “vida fácil do Ceará” que encontramos nas mensagens do presidente Acióli não tem relação com a vida social dos sertanejos pobres.

Havia, portanto, uma tensão entre duas diferentes escalas de valor. De um lado, latifundiários, intelectuais e políticos, que classificavam a migração como algo negativo e que não necessitavam dela para manter ou ultrapassar sua posição social. E de outro, vaqueiros, parceiros e jornaleiros, ou os mais pobres, que não só percebiam a emigração como uma tática ou ação positiva para alcançar posições sociais mais valorizadas, como também migravam. Para a manutenção da crença desse grupo, eles contavam com o auxílio direto dos Estados que precisavam de sua mão de obra e com a propaganda dos paroaras e dos seus familiares que já se encontravam nesses Estados. Em sua consciência, eles tinham que distorcer a imagem violenta, perigosa e mortal que o Governo do Ceará e os intelectuais criavam e reproduziam nas mensagens, jornais e revistas.

Assim, a relação social entre os latifundiários e os sertanejos pobres estava desgastada: a interdependência entre eles já estava enfraquecida. Era, pois, as manifestações da destruição do equilíbrio tradicional de tensões. Enquanto os latifundiários se enredavam cada vez mais nas relações capitalistas, concentrando em suas mãos as terras e as águas, através da compra de terras e da construção de açudes, os pobres ficavam mais dependentes dos latifundiários, buscando fugir dessa dependência por meio da migração. Não era de se esperar alguma ação dos poderosos latifundiários no sentido de possibilitar aos pobres uma maior independência, seja reduzindo seus lucros, seja dividindo suas propriedades. Pelo contrário, a dependência dos pobres para com os ricos só cresceu. Nessa conjuntura, portanto, o indivíduo pobre, que não teve ou não aproveitou a oportunidade de emigrar, ficara em constante insegurança quanto à manutenção dos seus meios de vida.

Dessa forma, as imagens que os sertanejos pobres tinham das sociedades de destino eram de esperança, de dinheiro e de mudança de situação social. Era o contraste das imagens divulgadas pela imprensa e pelo Governo do Ceará. Independente do contexto de

destino, ou seja, tanto para a Amazônia quanto para o Sul, havia no imaginário dessa população as promessas de riqueza fácil. Como exemplo disso, o pequeno lavrador João das Neves disse sobre a Amazônia: “Não há pé de dinheiro, mulher, mas há borracha que é o mesmo” (TEÓFILO, 1974, p. 113-114). Esta era a associação que os sertanejos faziam, pois a riqueza da borracha chegava aos remotos sertões do Ceará.

Então, a viagem para a grande floresta não se tornava uma empresa tão arriscada, como dizia o secretário do Governo, José Acióli. Como a economia era bastante dependente da natureza, e como nos locais de destino chovia mais do que no Ceará, havia a ideia de que neles havia mais empregos, mais fortunas e mais oportunidades de mobilidade social. Assim, o Sul também foi considerado como uma região próspera, de muitas chances de elevação social: “São terras de muita fartura [...] dizem que lá para o sul chove quase todos os dias” (PATROCÍNIO, 1973, p. 292).

Agora, o Governo do Ceará e os intelectuais defendiam que a associação entre as sociedades de destino e melhores condições sociais devia-se à ambição dos sertanejos. Ao definir a vontade de emigrar como fruto de ambição, eles protegiam a sociedade de origem, transferindo problemas sociais apenas para a responsabilidade dos indivíduos que migravam. Mas não havia apenas ambição: o problema central era que a população pobre estava sufocada num contexto social no qual ela não tinha oportunidades e vivia em constante insegurança alimentar. E a migração surgia, portanto, como um caminho para a libertação de todos esses problemas.

Assim, a forma como as atividades econômicas se desenrolavam nas terras cearenses não dava condições sociais para manter a estabilidade da população. Houve, pois, um crescimento econômico devido ao longo período de estiagem e da exportação de plantas comerciais, e isso proporcionou o aumento da população, que, de 1823 a 1876, foi de 260%, como vimos. No entanto, a distribuição desse desenvolvimento econômico não foi capaz de garantir os meios de sobrevivência à população. E, dessa forma, foi se criando uma tensão entre as relações de produção e a densidade da população no território cearense. No momento em que a população crescia e necessitava de uma maior intervenção do Estado na economia, ou de uma maior proteção do paternalismo privado, Estado e produtores se enredavam cada vez mais nas relações capitalistas. Diante dessa tensão, a esfera do trabalho se autonomiza, deslocando-se da esfera da cultura sertaneja, na qual o trabalho era visto como um acerto de compadres, envolvido em relações familiares, e, assim, sobram trabalhadores para as novas

relações de trabalho. Com efeito, ocorre a destruição do equilíbrio tradicional de tensões e a emigração surgia, então, como uma importante válvula de escape para a população pobre.

Desse modo, a proteção dos proprietários aos sertanejos pobres já não era a mesma, estava cada vez mais diminuta, com a integração da economia do Ceará à economia mundial. Como os proprietários só pensavam em exportar cada vez mais algodão, eles não viam mais seus trabalhadores como indivíduos da sua família, comunidade, e sim como indivíduos que só lhes serviam ou forneciam lucros. Assim,

[...] os próprios agricultores pobres haviam que empreender uma longa e penosa aprendizagem sobre as novas condições de uso das terras e sobre as mudanças no relacionamento com os proprietários e com as autoridades (NEVES, 2001, p. 51).

Era, portanto, o desmonte do sistema paternalista privado, no qual a população pobre não podia buscar mais a proteção dos proprietários durante as estiagens, como se fazia anteriormente a essa crescente integração da economia do Ceará ao mercado mundial. Portanto, para os pobres, não era nada fácil assegurar os meios de sobrevivência nessa conjuntura.

Com o surgimento do fenômeno das grandes secas no final do século XIX, a ausência de proteção torna-se mais premente. Enquanto a população do sertão do Ceará tinha crescido bastante, atraída pelos lucros do algodão, as relações de produção não acompanharam esse crescimento, provocando a fragilidade das redes sociais, que, com a falta de chuvas, foram completamente destruídas. Embora os produtores precisassem manter a oferta de trabalhadores, que já vinha sendo atingida pela emigração, eles não puderam mantê-la durante as estiagens, que impossibilitavam a realização do trabalho rural. E, assim:

Com a seca a elite passou a viver a contradição de, em vez de agregar, ter que se livrar o mais rapidamente possível dos trabalhadores ‘agregados’ que sem a produção transformavam-se em ‘bocas inúteis, e que, muito rapidamente, tornavam-se uma ‘andrajosa’ e ameaçadora classe de indivíduos famintos, bandidos e vagabundos (BARBOSA, 1998, p. 247).

Raquel de Queiroz (2010, p. 25) registrou essa mudança em *O quinze*, na carta do administrador da fazenda de dona Maroca para o vaqueiro Chico Bento:

Minha tia resolveu que não chovendo até o dia de S. José, você abra as porteiras e solte o gado. É melhor sofrer logo o prejuízo do que andar gastando dinheiro à toa

em rama e caroço, pra não ter resultado. Você pode tomar um rumo ou, se quiser, fique nas Aroeiras, mas sem serviço na fazenda. Sem mais, do compadre.

A seca, assim, é um dos elementos desta configuração social, que estamos definindo como extremamente favorável à emigração. Agora, deve-se dizer que, se nessa figuração houvesse um maior equilíbrio nas relações de interdependência, os efeitos das estiagens não seriam tão devastadores e não se traduziriam em emigrações em massa.

Somente no final do século XIX houve três grandes secas no Ceará: a seca de 1877, conhecida como a grande seca; a de 1888, ou a dos três oito; e a de 1900. A seca de 1915 – conhecida por seca do quinze – foi a primeira grande seca do século XX. Todas elas foram responsáveis por inúmeros tumultos por todo o território cearense e por grandes impactos na vida social dos pobres, levando-os a constantes deslocamentos para a garantia da sobrevivência e até mesmo para buscar possibilidades reais de mobilidade social. Desse modo, a seca de 1877 interrompeu aquele período próspero de 32 anos, ou de 1825 a 1877, sem a ocorrência de grandes secas.

Estas rupturas do equilíbrio tradicional de tensões foram responsáveis por grandes transformações nas redes sociais, sobretudo nos ramais que ligavam os trabalhadores e os proprietários. Esses ramais ficaram mais soltos, visto que, nesse novo enredamento das relações capitalistas, os proprietários contratavam trabalhadores de forma temporária e, portanto, não os mantinham o ano inteiro. Com efeito, a figuração social do Ceará não estava pronta para receber todas essas rupturas, pois ela foi destruindo aos poucos as redes sociais dos mais pobres. Daí surgiu a emigração como tática para o estabelecimento de novas redes em outras regiões. Dessa forma, a emigração é uma ação racional, e não simplesmente falta de esperteza. Portanto, não adiantava colocar a culpa na falta de experiência dos sertanejos, pois eram eles que estavam sentindo a opressão do momento ou as rupturas do equilíbrio tradicional de tensões.

Porém, os presidentes do Ceará não abordavam, nos seus discursos, essas transformações que estavam ocorrendo na economia do Estado. Outro exemplo disso foi o processo de subordinação da agricultura de subsistência pela agricultura comercial. Nas palavras do historiador Francisco Pinheiro (1990, p. 199):

Na segunda metade do século XIX estava em curso uma série de transformações no âmbito da Província do Ceará. Esse processo pode ser constatado pelo exame da sua economia, onde agricultura comercial entrava numa fase, subordinando a de subsistência.

Esta mudança foi decisiva para agravar a situação social da população que vivia na economia da subsistência. Como isto coincidiu com a lei de terras de 1850, essa população, além de ficar sem terras, tinha que obedecer aos latifundiários, que envolvidos diretamente com a economia de exportação, só queriam plantar culturas que tivessem alto valor comercial, como, por exemplo, o algodão. Obrigavam, então, os parceiros a se dedicarem mais aos cultivos das plantas comerciais, fazendo com que eles comprassem a subsistência da família no mercado de alimentos.

Assim, nesta época, o feijão e o milho dividiram espaço com o algodão. E se dependessem do técnico do Estado, Phillip Von Luetzelburg (1923, p. 95), essas plantas alimentícias seriam suplantadas pelo lucrativo algodão:

Nos estados nordestinos observei que, dentro das culturas de algodão é costume intercalar o plantio do milho, feijão e abobora. Este systema é prejudicial, pois o solo, cançado e pouco produtivo, sofre maior depauperamento, acrescido ainda pela falta d'água. Uma vez terminada a colheita de cereais durante a época da colheita, o solo já exausto, pouco substância proporciona à planta comercial.

Era, portanto, o embate entre duas lógicas: a lógica do desenvolvimento do Estado e a lógica camponesa. Neste embate, como diz Schwarz (1990, p. 76): “é bem raro que os pequenos agricultores e os tecnoburocratas da modernização agrícola estejam sintonizados no mesmo comprimento de onda”. Deste modo, subordinar a economia de subsistência à economia de exportação agravou a crise social do Ceará, sobretudo porque isto ocorria no momento em que a população cearense crescia vertiginosamente. Daí a tensão entre as relações de produção e densidade da população. Definir a produção das plantas comerciais como principal no momento em que a produção de alimentos tinha que duplicar foi, sem dúvida, uma empresa mais arriscada do que a da migração, ou confiar demasiadamente no progresso capitalista. Como as famílias poderiam se fixar no território se, por um lado, eram atingidas pela escassez de alimentos e, por outro, pela carestia deles?

Assim, no final do século XIX e começo do século XX, a situação da população pobre estava caótica. Apesar de até agora termos localizado problemas apenas no interior do

Estado, não se pode esquecer que os pobres que residiam na capital não escapavam dessa situação. Quem nos dá uma visão geral dessa situação em todo o Estado é o presidente do Ceará, o coronel Marcos Franco Rabelo. Depois de 20 anos de domínio político da oligarquia Acióli, finalmente havia alternância de poder no Ceará, com a vitória nas urnas do candidato Marcos Franco Rabelo – grande opositor de Acióli. Na condição de opositor, que enfrentaria um Estado arruinado pelos desmandos dessa poderosa oligarquia, o presidente Rabelo registrou a situação geral do Estado em sua mensagem de 1913:

Os nossos rapazes desertam da lavoura, que não compensam seus esforços, desertam das indústrias, quasi incipientes, afogados na rotina, atiram-se então aos empregos públicos, aspiração de quasi todos, ou se bacharelam para aumentar as suas responsabilidades e as dificuldades de subsistência, ou emigram.<sup>34</sup>

Conforme Rabelo, nessa figuração social havia um descontentamento geral com o trabalho na agricultura e na indústria, pois não compensavam os esforços da população. Nessa figuração social, também, a vida social do indivíduo que teve condições de se bacharelar não lhe dava condições de assegurar sua subsistência. Para o indivíduo que não estudou, que vem do campo, as dificuldades de conseguir os meios de sobrevivência também eram enormes. Assim, podemos até pensar que tanto os bacharéis quanto os trabalhadores rurais faziam parte dos fluxos migratórios, embora, sem dúvida, a presença dos trabalhadores rurais fosse maior. Atirar-se aos empregos públicos realmente não era uma tática de todos os grupos que participavam dessa figuração social. Como o Governo do Ceará era oligárquico, os empregos públicos estavam restritos à oligarquia que estava no poder. Sabe-se que a “Acióli organiza a máquina política, cujos postos-chaves são ocupados por seus familiares ou pessoas de estrita confiança” (CARONE, 1978, p. 277)<sup>35</sup>. Assim, dificilmente os mais pobres conseguiriam algum emprego público, já que as correias transmissoras de sua rede social não alcançavam as redes da oligarquia Acióli.

No geral, não havia possibilidades de o indivíduo pobre se manter nessa figuração social, quanto mais para ascender socialmente. No campo, as terras estavam cercadas, a parceria se consolidava e o fenômeno das grandes secas manifestava-se regularmente, impedindo os pobres de garantirem seus meios de subsistência. Na cidade, para os que tiveram condições sociais de estudar, também não havia campo suficiente de trabalho, porque

<sup>34</sup> Mensagem do presidente do Ceará, Marcos Franco Rabelo, em 1913, p. 23.

<sup>35</sup> Ver também: Ponte (2010, p. 51).

os postos do Governo estavam limitados aos membros da oligarquia reinante. Isto demonstra que, no Ceará, a situação econômica dos pobres estava permeada por dificuldades, que facilmente os deixavam em risco de vida.

Tampouco se pode esquecer os efeitos do liberalismo do Governo estadual. O liberalismo econômico, que vinha sendo adotado desde o Império, prejudicou a instabilidade da população pobre do país, visto que ela carecia da intervenção do Estado na economia. Mas, para a política brasileira do final do século XIX e começo do século XX, adotar o liberalismo era estar afinado com as grandes nações europeias e Estados Unidos da América. Nas palavras de Raymundo Faoro (2008, p. 257)<sup>36</sup>: “Ser culto, moderno, significa [...] estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular”. Seguindo a lógica liberal, portanto, Acióli não intervinha na economia, apesar de assistir milhares de trabalhadores migrando do Ceará. Embora a nova historiografia cearense considere as pífias ações dos Governos do Ceará na República Velha como grandes intervenções na economia, sobretudo no tocante à remodelação urbana, o Governo estadual não fazia nenhum programa de obras públicas que pudesse empregar os sertanejos que enfrentavam as rupturas do equilíbrio tradicional de tensões.

Enquanto saíam milhares de cearenses pelos portos, o Governo liberal de Acióli fazia programa de economias. Em seu relatório de 1905, José Acióli, secretário do Interior, fazia, deste modo, o resumo do 2º Governo de Acióli:

No período decorrido de vossa posse à presente data, nenhuma obra importante foi executada por conta do Estado, atentas as circunstancias em que se encontra a administração. Obedecendo ao programa de economias que vos traçastes ao assumir o governo, julgastes prudente não encetar trabalhos que por sua natureza pudessem acarretar grandes despesas, comprometendo a situação financeira do Estado,- objeto de vossa constante preocupação.<sup>37</sup>

Desse modo, o Governo estadual, que não intervinha na economia, não era para estranhar a mórbida atração dos pantanais, pois, no momento em que a população necessitava de um Estado interventor para equilibrar as redes de interdependência, ele simplesmente organizava “programa de economias”. Neste cenário de abandono da população pelo Estado

<sup>36</sup>Ver também: Carvalho (1987, p. 24 e ss.).

<sup>37</sup> *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado do Ceará Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, pelo secretário de Estado dos negócios do interior José Pompeu Pinto Accioly. Junho de 1905, Ceará-Fortaleza, p. 20-21.*

do Ceará, havia uma possibilidade para essa população desassistida, que era a de emigração subvencionada pelos Estados amazônicos e pelos Estados do Sul. Nesta figuração social, então, os agenciadores de mão de obra tinham muito sucesso em reunir os trabalhadores para compor os fluxos migratórios, sobretudo aqueles que não queriam se submeter aos latifundiários.

Ademais, os cearenses que remigravam ostentando melhores condições sociais do que os que não migravam acabavam lhes influenciando nesta figuração social na qual os pobres ficavam cada vez mais pobres. Imagine-se, portanto, os sentimentos que despertavam na população que tentava se fixar no Ceará, apesar de uma configuração social extremamente contrária a essa fixação, ver um paroara ostentando uma posição social mais elevada, ou exibindo um “rolo de dinheiro”, um “chapéu-de-sol” e “correntão de ouro” (TEÓFILO, 1974). Ouvir histórias tais, como a do coronel Roberto e a do tenente Marciano, também despertava a vontade de desertar da agricultura cearense e emigrar para Amazônia, já que eram exemplos de indivíduos que foram bem sucedidos com a migração<sup>38</sup>. Essa interdependência de valores influenciou, sem dúvida, a emigração cearense. Como indica a sociologia de Elias (2001, p. 94):

É muita pequena a probabilidade que um indivíduo consiga manter-se isolado, sem participar em sentido algum da competição por oportunidades que ele sente e considera como algo de valor para os outros, sem procurar a realização de seus esforços de um modo que lhe assegure uma comprovação de seus valores por parte das outras pessoas.

Obviamente que apenas uma pequena parte dos que emigraram foi bem sucedida, mas queremos ressaltar que, para a maioria da população cearense, a situação das sociedades de destino era superior a do Ceará e, portanto, ela também não conseguia fugir dessa influência. Ter um “chapéu-de-sol” e um “correntão de ouro” era ter *status* nessa figuração, sobretudo entre os sertanejos pobres e, assim, se o indivíduo não conseguisse dispor desses acessórios, como um migrante dispunha, restava-lhe migrar também para consegui-los, como sonhava João das Neves, o protagonista de *O paroara*. Com efeito, a propaganda dos paroaras, ou a divulgação positiva da migração, surtia muito mais efeito do que a propaganda do Governo e da sociedade, cujo teor era apenas o de menosprezar as sociedades de destino.

---

<sup>38</sup> Ver: Rangel (1924), especialmente os capítulos *Obstinação* e *Maibi*. Em seu trabalho *A borracha na Amazônia*, Barbara Weinstein (1993, p. 39) também resgata o caso de Anfrísio Nunes – cearense que conseguiu ascender socialmente com a migração para os seringaais.

A glorificação da Amazônia ou do Sul realizada pelos agenciadores era um alento para essa população; era recebida com muito mais entusiasmo do que as críticas a essas regiões.

Outro elemento desta configuração social que ajudou sobremaneira o desenvolvimento dos fluxos migratórios foi a emigração subvencionada do Governo central e federal, que estava instrumentalizado pelos paulistas, e dos Governos do Pará e do Amazonas. Essa política de subsidiar as passagens dos cearenses continuará por muito tempo, mas, na passagem do século 19 para o século 20, ela terá como motivação o transporte de braços para a grande lavoura do Sul, sobretudo a do café, e também, para os seringais do Norte. Portanto, temos aí um ponto que é fundamental para o entendimento da emigração em massa de cearenses para outras regiões do país. Se não fosse a tecnologia do navio a vapor, não haveria essa emigração para regiões tão distantes. Os migrantes chegariam, no máximo, aos Estados vizinhos; dificilmente um sertanejo cearense chegaria ao Sul ou ao Amazonas. Nesse sentido, as passagens subsidiadas e os navios a vapor foram fundamentais para a formação dos fluxos migratórios que partiam do Ceará e, por conseguinte, para deixar essa figuração social extremamente favorável à emigração da população.

Além da vontade explícita dos cafeicultores e seringalistas de terem a mão de obra ociosa dos retirantes em suas fazendas, sabe-se, também, que havia outro motivo para que os portos do Ceará ficassem repletos de navio ou paquetes, qual seja: a influência que as companhias de navegação desfrutavam juntamente ao Governo central:

Em 1837, a Companhia Brasileira de paquetes a vapor obteve o direito de explorar por dez anos a ligação marítima entre a Corte e as cidades do Norte até o Pará. [...] O atrelamento ao Estado, incluindo as subvenções elevadas, refletiu-se no desinteresse da empresa por modernizar o serviço [...]. Mas o novo período [1870], supostamente de livre concorrência entre as empresas de navegação a vapor, não deixou de estar marcado pela ligação destas com o Estado, um de seus principais clientes. As passagens subsidiadas e o transporte de mercadorias eram matéria de disputa entre as empresas de navegação (SECRETO, 2004, p. 61-62).

Quando havia uma seca, e os retirantes eram forçados a buscar o litoral à procura da proteção social do Governo, as companhias de navegação percebiam nesse momento a oportunidade de grandes lucros, sobretudo por causa do elevado número de tripulantes que ela poderia transportar, tendo de antemão a garantia do pagamento das passagens feito pelo Governo central. José do Patrocínio (1973, p. 295) registra, assim, a influência do *lobby* das empresas de navegação no Império:

Não há quem não saiba aqui o estado em que está aquele navio. Estava já para ser vendido como lenha. [...] o governo fretou-o e responsabilizou-se por qualquer desastre que sobrevenha. [...] o dono é do partido que está em cima. [...] E para servir um amigo mata-se mais de 200 pessoas.

Desse modo, a emigração cearense recebeu impulso tanto dos cafeicultores que manipulavam o Governo central para subsidiar as passagens dos retirantes, quanto das empresas de navegação que aproveitavam da influência que tinham nesse Governo para transportar os retirantes que estavam apinhados no litoral. A emigração subvencionada foi, sem dúvida, um grande impulsor dessa emigração. Ela, juntamente com o desenvolvimento dos latifúndios, a subordinação da agricultura de subsistência à agricultura comercial, as mudanças nas relações de trabalho no campo, as grandes secas, o liberalismo do governo oligárquico do Ceará, e o aumento da densidade da população, ajudou a criar o que definimos de configuração social favorável à emigração. Todas essas rupturas do equilíbrio tradicional de tensões foram responsáveis pelo deslocamento da população. Embora o Governo e a sociedade defendessem que a população migrava porque era *preguiçosa, nômade, inexperta, mestiça, vadia, ambiciosa* etc.

Assim, essa configuração social tem como características a diminuição de redes sociais no contexto de origem e o prolongamento delas noutro contexto. Percebemos que, em vez de diminuir a dependência dos pobres com os latifundiários no contexto de grande miséria, essa dependência só fez crescer. Entrementes, o Governo do Ceará continuou paralisado frente o desafio de reter a população. E o Governo federal combatia a migração com mais emigração. Portanto, de um lado, ficava o Governo do Ceará e a sociedade publicando somente imagens negativas dos locais de destino da população migrante, e de outro, os pobres cada vez mais sufocados, seja pelas relações de parceria, seja pela falta de emprego causada pelas grandes secas. No entanto, os pobres tinham como tática criar esperança em outras terras.

### **1.3. O conceito de retirante e seus sentidos**

O conceito de retirante é outro sentido atribuído ao emigrante. Aliás, com o uso indiscriminado do conceito de retirante, pensa-se que todo o emigrante do Ceará tem saído de

sua terra natal por causa das secas, ou seja, numa posição social de extrema miséria. Assim, o desenvolvimento desse conceito tem dificultado a percepção de um outro segmento de migrante, que não está com suas redes sociais destruídas, como os retirantes, mas que também está migrando. Desse modo, todo o retirante pode ser considerado um migrante, mas o migrante não precisa necessariamente ser um retirante. Embora os dois estejam migrando nessa figuração social, há diferenças sociais entre eles: enquanto o retirante sai de seu município porque suas redes sociais foram minadas, precisando refazê-las urgentemente noutra lugar para readquirir os meios de sobrevivência, o migrante está saindo, mesmo dispondo de fortes redes sociais, ou não, para estendê-las ou para melhor distribuí-las na configuração social que está inserido, e não refazê-las.

A confusão no uso desse conceito se deve aos sentidos que o Governo federal e o Governo estadual lhe deram. Embora esses sentidos sejam diferentes, eles acabaram tornando esse conceito hegemônico em relação à situação social dos migrantes que partiram do Ceará. Como o Governo federal estava instrumentalizado pelos paulistas, que queriam levar a mão de obra dos sertanejos para a lavoura do café, o Governo federal só protegia o retirante, ou aquele que se deslocava de sua localidade para o litoral à procura de proteção estatal, onde era mais fácil arrastá-los para os navios que tinham como destino o Sul do país. Nesse sentido, o conselheiro Antonio Prado, ministro da Agricultura, em 1888, definia apenas a subvenção das passagens de navio como proteção aos sertanejos, ou melhor, aos retirantes:

Pode dar passagem na companhia Brasileira por conta desse Ministério, a família de retirantes, que a solicitarem. Este favor deve restringir-se a pessoas que provem dele necessitarem por motivo de seca.<sup>39</sup>

Assim, o Governo federal, definindo apenas os retirantes como beneficiários de sua proteção social, forçava os sertanejos a empreenderem grandes deslocamentos para o litoral, onde havia navios para levá-los aos cafezais. E, dessa forma, foi reforçando essa categoria, que lhe era muito vantajosa, já que lhe ajudava a resolver o problema da mão de obra no Sul, mais precisamente nos cafezais de São Paulo.

Já o Governo estadual reforçava esse conceito, porque ele tinha interesse em associar a migração apenas à seca, e os agentes que migravam aos retirantes. Pois, desse modo, o impulsor da migração estava na natureza, que castigava o Ceará com grandes secas, e

---

<sup>39</sup> APEC. Telegrama nº 697 do Ministério da Agricultura, em 6 de setembro de 1888.

assim, o Governo do Ceará salvaguardava sua administração de qualquer ligação com os fluxos migratórios. É tanto que, ele só aceitava as migrações que estavam estritamente ligadas às secas, conforme indicou o Presidente do Estado José Freire Bezerril Fontenelle:

Essa emigração em annos climatericos [de seca] pode ser justificada até certo ponto pelo princípio da conservação; mas nos últimos três annos, em que os invernos tem sido regulares, copiosos mesmo, não há razão de ordem alguma que a justifique.<sup>40</sup>

Assim, era só nos períodos de grande seca, que o Governo estadual admitia – “até certo ponto” – os fluxos migratórios e elaborava aquela primeira dimensão do discurso do migrante, qual seja: “o homem desvalido no seu lugar de origem<sup>41</sup>”. Portanto, os presidentes do Ceará, em seus discursos, reproduziam indevidamente a categoria de retirante, com o intuito de ocultar os problemas sociais que estavam envolvidos com os deslocamentos de sua população.

Deste modo, a categoria de retirante era reforçada tanto pelo Governo federal, que tinha interesse em forçar os sertanejos a se retirarem de suas localidades, dando proteção apenas aos retirantes, quanto pelo Governo estadual, que só considerava a migração que ocorria durante as secas, pois a vida no Ceará era “fácil”. A sociedade estava tão impregnada pelos sentidos desse conceito que, qualquer mudança, até mesmo aquelas que davam a proteção estatal uma maior abrangência, era duramente reprovada. Rodolfo Teófilo, ao registrar as mudanças que estavam se operando na seca de 1915, demonstrou sua insatisfação com a mudança da categoria retirante para o de flagelado na classificação do sertanejo migrante que chegava às cidades do litoral. “O retirante perdeu o seu antigo e expressivo nome e começou a chamar-se ‘flagelado’. Coisas do tempo e da moda” (TEÓFILO, 1980, p. 54-55). Agora, tudo indica que Teófilo não atentou que por trás da expressividade desse nome estavam ocultos sentidos que revelam a verdadeira intenção do Estado, que, além de esquecer os povos sertanejos que não migravam, ajudava, portanto, apenas os retirantes, com o intuito de lhes transferir para o Sul.

Tampouco Rodolfo Teófilo percebeu que essa mudança tinha relação com a nova proteção estatal contra as secas. Em vez de ajudar apenas os retirantes, com o objetivo único de retirá-los da terra natal, a partir de 1909, o Estado tinha como objetivo retê-los e, portanto,

<sup>40</sup> Mensagem do Presidente do Ceará, José Freire Bezerril Fontenelle, em 1896, p. 154.

<sup>41</sup> Ver: Carleial (2002, p. 185 e ss.).

a categoria retirante, nesse sentido, já não interessava mais. No entanto, Rodolfo Teófilo percebia que a expressão dessa categoria era importante para o entendimento do fenômeno da seca, e aproveitou a ocasião para expressar seu humanismo cristão: “Em todas as secas chamou-se ao sertanejo que emigra ‘retirante’ e não flagelado. Flagelados somos todos nós durante a calamidade” (TEÓFILO, 1980, p. 55). Com efeito, a categoria retirante era antiga, estava nas estruturas de sentimento e nas escalas de valores da época, e não seria esquecida tão facilmente, sobretudo pelo Estado, que a desenvolveu enormemente.

Assim, retirante é aquele que se retira do seu local de origem, por algum motivo desconhecido; é estrangeiro, é invasor, *outsider* e, portanto, perigoso. Sendo *outsider*, ele pode tornar-se estabelecido, e esse era, pois, o receio dos habitantes da “aldeia” relativo aos moradores da Zona 3, como apresentam Elias e Scotson (2000, p. 126), assim como dos habitantes da capital Fortaleza sobre os sertanejos famintos que invadiam essa cidade.

Em nosso contexto, este conceito está ligado às grandes secas. Mas dificilmente poderia ser diferente, pois, no Brasil, as ciências sociais incorporam esse tradicional sentido que o restringe apenas à intempérie climática da seca. Porém, sabe-se que ele não está restrito aos migrantes que têm como impulsor mais aparente as grandes estiagens. Ele tem sido utilizado também em outros contextos sociais, por grupos estabelecidos, para classificar os grupos considerados inferiores, ou como define a sociologia elisiana, os *outsiders*. Podemos ter, então, retirantes nas cidades, no bairro, no condomínio etc., e, em todos esses contextos, essa categoria encarna sentidos negativos. Mas, aqui nesse estudo, vamos trabalhar com essa categoria no contexto das grandes secas, ou no contexto, que ele foi consagrado pelo Estado, e depois incorporado, desse modo, pelas ciências sociais.

No tocante à diferença que precisa ser realizada entre o retirante e o migrante, podemos dizer que, nesta configuração social, era mais aceitável socialmente ser um retirante do que ser um migrante. Pois havia proteção social para os retirantes, sobretudo no tocante ao artigo 5<sup>a</sup> da Constituição de 1891, que versava sobre os socorros da União aos Estados em caso de calamidade pública<sup>42</sup>. Mas, para isso, o retirante teria que esperar pelo resultado da mobilização dos poderes públicos e teria, ainda, por causa do liberalismo existente nas esferas de poder da sociedade, que trabalhar nas obras públicas, para receber essa proteção, sem ter as mínimas condições físicas e psicológicas.

---

<sup>42</sup> Ver: Carone (1976, p. 96).

A nosso ver, portanto, a situação do indivíduo que fosse apenas migrante era mais confortável, pois, embora ele não conseguisse fugir das restrições e classificações, tais como as de *inexpertos* e *ambiciosos*, ele estava mais dependente de seus recursos sociais e de suas redes de comunicação do que os retirantes. Além disso, havia mais estigmas no tocante aos retirantes, como bem expressa esse trecho de José de Américo de Almeida (2008, p. 98): “Não tinham sexo, nem idade, nem condição alguma. Eram os retirantes. Nada mais”.

Enquanto o migrante era classificado como *inexperto*, o retirante era o faminto. Ser retirante era uma vergonha, vexame, era o mesmo que ser um criminoso. No entanto, o migrante, por exemplo, o paroara, que vinha buscar trabalhadores, era invejado por sua comunidade, como vimos. Na seca, os retirantes estavam com roupas rasgadas, vestidos rotos, em estado de Eva e semi-nús (TEÓFILO, 1922). E o paroara estava bem vestido com “chapéu de sol” e “correntão de ouro”. Em relação à mobilidade espacial, o retirante não tinha conhecimento de seu destino. Vinha à Fortaleza buscar ajuda, desconhecendo por completo que só a tinha em forma de passagens de navio a vapor, para o Sul ou para os Estados amazônicos do país. Além disso, na hora do embarque, poderia perder todos seus familiares devido à pressão do momento. Já o migrante contava com o auxílio de um agenciador de mão de obra, sabia de antemão para onde iria e, às vezes, já tinha uma rede social de amparo estabelecida, seja com amigos, seja com familiares.

É preciso, portanto, diferenciar esses dois indivíduos, que participavam do mesmo grupo social, mas que pertenciam a frações diferentes desse grupo, e, por isso, emigravam em situações sociais diferentes. O problema é que os historiadores não fazem a distinção necessária. E, assim, todo o cearense que foi extrair borracha e colher café era retirante, tinha saído de sua terra por causa apenas da seca. Edgard Carone (1978, p. 63), por exemplo, diz que “a mão-de-obra do Nordeste, fugindo das secas inclementes de 1877-1880, procura no vale do Amazonas a sua sobrevivência, o que torna possível o aumento da extração do látex nesta região inóspita e mortífera”. Ora, quando afirma isso, Carone não está fazendo ficção. A questão é que não só apenas os retirantes foram para Amazônia e, também, da forma como ele diz, pensa-se que esta seca é a única responsável pela conjuntura de miséria de fins do século XIX no Ceará, expulsando, portanto, por longos anos, a população sertaneja. No entanto, existem outros fatores sociais que provocaram essa conjuntura, como vimos. A seca, a nosso ver, também é um dos fatores, mas não o único.

Entretanto, os historiadores persistem em trabalhar apenas com a categoria de retirante, ou com a associação entre seca e migração, quando se debruçam sobre a emigração cearense. Barbara Weinstein, por sua vez, só percebe como migrante que fazia o trabalho de seringueiro para a economia da borracha “as desesperadas vítimas da seca do infeliz Nordeste” (WEINSTEIN, 1993, p. 47 e ss). Sabe-se, no entanto, que a maioria da mão de obra dos seringais era composta por retirantes da seca. O que queremos dizer é que muitos cearenses, que não estavam vivendo os efeitos de uma estiagem ou que não eram retirantes, também emigraram e fizeram o trabalho de extração, independente de seca ou não.

Porém, no tocante à mobilidade social, pode-se dizer que, em vez de diferenças teóricas entre o retirante e o migrante, há mais aproximações. Como exemplo disso, tem-se como argumento o fato de que os dois grupos emigravam para os mesmos locais de destino, portanto, dificilmente teriam diferentes relações de trabalho. Agora, podemos argumentar que o retirante dificilmente teria possibilidades de se elevar socialmente, porque migrava em grandes grupos de trabalhadores, instalando-se em localidades que não poderiam absorver esse elevado número de braços. Nesse sentido, podemos dizer que o migrante teria mais chances de tornar-se um estabelecido nos locais de destino, visto que ele levava algum recurso consigo para a viagem, dispunha de uma extensão maior de rede de interdependências, e, também, emigrava em pequenos grupos de trabalhadores, sob a encomenda de cafeicultores e seringalistas e, portanto, teria uma infraestrutura mais organizada para recebê-lo (Hospedaria de Imigrantes, transportes etc). Por tudo isto, é importante que a história realize as diferenciações e as aproximações devidas entre esses dois indivíduos e não apenas absorva o conceito de retirante das fontes históricas sem nenhuma problematização.

Os retirantes, assim, tinham que buscar a interdependência de sua figuração social noutra local, pois na região onde residiam sua rede de interdependência já tinha sido minada. Eles já tinham sido dispensados pelo proprietário de terras; o padre da região não podia mais ajudá-los; e seus familiares, se tivessem em melhor situação social, não poderiam mantê-los durante toda essa intempérie. Em sentido contrário, percebemos os migrantes, pois, em vez de terem suas redes de interdependência destruídas, tinham ampliadas, com o alargamento das correias transmissoras que os ligavam aos agentes de contratação (parouaras e amigos ou parentes que trabalhavam no Sul), e, também, com a adição de novas redes no contexto de destino.

Não queremos dizer simplesmente que o migrante era rico e o retirante pobre. Não se pode esquecer que os dois indivíduos são migrantes num contexto em que a migração tinha relações estreitas com a pobreza da população. E, portanto, tanto o retirante quanto o migrante estão em condições sociais muito próximas, ou viviam sob as mesmas explorações provenientes do sistema de parceria. Mas, enquanto um migrava no inverno, ou mesmo no verão, ou melhor, em situações nas quais não havia fome generalizada, o outro tinha que cruzar 200 quilômetros sob o sol inclemente para buscar ajuda, pois, do contrário, ele poderia morrer de fome.

Assim, o migrante que saiu do Ceará não estava seminu, cadavérico, faminto e misérrimo, tal como os retirantes. Ele estava robusto, era “flor dos homens”, tinha uma boa constituição física, conforme as fontes históricas. Não pedia esmolas, como faziam os retirantes. Era pobre, mas possuía alguns bens, como, por exemplo, João das Neves, que tinha duas vacas, uma égua e um porco (TEÓFILO, 1974, p. 68). Dificilmente, portanto, o migrante estaria como algum daqueles nove indivíduos esqueléticos e desfigurados pela fome, que compõem o quadro *Os retirantes* de Candido Portinari.

Era a fome a grande companheira dos retirantes, fazendo com que eles fizessem coisas inacreditáveis e forçando-os a abandonarem sua sanidade mental. Durante a longa caminhada que o Governo federal impôs aos retirantes, eles, juntamente com a sombra da fome, alimentavam-se de croatá, orquídea venenosa, farinha ralada do miolo da carnaúba, raiz de mandacaru, coco das palmeiras do Piauí e mandioca. Para comer a mandioca, que tem veneno, aprendeu o mecanismo de lavá-la em nove águas, como demonstra Rodolfo Teófilo em *A fome*. Desse modo, os retirantes se transformavam em coletores e caçadores, definindo como comestível aquilo que hoje poderia ser visto como uma sofisticada iguaria, como, por exemplo, carne de cachorro:

Horas depois, as duras carnes do Amigo [que era como se chamava o cachorro] faziam calar a caçula, e, satisfazendo duas meninas mais velhas, diminuía a dor das duas senhoras (PATROCINIO, 1973, p. 109).

Em *Vidas secas*, o retirante Fabiano e sua família tiveram que comer o papagaio de estimação:

Ainda na véspera eram seis viventes, contando com o papagaio. Coitado, morrera na areia do rio, onde haviam descansado, à beira de uma poça: a fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida (RAMOS, 2008, p. 11).

Nos romances regionalistas da década de 30 encontram-se várias dessas cenas de miséria. Cenas estas dificilmente vividas pelos migrantes, já que eles tinham o apoio dos agentes de trabalhadores. Era, portanto, na retirada do sertão que a miséria do retirante era facilmente percebida, pois ele trazia consigo todos os signos da fome – sua inseparável companheira de caminhada. Como exemplo disso, temos o romance *O quinze*, no qual o personagem Chico Bento mata uma cabra com o objetivo de alimentar a família e, flagrado pelo dono do animal, é humilhado, chamado de cachorro e de ladrão, ficando apenas com as tripas da cabra (QUEIROZ, 2010, p. 71-72).

Assim, o cenário construído para representar as cenas da seca, da odisseia dos retirantes, tem como elemento fundamental a miséria. Melhor: é a destruição completa das redes de interdependência. A imagem típica é a de indivíduos soltos ou largados no mundo à espera da caridade particular, que não pode garantir redes sociais para todos, e da ajuda oficial, que não acompanha o ritmo da subnutrição dos retirantes. A miséria era tanta, que os retirantes têm que retroceder ao tempo dos canibais:

De costas para ele, [a mãe] acorada defronte do cadáver nu de um menino [seu filho], a mulher, munida de uma faca, descarnava-lhe uma das coxas, cortando com a frieza de um carnicheiro as carnes de um boi (PATROCINIO, 1973, p. 122).

As teorias raciais diriam que isto seria a influência do canibalismo, um defeito atávico de seus antecedentes indígenas, manifestando-se nos mestiços. O determinismo geográfico, por sua vez, diria que era o clima abrasador agindo nas mentes esfomeadas dos retirantes. Mas, no entanto, a tragédia de uma mãe comer seu próprio filho não tinha relação com o mestiçamento e nem estava localizada apenas nas regiões de clima semiárido. Essa tragédia tinha relação direta com as condições sociais da população, a estrutura social do Ceará e a destruição das redes locais de interdependência, ocasionada pelas secas.

Desse modo, o indivíduo pobre, que não aproveitasse ou não tivesse acesso ao agenciador de mão de obra, que lhe facilitava a passagem de navio, corria sérios riscos de tornar-se miserável, pois, embora não intencionasse sair de sua terra natal, vivia numa

configuração social na qual a insegurança era um componente principal, sendo, portanto, mais seguro para ele sair na condição de migrante do que na de retirante. Acompanhado dos agenciadores ou dos agentes de contratação, ele contaria com toda uma infraestrutura já organizada para recebê-lo. Se saísse nos períodos de seca, dificilmente haveria infraestrutura que desse para receber o grande fluxo de imigrantes. Nos Estados amazônicos, por exemplo, não havia estrutura nenhuma:

Cerca de 663 desgraçados, corridos pela fome miséria de sua terra, achavam-se hontem, famintos, sem destino, aglomerados no [...] trapiche, expostos à chuva e ao sol abrasador de nosso clima.<sup>43</sup>

Nesse sentido, José do Patrocínio dissera que os retirantes eram órfãos em toda parte, e realmente os fatos confirmam isso, até mesmo em São Paulo que tinha importantes equipamentos para receber os migrantes. Como a população migrante era quatro vezes maior nas grandes secas, era difícil para uma cidade suportar esse fluxo, o que provocava o abandono dela, justamente ao deus dar. O Governo federal só pagava suas passagens de navio, como se assim, resolvesse todos os problemas dos migrantes. No entanto, dificilmente os retirantes suportariam o trajeto da viagem que durava em média cinco dias:

Temos a registrar a perda de alguns retirantes nos referidos alojamentos, principalmente crianças. Fui vê-los e reconheci que succubiam de inanição contrahida nos portos de partida até essa capital. Mal alimentados, mal vestidos, era inevitável que chegassem aqui [Rio de Janeiro] em circunstâncias lastimosas.<sup>44</sup>

É preciso, então, diferenciar e aproximar teoricamente, quando necessário, esses dois tipos de segmentos de migrante que compõem a emigração cearense. Pois, do contrário, estaremos, de um lado, aumentando o alcance da categoria de retirante, e do outro, restringindo a potencialidade da categoria de migrante.

Na escala de valores da sociedade brasileira de então, o retirante, diferentemente do migrante, também era estigmatizado como criminoso. Em sua famosa palestra *O Problema das Sêcas*, proferida em 1913, Miguel Arrojado Lisboa (2010, p. 15), após fazer algumas considerações sobre os diferentes estágios da seca, diz que:

<sup>43</sup> APEC. Diário de Belém, 23 fevereiro 1889, p. 1.

<sup>44</sup> APEC. Ofício do Ministério dos Negócios do Império para a Presidência do Ceará, em 10 de março de 1889.

O último termo da evolução dessa série complexa de fenômenos é a transplantação, para os centros de recurso, de uma população adventícia, maltrapilha, faminta, enfim, miserável. [...] A ordem social fica profundamente afetada. A caminho da cidade já os famintos vinham derrocando as leis.

Ora, se os retirantes não se reunissem em multidão para pressionar as autoridades e fizessem valer seus direitos, nada acontecia, era a lei da sobrevivência contra as leis da nação. Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, desse modo, não era uma voz dissonante, pois toda a sociedade, sobretudo as autoridades, denunciava a miséria dos retirantes como um impulsor perigoso para possíveis tumultos, tentando assim evitá-los. A ordem das autoridades era dispersar a multidão faminta dos retirantes, pois, aglomerados em multidão, facilmente poderiam causar tumultos. Assim, nos períodos de seca, as autoridades viam qualquer reunião de retirantes como um possível assalto:

A fome recrudescia por toda a parte: na estação do Massapê, da ferro-via de Sobral, cerca de dous mil famintos, reunidos na plata-forma e circumvisinhanças da estação, aguardavam a passagem do trem procedente de Camocim, carregados de víveres, para o assaltarem quando ali passasse. O chefe do trem, avisado a tempo, não parou na estação, evitando, d'esse modo, o assalto planejado.<sup>45</sup>

Não queremos dizer que os retirantes não invadiam armazéns, mercearias, comboios etc. para levar alimentos, mas sim que, na escala de valores da época, havia muito preconceito contra os retirantes, o que fazia com que eles fossem malvistas, acusados de serem assaltantes. Assim, enquanto o migrante era invejado, considerado como um homem de coragem, que ia se aventurar na floresta, o retirante era o ladrão, o indivíduo que dava medo até de olhar.

Como o retirante era um *outsider*, que devia rapidamente recompor suas redes de interdependência, qualquer gado que desaparecesse e qualquer invasão à propriedade que acontecesse eram vistos como um assalto de retirante. Nas estruturas de sentimento da época, portanto, os retirantes eram invasores, canalhas e criminosos. Por isso, o Governo do Ceará e a sociedade tinham que agir rapidamente para impedir qualquer tumulto por parte deles. Em *Os retirantes*, de José do Patrocínio, por exemplo, eles foram acusados do crime que o padre

---

<sup>45</sup> APEC. Mensagem do Presidente do Ceará, Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 42. Sobre as ações de massa dos retirantes no Ceará, ver: Neves (2000).

Paula cometeu contra Alexandre Feitosa (PATROCINIO, 1973). Assim, enquanto o Governo federal não organizava as comissões de socorros, os fazendeiros acusavam os retirantes de criminosos, enviavam-nos para a capital e cometiam crimes contra eles.

Na verdade, os fazendeiros queriam controlá-los para não perder a grande oferta de mão de obra. Mas, ao mesmo tempo, só esperavam pelo Governo federal. Desse modo, os retirantes não tinham a quem pedir ajuda, pois suas redes de interdependência estavam desestruturadas. A única esperança era o socorro da União, visto que boa parte de sua sociedade estava prejudicada com a desagregação das redes locais de interdependência. Localizados na posição social mais baixa da sociedade, os retirantes deviam esperar pelo poder público e pela caridade de grupos que os desumanizava, como fez o vigário Belmiro, quando disse ao padre Paula: “O que pode valer uma queixa de retirantes?” (PATROCINIO, 1973, p. 68).

A resposta dessa pergunta era absolutamente nada, para a escala de valores do Ceará no final do século XIX. Os retirantes eram a escória dessa sociedade. Porém, eles passaram a ter valor quando essa sociedade pensava neles como trabalhadores, força de trabalho. Enquanto estavam reunidos, fazendo valer seus direitos de vida, eles eram evitados por todos, até mesmo pelos migrantes, ou por aquela fração do grupo dos sertanejos pobres, que tinham redes suficientes para enfrentar uma seca, mas não para evitar a emigração. Na verdade, com a crescente emigração, e, por conseguinte, com a perda de trabalhadores, tanto os retirantes quanto os migrantes passaram a ser controlados socialmente pelo Governo e pela sociedade. Agora, os proprietários de terra e o Governo do Ceará não podiam exigir o auxílio da União para controlar o migrante. Aí eles tinham que organizar seus próprios planos de controle da mão de obra. Veremos mais adiante como o Governo do Ceará e a sociedade conseguiram diminuir o deslocamento dos sertanejos.

Assim, foi através das secas e da proteção aos retirantes, que os fazendeiros do Ceará conseguiram organizar a sistematização do combate contra os efeitos da seca. Não foi, pois, o migrante que viajava em pleno inverno que serviu como justificativa para as autoridades locais exigirem a ajuda da União. A emigração deste, como vimos, era tida como um problema individual, para, assim, salvaguardar o Governo e a estrutura social de críticas, tumultos etc. Ela, portanto, não se encaixava no artigo 5º da Constituição de 1891, que obrigava o Estado republicano a intervir nos casos de calamidade pública. Diferentemente da situação do retirante, então, que podia ser considerado como vítima de uma calamidade

pública. Portanto, o retirante, e não o migrante, foi utilizado como argumento para as autoridades locais do Ceará reclamarem da ausência do Estado brasileiro na região Norte do país.

A história precisa, portanto, diferenciar o retirante do migrante e aproximá-los, quando necessário, para compreender a complexidade das migrações no Ceará. Fazendo isto, não se confundirá um indivíduo de determinado segmento com um indivíduo de outro, que possui um menor número de redes de interdependência. Influenciados pelos romances regionalistas e pelos relatórios de Governo, os historiadores trabalhavam apenas com a perspectiva de só haver migração quando houvesse seca, e com a de todo migrante ser retirante, provocando, assim, uma confusão entre dois indivíduos que participam de um mesmo grupo social, mas que são de frações diferentes. Enquanto um tem possibilidades reais de ascensão social, o outro poderá perder a vida por inanição. Embora sejam do mesmo grupo social, o migrante está deixando seu contexto de origem, porém pode retornar a ele, porque ainda possui certos vínculos sociais, e assim, mantém sua configuração social e terá oportunidade de ampliá-la no contexto de destino. Enquanto o retirante, em vez de ampliar a configuração social a qual está inserido, terá que reconstruí-la, refazê-la sem nenhum planejamento.

## 2. A EMIGRAÇÃO CEARENSE: VIAS EXPLICATIVAS

“Estamos habituados a falar tanto de raças primitivas quanto de culturas primitivas, como se ambas estivessem necessariamente relacionadas. Não só cremos em uma estreita associação entre raça e cultura, mas estamos também dispostos a sustentar a superioridade de nossa raça sobre todas as demais. [...] Dessa maneira nossa atitude não está baseada em conhecimento científico, e sim em simples reações emocionais e condições sociais” (BOAS, 2011, p. 9).

### 2.1. As populações do Norte do Brasil sob a ótica do racismo científico e do determinismo geográfico

Como os cientistas do final do século XIX defendiam que o mestiçamento da população e os seus climas eram a causa de todos os males do Brasil, os cearenses migravam porque eram mestiços ou porque viviam num clima semiárido. Esta sua característica antropológica e ambiental era considerada pelo conhecimento científico como um sinal de inferioridade biológica e de meio hostil, sobretudo em comparação aos povos tidos como brancos, que viviam em climas temperados. Imbuídos pelas teorias racistas e pelo determinismo geográfico, esses estudiosos defendiam que os problemas sociais do Norte surgiam como produtos resultantes da aridez do clima e, também, da mestiçagem entre a raça negra, branca e índia:

Modelo de sucesso na Europa de meados dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época constituíam enquanto centros de congregação da elite pensante nacional (SCHWARZ, 1993, p. 14).

A antropologia racista – depois tida como ideologia do colonialismo, classificava os povos como superiores e inferiores, sendo que os inferiores eram os mestiços ou povos que, em sua formação cultural, tiveram diversas contribuições antropológicas; e os superiores eram supostamente os de raça pura. A razão e a natureza do universo eram, assim, invocadas para consagrar as hierarquias existentes como justas e inevitáveis (GOULD, 1999, p. 17). Desse modo, as teorias racistas eram utilizadas pelas nações europeias que, no final do século 19 e começo do século 20, adotavam o imperialismo como política externa, e, portanto,

tratavam os africanos e os índios americanos, como seres inferiores, que só tinham como função fornecer suas riquezas para as nações civilizadas da Europa.

O determinismo geográfico, por sua vez, classificava as teorias raciais de contraditórias e definia o meio ambiente como fator responsável pelo comportamento humano. Influenciados por Ratzel, Sample e Montesquieu, os geógrafos acreditavam que o meio modelava o homem: assim, se o ambiente era frio, o homem era corajoso; e se o ambiente era árido, o homem era tímido<sup>46</sup>. Desse modo, o cearense que vivia num meio hostil (semiárido) tinha grande propensão a migrar. E, assim, o determinismo geográfico colocava-se como mais uma resposta a-histórica ao problema da migração. Para os geógrafos e engenheiros que acreditavam no determinismo geográfico, a pecuária já não era mais solução para a região da caatinga brasileira, e sim a construção de açudes, de estradas de ferro, de rodagem, de silos e armazéns. Através da modificação do meio, portanto, o homem mudaria seu comportamento; ou com a instalação de uma infraestrutura moderna, o cearense deixaria de abandonar sua terra.

Entrementes, de acordo com os cientistas racistas, se o Brasil realmente desejasse crescer como uma nação civilizada, de homens fixos e trabalhadores, teria que realizar o branqueamento de sua população mestiça. A nação teria, portanto, que se livrar do sangue mestiço, pois o sangue impuro só produzia *apatia, imprevidência, indolência, nomadismo* etc. Em relação aos países que tinham população branca, ou europeia, o Brasil era atrasado, por causa do sangue mestiço da população. Assim, os cientistas que defendiam essa hermenêutica pensavam que só com o branqueamento da população os defeitos atávicos dos mestiços seriam anulados. Dessa forma, fica evidente que os cientistas brasileiros adaptaram as teorias racistas à realidade social do Brasil, criando teses racistas de notória originalidade, que se diferenciavam do *degeracionismo* de Gobineau ou do *segrecionismo* de Louis Agassiz<sup>47</sup>.

Em contraste com o racismo científico, o determinismo geográfico defendeu que a terra semiárida produzia um homem *sóbrio, perseverante, observador, engenhoso, analítico e econômico* (LISBOA, 2010, p. 39). Mas a aridez do clima não só produzia qualidades

---

<sup>46</sup> “Na geografia, tendo em vista a perspectiva de maior aproximação com as ciências naturais e o rigor de suas formulações, o determinismo da natureza, que buscava explicar os fatos geográficos a partir de suas causas naturais, foi por longo tempo dominante. Este determinismo natural foi oficialmente repudiado pela geografia contemporânea, no entanto, continua a contaminar, na prática, no imaginário social e encontra-se subsumido em numerosos escritos geográficos” (RIBEIRO, 1999, p. 64).

<sup>47</sup> Ver: Bulcão Neto (2009, p. 143).

humanas para essa teoria científica. Havia o perigo eminente de seus efeitos causarem a *indolência*, a *apatia*, o nascimento do *fanatismo religioso* e da *intolerância*:

Na ordem moral, uma notável consequência de aridez do clima é o nascimento do fanatismo religioso e da intolerância [...] O fanatismo de Canudos explica-se pelo efeito psicológico da aridez do meio. A observação demonstra que o ar puro e seco estimula as faculdades do homem, mas, se o meio árido e monótono não lhes pode fornecer o trabalho necessário, o espírito torna-se então contemplativo [...] e a atividade intelectual fica restrita ou improdutiva. Só a imaginação, se expande livremente (LISBOA, 2010, p. 42).

Para o determinismo geográfico, portanto, o reino da Pedra Bonita e a comunidade de Canudos eram exemplos históricos de *fanatismo religioso* provocado pela aridez do clima. Essas comunidades sertanejas tinham como motivação o clima abrasador do Norte; eram resultantes, então, desse clima seco que levava os sertanejos a serem fanáticos. E, assim, as questões sociais que, motivaram milhares de sertanejos a migrarem para Canudos e para o reino da Pedra Bonita, não condicionavam esse comportamento dos sertanejos como faziam suas condições climáticas. Para o determinismo geográfico, então, o problema do Norte estava em seu clima, que desenvolvia a fantasia do sertanejo “em alto gráo, geralmente contaminada de um excesso de superstição” (LUETZELBURG, 1923, p. 105).

Já o racismo científico apregoava que, devido aos instintos nômades de seus avós selvagens, indígenas, os cearenses se deslocavam constantemente. Agora, os cientistas racistas não questionavam esses instintos nômades; para eles, o nomadismo era uma característica inata do índio, que passava por atavismo aos cearenses. Além do sangue indígena, a cultura cigana também foi considerada como elemento responsável pela emigração cearense, e a justificativa dessa definição estava na história do Ceará, que registrava a presença dos ciganos. Conforme os pensadores de fins do século, era, portanto, o sangue dos índios e o dos ciganos que corria nas veias do cearense e que lhes fazia atravessar o país de uma extremidade a outra.

Na perspectiva darwinista, o cearense estava fadado ao insucesso porque era um *degenerado*, mestiço, e, por isso, estava atrasado na evolução social, emigrando frequentemente. Ou seja, estava longe do comportamento civilizado, que era de um homem fixo, cuja sobrevivência não era mantida por meio de grandes deslocamentos, a não ser o de poucos quilômetros em torno de uma mesma cidade. Assim, o cearense, que do final do

século XIX e começo do século XX, passou a se deslocar sem cessar, ganhara uma explicação racista para seus problemas sociais.

Assim, de porto em porto, o cearense *degenerado* apresentava-se. E os cientificistas não se preocupavam em saber que havia tensões entre as relações de produção e a densidade da população no território cearense, por exemplo. Para eles, a economia e a sociedade não condicionavam o comportamento humano da mesma forma que as heranças biológicas faziam. O que importava saber para eles, então, era que o cearense carregava consigo o sangue índio e o cigano, ou mestiço – considerado inferior. Inferior porque, mesmo sob a coerção social das instituições importadas da Europa, não deixava o estado social das tribos guerreiras e, tampouco, a vida nômade.

Desse modo, a antropologia racista considerava que emigrar de um lugar para outro era um *delírio de perseguição*. Favila (*apud* RODRIGUES, 2006, p. 44) chamou os migrantes de *alienados migradores*. Assim, a migração reforçava a tese da *patologia da miscigenação*, pois o indivíduo migrava porque era mestiço ou doente. Conforme essa doutrina, a maioria da população do Ceará estava doente na época. Portanto, o indivíduo que saísse do Ceará para colher cana em Pernambuco, ou escapar da fome nas matas do Piauí, padecia de *instabilidade doentia*<sup>48</sup>. Para o médico Nina Rodrigues, não faltavam exemplos de *alienados migradores* nos Estados do Norte, como, por exemplo, o do famoso andarilho Antonio Conselheiro, que atraiu milhares de pessoas para o sertão da Bahia. Assim, explicavam as migrações através da *patologia da miscigenação*, que vem sendo criticada pela antropologia:

[...] aspectos mais ostensivos do que alguns consideram patologia da miscigenação, dando o caráter nitidamente biológico, quando essa patologia parece ter resultado, principalmente de circunstâncias sociais desfavoráveis, em numerosos casos, ao desenvolvimento normal dos mulatos ou pardos (FREYRE, 2006, p. 780).

Embora possamos enumerar as diferenças entre o racismo científico e o determinismo geográfico, essas duas teorias tiveram alguns pontos de vista em comum. Um dos pontos que mais nos chamam a atenção foi a construção de uma estrutura teórica voltada unicamente para denegrir a independência política dos países sul-americanos e africanos.

<sup>48</sup> Sobre a migração das populações do semiárido nordestino para a colheita de cana em Pernambuco, ver (ANDRADE, 2011, p. 127). Em relação à migração de cearenses para o Piauí, consultar Neto e Almeida (1987), especialmente o capítulo 3.

Embora já houvesse contestação a essas teorias, por associar indevidamente a origem racial com a vida cultural, tal como fazia Franz Boas, os cientistas brasileiros trabalhavam com as teorias que estavam mais em seu alcance, ou com uma tradição científica, cujo objetivo era negar qualquer experiência inovadora nos diversos campos sociais dos povos mestiços ou que viviam sob o clima tropical. No entanto, em vez de reproduzir os preconceitos dos europeus, os cientistas brasileiros fizeram grandes adaptações ao racismo científico e ao determinismo geográfico.

Lilia Moritz Schwarz (1993, p. 65 e ss.) definiu a acomodação dessas ideias racistas à realidade social do Brasil de “rearranjos teóricos”. Essa expressão representa bem a atitude dos cientistas brasileiros que consumiam avidamente as teorias científicas importadas da Europa, que atribuíam apenas o fator raça ou ambiente como causa do atraso cultural do país e que lhes forçavam, então, a trazerem outros elementos para explicar esse atraso. Mas isto se tornou um desafio enorme, pois o racismo europeu e o determinismo geográfico ganhavam força justamente no momento em que a ciência era convocada a construir um projeto de nação brasileira. Assim, se os cientistas brasileiros não modificassem o racismo europeu e o determinismo geográfico, que condenavam os cruzamentos raciais e o clima tropical do Brasil, seria inviável criar uma nação brasileira (SCWARCZ, 1993, p. 18 e ss).

No tocante à emigração cearense, os cientistas que compartilhavam da antropologia racista e do determinismo geográfico também fizeram certos “rearranjos teóricos”, pois, do contrário, omitiriam a realidade social que estava diante deles. Se defendessem unicamente a raça dos migrantes e o meio que eles habitavam como impulsor das migrações, deixariam de incluir fatores que muito contribuíam para a formação dos fluxos migratórios. Assim, eles não poderiam fazer a relação entre a migração e a situação social da população ou dos deslocamentos populacionais e as passagens subsidiadas pelo Governo federal. Havia, portanto, a necessidade de adaptar as teorias racistas e as do determinismo geográfico para que eles acusassem o Governo como responsável pelo descaso com os sertanejos.

Para termos uma ideia do que foi esse “rearranjo teórico” em relação aos sentidos atribuídos à migração cearense, assinalamos as obras de três cientistas que estudaram essa migração a partir das teorias racistas e do determinismo geográfico. São eles: Rodolfo Teófilo, Antonio Bezerra de Menezes e Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Eles foram contemporâneos e puderam acompanhar de perto os deslocamentos dos sertanejos do Norte.

Porém, as causas que eles criaram para o fenômeno migratório são discordantes. Podemos dizer que Rodolfo Teófilo e Antonio Bezerra de Menezes estão mais próximos do que ficou conhecido como determinismo biológico; embora não concordem com a raça “culpada” pelas migrações. E Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa trabalhou mais com as teses do determinismo geográfico. Assim, o estudo dos impulsores criados por eles para a compreensão do êxodo no Ceará nos dará uma ideia de como a ciência brasileira se posicionava face o racismo científico, e, também, das raças que foram consideradas responsáveis pelos deslocamentos dos cearenses.

Podemos dizer que os sentidos construídos por esses homens de ciência diferem dos que foram elaborados pelo Governo do Ceará. Foi no processo de construção das vias explicativas que a sociedade, representada por esses cientistas, se distanciara dos sentidos e significados criados pelo Governo estadual. Enquanto o Governo estadual percebia as migrações que partiam do Ceará apenas como um problema individual, falta de esperteza e ambição do cearense, os cientistas buscaram explicações racistas e geográficas para entender as causas dessas migrações. Mas, embora estivessem sob uma perspectiva positivista de uma ciência sem interesses e ideologias, os cientistas também denegriam os locais de destino dos fluxos migratórios e criaram imagens positivas da sociedade de origem, ou do Ceará, que eram tão veiculadas pelas mensagens de Governo e jornais da época.

Desse modo, os cientistas não trabalharam com todos os sentidos criados pelo Governo do Ceará e foram investigar o fenômeno migratório, concentrando-se em análises históricas e antropológicas. Agora, embora tenham estudado esse fenômeno com mais profundidade, percebemos que o grupo social acusado pelos cientistas como responsável pelo êxodo era o mesmo do Governo estadual, ou seja, o trabalhador livre nacional, cuja raça era mestiça (negra, cabocla, cigana etc). É como se utilizassem dois caminhos diferentes para chegar ao mesmo lugar. Agora, não se pode esquecer que as análises científicas definiram como responsáveis pela migração apenas uma determinada cultura do grupo social dos trabalhadores livres, e o Governo atacou todo esse grupo. Daí podemos afirmar que, em relação aos impulsores do êxodo cearense, os cientistas fizeram uma leitura mais racista do que o Governo, que, em suas análises, ressaltou mais seus preconceitos de classe. Mesmo assim, o Governo, que estava tomado pelos latifundiários, acreditou mais na capacidade do trabalhador livre nacional, e investiu nisso, do que propriamente os intelectuais urbanos que desejavam embranquecer a população brasileira (GRAHAM; FILHO, 1971 *apud* EINSEBERG, 1989, p. 240).

## 2.2. Causas da emigração cearense nos “rearranjos teóricos” de Rodolfo Teófilo, Antonio Bezerra de Menezes e Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa

O defeito atávico de migrar tinha uma origem, e os cientistas precisavam encontrá-la para que a sociedade pudesse compreender por que a população tanto se deslocava. Assim, eles mergulhavam no passado do Ceará para buscar casos semelhantes de migração e, dessa forma, definir o grupo étnico responsável pela transmissão de valores que para uma sociedade civilizada era extremamente negativo, como, por exemplo, o de se deslocar, o de não ter raízes, reproduzir sentimentos aventureiros ou ligados à insegurança etc. A partir do conhecimento dessa origem, a sociedade tinha que demonstrar os perigos de viver aventuras e os castigos de quem abandona a família. Desse modo, Rodolfo Teófilo (1974, p. 100) pensava que o impulsor principal da emigração era o *nomadismo da raça vermelha* (indígena):

O nomadismo da raça vermelha, transmitido por atavismo à população mestiça, a qual constitui talvez quatro quintos dos habitantes do Ceará, é o fator principal do despovoamento da terra cearense.

Era no romance *O paroara* que Teófilo definia sua tese sobre a emigração cearense. É através da história do Ceará e de uma estatística da qual não se tem a fonte que ele vai buscar elementos que comprovem seus argumentos. É a população indígena, portanto, culpada pelos deslocamentos dos mestiços. Embora haja discordâncias sobre o nomadismo dos povos indígenas que habitavam o território cearense. Tomas Pompeu Sobrinho, por sua vez, defende, em *O homem do Nordeste*, que, ao contrário do que dizem alguns historiadores, “os elementos indígenas que [...] ocupavam [as caatingas do Nordeste] não tinham essa mobilidade [...] Eram muito mais ligados à terra do que se crer possível numa região batida por secas frequentes e devastadoras” (SOBRINHO, 1937, p. 72).

No entanto, para Teófilo, as tribos indígenas do Ceará eram nômades, e os indígenas passaram essa sua característica através do atavismo para os cearenses. Teófilo analisava, então, a emigração cearense através do determinismo biológico e, assim, tentava resolver a grande inquietação da época, qual seja: a causa desta emigração. Mesmo que tenha definido seu romance de *O paroara* e considerado a influência dos agenciadores do Norte no resultado da migração, ele percebia a ação deles como secundária, e, portanto, diferente da

opinião do Governo estadual. Desse modo, embora ele enfatizasse a atração que o “rolo de dinheiro” dos paroaras promovia na mente dos sertanejos, a emigração de milhares de cearenses era causada, principalmente, pelo nomadismo dos índios.

Como ainda era contrário à emigração quando escreveu esse romance, Teófilo preenche sua narrativa com todos os elementos contrários à extração da borracha amazônica<sup>49</sup>. Desse modo, o protagonista de *O paroara*, o sertanejo João das Neves, que representa o cearense, o mestiço, sofre reações atávicas, deixa sua família para seguir o paroara José Simão, sem escapar do medo dos parintintins, “das doenças de todas as castas” e do “cativeiro humilhante” da economia da borracha. Sob uma ótica cristã do mundo, é como se Teófilo demonstrasse aos sertanejos os castigos que eles receberiam se abandonassem sua família para “correr aventuras” noutras regiões. Fez ele, portanto, a história de João das Neves, na qual o mestiço não conseguiu vencer a influência indígena que o deixara egoísta, e que se arrependeu profundamente de sua migração, pois só encontrara doença na grande floresta e morte no retorno ao Ceará.

Mas, é interessante notar que, mesmo definindo o *nomadismo da raça vermelha* como causa principal da migração, Teófilo considerava as secas periódicas, o fatalismo sertanejo, e as condições sociais da população como causas secundárias desse fenômeno. Mesmo que, Teófilo atribuísse à migração causas orgânicas, ele não omitia questões que eram fundamentais para o entendimento dos processos migratórios. Essas causas secundárias entravam, portanto, no “rearranjo teórico” de Teófilo. Se ele definisse unicamente o nomadismo dos índios como causador das migrações, ele simplesmente estaria negando a realidade que vivia, ou seja, construiria inverdades. Era, pois, a tensão entre a obrigação de seguir uma determinada corrente científica e a realidade social vivida, que o levava a admitir as grandes teses do racismo científico, embora não deixasse de acusar outros elementos como causadores da emigração.

Quem poderia omitir a influência das grandes secas na emigração de cearenses do século XIX e início do século XX? Rodolfo Teófilo que viveu as secas de 1877, 1889, 1900, 1915, 1919 e 1932? Certamente que não. Ele sabia que os impactos da seca poderiam provocar a destruição de qualquer tipo de interdependência, mesmo daquela de grandes e

---

<sup>49</sup> Rodolfo Teófilo mudou de opinião em relação à emigração. Se, antes, era contrário; no final de sua vida, tornou-se a favor dela. Desse modo ele explicara essa mudança: “Eu havia sido inimigo da emigração e tão inimigo, que escrevi um livro - o Paroara -, no qual combatia a emigração como uma grande desgraça. Naquele tempo eu era ainda um crente e tinha a infantilidade de pensar que poderíamos ter governos que tomassem a sério o problema das secas. Mudei de pensar em vista dos fatos” (TEÓFILO, 1980, p. 68).

fortes redes sociais. Além disso, ele tinha conhecimento das potencialidades do Estado do Ceará, conhecia os limites da sua natureza, as regiões que eram extremamente habitadas, mesmo com pouca oferta de água, e, também, a ausência de Governo no combate à seca.

Para Teófilo, então, a seca de 1877 prejudicou igualmente a todos os grupos sociais<sup>50</sup>. Mesmo que não concordem com essa sua afirmativa, não se pode negar que essa seca desestabilizou a economia do Ceará. No seu romance *A fome*, o protagonista, o fazendeiro Marcos Freitas, perdeu doze mil cabeças de gado e, assim, teve que fazer parte da caravana dos retirantes. Ou seja, numa terra em que não havia rios perenes, a irregularidade de chuvas podia desorganizar toda estrutura social, motivando, portanto, grandes emigrações. Agora, no entanto, é preciso dizer que os efeitos dessa intempérie climática são sentidos primeiramente e de forma decisiva na vida social dos pobres.

Como a economia do Ceará nessa época dependia mais da natureza, bastava uma seca de pequenas dimensões para desorganizar a produção, os empregos ou a economia. Portanto, não se pode ocultar a influência das secas na formação dos fluxos migratórios. Principalmente, porque, a seca do Norte foi combatida através do deslocamento dos retirantes. Rodolfo Teófilo, assim, demonstrou essa influência, sendo que, para ele, os efeitos dessa intempérie não tinham a mesma potência das heranças indígenas no tocante às emigrações cearenses.

Da mesma forma, Teófilo classificou o fatalismo sertanejo como mais um impulsor da emigração cearense. Fatalismo sertanejo era como esse grupo se posicionava frente os desafios da vida social, ou seja, sem medir as consequências de qualquer ação, pois o futuro era a morte, e a deus pertencia. Desse modo, não adiantava o Governo estadual defender que o trabalho de extração da borracha ou das colônias agrícolas no Amazonas era perigoso, visto que o sertanejo influenciado por esse fatalismo não receava experimentar ou vencer esse perigo. E assim – Teófilo dizia que – “Quando aqui se exproba a ida deles para tão mortífera terra, respondem – Tanto se morre aqui como lá, chegando o dia, é aqui ou ali” (TEÓFILO, 1980, p. 73)<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> “Quem assistiu à seca de 1877, a seca-tipo que durou três anos, que trouxe em sua voragem desde o proletário sertanejo até o rico fazendeiro” (TEÓFILO, 1960, p. 58).

<sup>51</sup> Gustavo Barroso também traz esse dito popular em relação ao fatalismo sertanejo, só de que forma reduzida: “Quando lhe aconselham que não emigre para o Amazonas por causa do clima doentio, das infames condições de vida, sorri dolorosamente e retruca: - Tanto se morre aqui como lá!” (BARROSO, 2003, p. 187).

Assim, as notícias sobre a ferocidade das tribos indígenas, da malária na Amazônia e do frio no Sul não causavam medo nos cearenses. Conforme Teófilo, de 50 cearenses que iam para a extração da borracha, só um voltava rico e “quarenta e nove ficavam lá enterrados” (TEÓFILO, 1980, p. 221). Entrementes, bastava o exemplo de um indivíduo que viajou pobre para Amazônia e voltou rico de lá para aumentar a esperança deles. O alto índice de morte no trabalho de extração não importava para o sertanejo cearense, pois ele “estava convencido de que o homem tem fixa a data de sua morte” (TEÓFILO, 1980, p. 73).

Em suas análises, portanto, Teófilo faz o diálogo entre o determinismo biológico, as secas, o fatalismo sertanejo e as condições sociais. E, assim, ele fazia seu “rearranjo teórico”, e organizava sua tese sobre a emigração cearense. No tocante às condições sociais, ele demonstrou que a economia dos cearenses estava fragilizada e que facilmente eles eram atraídos pelos “maços” de dinheiro dos paroaras. E, desse modo, a população embarcava para fora do Ceará, porque “estava sem recursos para viver” (TEÓFILO, 1997, p.152).

Essa atitude de considerar as condições sociais da população não era totalmente estranha às análises raciais dos cientistas brasileiros. Em suas análises, Nina Rodrigues não menosprezava os efeitos da *revolução política da transição republicana*. Dessa forma, Teófilo – discípulo da “escola Nina Rodrigues” – também não esquecia a situação social da população e de seus efeitos na movimentação da população. Nesse sentido, ele criticava tanto o Governo federal quanto o Governo estadual. O Governo federal pela sua indiferença com o Estado do Ceará e pelas passagens subsidiadas aos retirantes. E o Governo estadual pela corrupção e descaso com a população pobre. Assim, dizia Teófilo que os migrantes, além de “desherdados da fortuna”, eram “desherdados dos governos” (TEÓFILO, 1997, p. 243).

No entanto, em sua tese, o elemento orgânico é preponderante. Assim, a migração era produto da mestiçagem, tal como foi a Sedição do Juazeiro, organizada pelo padre Cícero, Floro Bartolomeu e oligarquia Acióli, e que contou com a ajuda fundamental dos jagunços mestiços para derrubar o Governo de Franco Rabelo nos idos de 1913. E, dessa forma, a mestiçagem produzia todos os males do país. Teófilo, portanto, acusava o fatalismo sertanejo, as secas e as condições sociais como causas das migrações, embora secundárias, e o *nomadismo da raça vermelha*, que resultava de seus estudos sobre a história do Ceará e as teorias raciais, como causa principal, não podendo ser diferente, e, assim:

Os nossos males não terão fim tão cedo. A sua origem é a mestiçagem com todos os vícios das raças inferiores [...]. O atavismo tem de cumprir-se (TEÓFILO, 1969, p. 164).

O nomadismo, portanto, tornava-se o fenômeno explicativo das migrações, variando apenas o tipo étnico responsável por ele. Como exemplo disso, o historiador Antonio Bezerra de Menezes, define o *nomadismo dos ciganos* – transmitido por atavismo aos cearenses, como fator responsável pelas emigrações cearenses. Neste caso, o nomadismo das “raças inferiores” continuava influenciando essas emigrações, mas, em vez de ser uma influência indígena, era cigana, conforme Menezes<sup>52</sup>.

Antonio Bezerra de Menezes comprova a presença cigana no território cearense, através da ordem régia de 15 de abril de 1718. Incomodado com a movimentação dos ciganos em Portugal, o rei Dom João V ordenou que enviassem os ciganos a colônias portuguesas, tais como Índia, Angola, São Tomé, Cabo Verde, Brasil (Ceará e Maranhão). E, desse modo, os ciganos chegaram ao Ceará. Embora os cearenses tivessem repugnância em aceitar a origem cigana, Antonio Bezerra lhes demonstrava, portanto, essa origem. Tudo indica que essa repugnância à origem cigana encontra-se na sua fama de gatunos. Pode-se encontrar inúmeras referências que impõem a eles furtos e fraudes, como, por exemplo, em *O sertanejo* de José de Alencar:

O escritor destas páginas ainda tem viva a lembrança dessas partidas de ciganos, que muitas vezes se arrancharam no sítio onde nasceu, e cuja derrota era assinalada pelo desaparecimento das aves de criação e animais domésticos, especialmente cavalos, quando não havia a lamentar o furto de crianças, de que faziam particular indústria (ALENCAR, 1962, p. 216).

Assim, os ciganos ficaram conhecidos como ladrões. Com Antonio Bezerra, entretanto, foi ressaltado mais a relação entre os ciganos e a emigração que partia do Ceará, sendo, portanto, esses povos errantes considerados como responsáveis pelo êxodo dos cearenses. Incorporados à população sertaneja, o nomadismo dos ciganos estava no sangue dos cearenses; e, por isso, os deslocamentos, segundo Antonio Bezerra. Para provar isto, ele faz inúmeras relações entre os ciganos e os cearenses. Diz que existem “pontos de tão íntima

---

<sup>52</sup> “Não foi Antonio Bezerra o primeiro a preocupar-se com as características de uma etnogênese [...] fundamenta-se em observações pessoais, a título de incentivo a futuros historiadores, sociólogos e etnólogos, detendo-se em fatos menos conhecidos, ou lembrados, a respeito, principalmente dos erradios ciganos” (NOBRE *apud* MENEZES, 2001, s/p.).

relação, tão semelhantes entre os tziganos e os cearenses que admira” (MENEZES, 2001, p. 16). Seja na música, na imaginação fértil e na observação, cearenses e ciganos têm características em comum. Assim, diz que: “Um homem do Ceará é um cigano, e o cigano genuíno não lhe leva vantagem em ciganice” (MENEZES, 2001, p. 15). No tocante à migração, Antonio Bezerra demonstrou que, assim como os Tziganos, os cearenses tinham horror à imobilidade:

A criança do sexo masculino de oito a dez anos já se dispõe aos azares da vida, pede aos pais permissão para se empregar noutra cidade ou localidade qualquer, onde diz êlle se ganha mais fortuna, quer ver outra gente, novas terras, é quando muitas vezes às suas se opõe o amor paternal, êlle deixa a casa, foge e atira-se pelo mundo sem levar o mínimo recurso (MENEZES, 2001, p. 18).

Para Antonio Bezerra, portanto, a causa da migração estava na mestiçagem, no nomadismo dos ciganos, e não no nomadismo da raça vermelha, como pensava Teófilo. Para reforçar seu argumento, Antonio Bezerra vai demonstrando exemplos de migrações cearenses não só para os Estados amazônicos, como também para diversas partes do mundo, tais como São Petersburgo, África, Europa etc. Tudo isto serve para demonstrar o horror que o cearense tem à imobilidade e, portanto, a íntima relação entre o cearense e o cigano.

Entretantes, se Antonio Bezerra denunciasse apenas o nomadismo cigano como causa das migrações, ele estaria desconsiderando as condições sociais da população, que estavam em péssimo estado, e, também, as secas. Ele, que foi responsável pela entrega de passagens aos retirantes no porto de Camocim, percebia os efeitos das estiagens na mobilidade da população, ou suas condições sociais, e criticava a ausência de Governo:

E é assim que, todos dias, abandona o Ceará um plêiade de rapazes válidos, que, sem dinheiro, sem proteção, sem meio algum, se espalha por todos os Estados (MENEZES, 2001, p. 18-19).

Desse modo, Menezes percebia outros impulsores da migração cearense. E da mesma forma que Teófilo, permitiu-nos fazer relação entre seus “rearranjos teóricos” e a configuração social dos migrantes. Com efeito, fica evidente, em suas palavras, que essa migração tem relação direta com a economia e o liberalismo do Governo federal e estadual. A situação social da população cearense não a deixava continuar mais fixa no território

cearense, pois ela estava “sem dinheiro” justamente no momento em que economia monetária ia se impondo como grande força social. E, assim, a migração surgia como tática para deixar essa configuração de fracas redes sociais. Para contornar a rigidez das teorias raciais, Menezes fazia, portanto, o diálogo entre essas teorias e as redes sociais da população cearense.

Porém, o determinismo biológico não foi a teoria científica hegemônica no estudo da emigração. O engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa analisou os deslocamentos dos cearenses através do determinismo geográfico. Para ele, as teorias raciais não eram confiáveis e, por isso, as questões de raça eram controversas (LISBOA, 2010, p. 39). No determinismo geográfico, todavia, era o meio que modelava o homem, e, portanto, não havia controvérsia. Causas da saída da população ou o comportamento dos homens dependiam das características do ambiente. Por estar localizado na região das Secas, o Ceará era considerado um meio hostil, onde a irregularidade de chuvas levava a população a migrar. Era desse modo que os pensadores que se identificavam com o determinismo geográfico pensavam os deslocamentos populacionais das regiões áridas ou semiáridas.

Como foi inspetor da Inspetoria das Secas (IOCS), Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa se preocupou com a migração de cearenses. Para ele, portanto, suas causas estavam estritamente ligadas às secas que ocorriam no semiárido. Diferenciando em seus estudos as diferentes regiões do Norte do país e o estado de civilização de suas populações, definiu as populações da Paraíba e do Ceará de mais educadas, e disse que: “Aí foram as secas que fizeram o nomadismo” (LISBOA, 2010, p. 41).

Não negamos o potencial que uma grande seca tem para deslocar diferentes populações, sobretudo num contexto de pobreza no qual vivia o Ceará de final do século XIX, mas não trabalhamos com essa explicação determinista, pois percebemos claramente a existência de outros impulsores na emigração cearense, ou de fluxos migratórios em períodos de grande inverno. Assim, fazer a associação entre seca e migração é reduzir a complexidade dos movimentos migratórios. A seca, portanto, impulsiona essa migração, mas essa intempérie não gerou todos os impulsores desse deslocamento populacional.

No entanto, Lisboa percebia a migração como o último estágio da seca. Para ele, migração e seca estavam intimamente ligadas. Na verdade, é preciso dizer que nas secas o número de emigrantes era bem mais elevado, afetando diretamente a ordem social. Na seca de 1877, por exemplo, 125 mil cearenses emigraram (STUDART, 2010, p. 249). Com esses

dados, os geógrafos explicavam as migrações, sem relacioná-los com os deslocamentos populacionais que ocorriam nos períodos normais.

No entanto, Lisboa não trabalhava apenas com a hermenêutica do determinismo geográfico. Ele sabia que a realidade social dos Estados que mais sofriam com a seca e com a emigração, tais como Rio Grande do Norte e Ceará, era complexa e que, portanto, a economia era um problema fundamental dessas regiões. Indagando por que o sertão baiano, que era a região do Norte com menor índice pluviométrico, era menos flagelado pelas secas do que o Ceará e a Paraíba, ele se aproximava muito daquele elemento que, definimos como tensão entre a densidade da população e as relações de produção, da seguinte forma:

A razão dessa aparente anomalia está menos no fato meteorológico do que nos efeitos de natureza econômica. A intensidade do flagelo decorre principalmente da relação da densidade da população. Os sertões do Ceará à Paraíba são bastante férteis e habitados. Por tal razão a região mais assolada não coincide com o centro geográfico das secas. E é por isso também que a seca assola a Índia e não o Saara ou as grandes planícies desertas da América do Norte (LISBOA, 2010, p. 22).

Sabe-se que a densidade da população do sertão cearense cresceu bastante com o *boom* do algodão, deixando as oportunidades de emprego diminutas, embora as terras fossem férteis. Isso não estava de fora do “malabarismo teórico” de Lisboa, como também a estatística de que 80% da população vivia em terras de empréstimo. Como sabemos, esta estatística demonstra a grande concentração de terras na região, que é fundamental para a consolidação da estrutura da emigração. Lisboa compreendia, portanto, que não podia pensar as grandes secas como única causa da migração. Ele conhecia a região Norte, suas configurações sociais e, portanto, tinha conhecimento que a migração que ocorre nos anos secos era resultante da relação dialógica entre sociedade e natureza.

Em suas “acomodações teóricas”, Lisboa não se esqueceu de acusar os latifundiários pelo comportamento do sertanejo. Assim:

O sertanejo, como todos os filhos do deserto, é astucioso não só por necessidade de defesa ao meio hostil, como principalmente para prevenir-se contra os réculos que o meio e o regime colonial implantaram e ainda perduram no nosso interior (LISBOA, 2010, p. 39).

Lisboa, assim, não deixou de criticar o poder excessivo que as classes agrárias tinham na sociedade brasileira. Para Lisboa e os cientistas dessa instituição, o Estado precisava abrir o Norte com estradas, para, assim, ter uma maior rede de comunicação e redes de interdependência social.

Embora tenha deixado importantes informações sobre a condição social dos camponeses, percebemos que o determinismo geográfico é hegemônico nas análises de Lisboa, nas quais o sertanejo migra por causa das secas.

Mesmo que os cientistas de fins do século tenham buscado as condições sociais da população, a migração dos cearenses ainda assim tinha como impulsores principais a raça da população e o meio no qual ela habitava. A contribuição deles como também a do Governo estadual para o entendimento dessa emigração foi fundamental para percebermos a organização de uma configuração social extremamente favorável a não fixação dos pobres no Ceará. Esse deslocamento populacional foi visto a partir de categorias de análise que nos dizem bastante do controle social que estava se gestando para barrar a torrente humana que se deslocava, como, por exemplo, a do nomadismo.

### **2.3. Os limites teóricos do fenômeno do nomadismo**

O fenômeno do nomadismo não explica a emigração cearense. Antes de explicar, ele confunde, é contrário aos fatos da história do Ceará. Vimos que o racismo científico, o determinismo geográfico e os preconceitos com o trabalhador livre nacional trabalharam com essa grande síntese, que é o conceito de nomadismo. É o nomadismo dos mestiços, o nomadismo provocado pelas secas e o dos trabalhadores livres que se deslocam devido à sua ambição. Mas, no entanto, não se pode relacionar o fenômeno do nomadismo com a emigração cearense.

Dizer, portanto, que o cearense é um nômade, é defender que ele não era civilizado, que não foi sedentário ou fixo. Mas, se buscarmos sua história, veremos que ele construiu vilas, cidades importantes e uma sociedade, que não tem ligações com a baixa produção material dos povos nômades. José de Alencar, em *O sertanejo*, descreve assim a opulência dos fazendeiros do sertão do Ceará no século XVIII:

Havia fazendeiros [...] que não comia senão em baixela de ouro, e que trazia na libré de seus criados e escravos, bem como nos jaezes de seus cavalos, brocados, veludos e telas de maior custo e primor do que usavam nos paços reais de Lisboa os fidalgos lusitanos (ALENCAR, 1962, p. 32-33).

Assim, dificilmente uma comunidade de nômades teria condições de construir essa riqueza material. Embora saibamos que o luxo dessas fazendas era aproveitado por poucos, não se pode esquecer que, sem uma determinada regularidade de trabalho e retenção dos trabalhadores, elas ou essa opulência não seriam construídas. O que normalmente acontece é que o pesquisador não critica devidamente suas fontes e, assim, ele acaba por apreender os preconceitos da época.

Capistrano de Abreu, em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, também não deixa de registrar a opulência do sertão, que ofuscava a das marinhas ou do litoral. Capistrano demonstra isso, através da superioridade do número de escravos do sertão em relação aos localizados nas vilas do litoral. Embora ainda não houvesse agricultura no sertão, tendo apenas o regime pastoril como força econômica, o número de escravos era superior nessa região, pois os fazendeiros trocavam suas boiadas por escravos. Diz-nos Capistrano (ABREU, 1960, p. 262):

Explica-nos isto, a aparente anomalia de no Ceará ter havido mais escravos no sertão, onde não havia agricultura, do que no agreste da marinha, e o luxo desconexo de que se encontram ainda notícias ou vestígios vagos, de fazendas finas, bacias de prata, colares de ouro medidos à vara, etc. [...].

Todo este luxo não seria produzido simplesmente por trabalhadores nômades. Isto requeria trabalho regular ou uma rede complexa de ações e interações sociais. Mas, devido à colonização do Ceará ter sido desenvolvida primeiramente por meio do regime pastoril, e como esse regime está estritamente relacionado com o nomadismo dos pastores, pensam que a emigração cearense deriva desse regime. Só que o pastoreio cearense estava baseado em fazendas, e não no deslocamento de pastores.

Se a migração do Ceará fosse resultado do nomadismo, a população desse território não teria crescido da forma que cresceu no século XIX. Para se ter uma ideia disso, basta dizer que, em 1808, ela era composta de 125. 878 pessoas. Em 1810, havia 130 mil. Em 1812, o número de pessoas passou para 149. 285. Em 1819, a população já era de 201. 170

peçoas. Em 1835, passou para 240 mil peçoas. Em 1859, a população já era de 486. 208 peçoas. Em 1860, ela passou para 504 mil. E, em 1872, ela chegava a 721. 686 peçoas (BRÍGIDO, 2001, p. 68). Então, em 64 anos do século XIX, ela passou de 125. 878 para 721. 686 peçoas, tendo um acréscimo de 525. 808 peçoas.

Entendemos, assim, que, se a população do Ceará fosse composta de nômaes, ela não teria tido esse crescimento tão elevado. Portanto, essa população não se deslocava de um lado para outro, ela estava distribuída em vilas e cidades. Em 1814, a população da vila do Icó era de 17. 690 indivíduos. Nesse ano, Sobral já contava com 14.620 peçoas. E Aracati tinha 7.333 (BRÍGIDO, 2001, p. 233). Desse modo, não havia nômaes no Ceará, e sim uma população assentada em vilas, cidades ou em sítios, elevando o número de habitantes e fazendo a manutenção de suas redes de interdependência.

Para continuar estabelecida na sua vila ou cidade, essa população participou e desenvolveu ciclos econômicos que tiveram grande importância na história do Ceará. Assim, quando o Ceará ainda era uma capitania, o desenvolvimento da chamada carne do Ceará possibilitou a seus moradores o nascimento de núcleos urbanos e de um mercado interno. As charqueadas, que eram oficinas onde basicamente salgavam essa carne para exportá-la, propiciaram o crescimento da economia e das localidades, como, por exemplo, a vila do Aracati, onde “se faziam anualmente charqueadas de 20 a 25 mil bois, e se vendiam cerca de 160 contos de fazendas trazidas de Pernambuco, para onde se expediam anualmente cerca de 60 mil meios de sola, 35 mil couros de cabra e três mil pelicas” (BRÍGIDO, 2001, p. 39-40). Esse progresso estava relacionado unicamente com a venda da carne salgada. Conforme dissera Waldelice Girão (1989, p. 74):

A instalação das charqueadas propiciou transformações econômicas, sociais e políticas de grande importância para a Capitania. As charqueadas [...] contribuíram com o primeiro impulso monetário para desenvolver as fazendas de gado com as divisas de sua própria indústria possibilitando o surgimento de núcleos urbanos e o início de um mercado interno; tornaram efetivo um comércio marítimo com os centros consumidores mais desenvolvidos da Colônia, abrindo com eles também as importações; além de tornarem mais afetivos os laços administrativos entre as duas zonas: sertão e litoral.

Eram esses laços afetivos, sociais, que permitiam a fixação e o crescimento da população cearense. Essa população crescia com o desenvolvimento da economia, da mesma forma que cresciam as vilas e as cidades. No século XVIII a exportação do charque do Ceará

creceu enormemente, favorecendo, portanto, a retenção de sua população. Como indica Djacir Menezes (1970, p. 33): “A tal ponto avulta a indústria pastoril, que Maranhão, Pernambuco e Bahia foram abastecidos pela carne xarqueada saída do Aracati”. A pecuária, no geral, foi um grande, se não o maior, fundamento de fixação no espaço cearense. Essa atividade econômica foi definida como a principal indústria da caatinga, já que a agricultura praticada nessa região ainda era uma empresa arriscada por causa da irregularidade de chuvas. Assim, “a criação de gado foi responsável pela expansão, ocupação e organização do espaço cearense” (SILVA, 1989, p. 84). Portanto, foi a pecuária, sobretudo a extensiva, que permitiu ao cearense uma vida social – definida por civilização do couro – e, distante – pois, de qualquer tipo de nomadismo.

O algodão – sobretudo no início de sua produção – também dinamizou a economia do Ceará no sentido de promover condições sociais de manutenção e crescimento econômico tanto aos fazendeiros quanto aos trabalhadores. Quando dizemos isso, não estamos nos contradizendo, visto que afirmamos que a cultura do algodão foi um dos elementos que ajudou a compor a estrutura da migração. Pois, à medida que o grande fazendeiro submeteu a economia de subsistência à agricultura comercial do algodão, a cultura algodoeira, em vez de ser um elemento de fixação, tornou-se um dos impulsores da migração. Mas, enquanto isso não acontecia, “a lavoura do algodão foi um fator de ação dinamizadora, sendo ainda um elemento fixador da população do sertão, pois o grande fazendeiro [...] mantém os parceiros que plantam o algodão” (SILVA, 1989, p. 84).

O café que o Ceará produzia e que rivalizava em qualidade com o do Sul, também desenvolveu a economia cearense. A sua plantação em determinadas áreas permitiu o desenvolvimento social delas e, portanto, o assentamento da população. “A produção de café se fará [...] nas serras onde a temperatura e a pluviosidade são favoráveis, além da terra. Assim, dar-se-á a efetiva ocupação das Serras de Baturité, Aratanha, Maranguape, Uruburetama, Meruoca, Serra Grande, Araripe, com um produto que se destacará no quadro da economia provincial” (LIMA, 1989, p. 98).

Assim, todos esses elementos de fixação foram fundamentais para a história econômica do Ceará. Eles provocaram o crescimento das vilas, cidades e da população. Do período colonial até praticamente o fim da década de 70 do século XIX, a população cearense só cresceu, tendo como impulsores essas atividades econômicas. Dificilmente haveria, no ano de 1895, 6. 572 casamentos, 113. 577 agricultores, 129. 478 roçados, 7. 291 sítios de cana, 3.

654 fazendas de café, 16. 774 casas no povoado e 103. 808 casas no campo, se, anteriormente, tivesse havido uma população nômade<sup>53</sup>.

O problema é que as relações de produção não acompanharam esse crescimento, o que provocou, portanto, a tensão entre elas e a densidade da população. Além disso, os latifundiários estavam cada vez mais enredados nas relações capitalistas, principalmente com o *boom* do algodão, causando sérios entraves à economia de subsistência. Ademais, só no último quartel do século XIX se tem três grandes secas que desorganizaram toda a economia do Ceará. Não se pode esquecer, ainda, que foi nessa conjuntura, que ocorreu a abolição da escravatura, ou o fim do sistema de trabalho dominante no país, fazendo com que os Estados mais ricos da União viessem buscar a população do Ceará, através de passagens subsidiadas e distribuídas pelos agentes contratados por esses Estados. Portanto, essa configuração social que se formou, no final do século XIX e começo do século XX, foi responsável pela emigração de cearenses, que foi definida pelo racismo científico, determinismo geográfico e pela sociologia, de nomadismo.

Mesmo com a grande emigração de cearenses, não se deve chamá-la de nomadismo, principalmente porque ela foi subsidiada pela economia cafeeira de São Paulo e pela economia da borracha amazônica. Além disso, os cearenses não andavam a esmo, sem saber qual trabalho iriam enfrentar e qual região habitariam. Portanto, ao longo de sua história, o cearense nunca demonstrou possuir características semelhantes aos dos povos nômades. Se o comportamento dele era visto como integrante do fenômeno do nomadismo, isto ocorreu por causa das generalizações da sociologia e, também, porque o racismo científico e o determinismo geográfico condenavam os deslocamentos dos povos que construíram a história do Ceará.

Como quer que seja, o nomadismo foi a categoria mais utilizada pelo determinismo biológico e geográfico para explicar os deslocamentos dos sertanejos. Seja o nomadismo da ração vermelha, o dos ciganos e o proveniente das secas, todos esses tipos de nomadismo foram associados à emigração cearense. E, assim, se havia nomadismo, havia nômade, havia barbárie. Os cearenses, portanto, não possuíam uma das características principais do homem civilizado, que é a de ser sedentário, estacionário, a de ter, em geral, meios de sobrevivência para se fixarem e, assim, construir seus monumentos de cultura. Utilizando o conceito do nomadismo para denunciar os constantes deslocamentos que

---

<sup>53</sup> Mensagem do Presidente do Ceará, José Bizerril Fontenelle, em 1895, p. 271, 284, 290 e 293.

desorganizam a vida social, sobretudo relacionando-os aos costumes dos primeiros habitantes, tais como dos ciganos e dos índios, as ciências deterministas tinham como objetivo demonstrar o contraste dessa sociedade com o modo de vida europeu – caracterizado como civilizado, ou o mais aceito. Portanto, desse modo, pensamos que a instrumentalização desse conceito está mais de acordo com a realidade social que querem atingir, embora não deixem de analisar, de forma equivocada, a saída de cearenses de sua terra natal.

Para a sociologia, não é a mestiçagem da população e as secas, apenas como fenômeno físico, os fatores responsáveis pela mobilidade dos cearenses. Porém, até hoje, a sociologia insiste em definir essa mobilidade de nomadismo. O que acontece é que certos sociólogos incorporam inconscientemente os preconceitos do racismo científico, que consideravam apenas as sociedades europeias como as únicas aceitáveis, no sentido de modelo perfeito de civilização. Portanto, eles percebem a migração como deslocamento de nômades. E, por conseguinte, passaram a investigar apenas as características comuns dos homens livres do país, atribuindo, assim, os mesmos sentidos para seus diferentes deslocamentos.

Se buscarmos os relatórios presidenciais de diferentes províncias, não será difícil encontrar referências à falta de trabalhadores e, por conseguinte, ao fenômeno do nomadismo:

Dentre as inúmeras referências oficiais sobre os costumes dos pobres livres, o nomadismo foi um traço bastante ressaltado, principalmente à medida que também cresciam as expectativas em relação à estabilidade daqueles que poderiam vir a ser futuros trabalhadores livres na lavoura (MOURA, 1998, p. 48).

Como a substituição da mão de obra escrava na grande lavoura ainda não tinha sido feita, as classes agrárias começaram a criticar a mobilidade tradicional dos trabalhadores livres, com o intuito claro de tomar providências para arregimentar essa força de trabalho, embora no Ceará essa mobilidade fosse menor em relação a outras populações de homens livres do Brasil. Por causa, então, do elevado número de registros sobre a mobilidade dos trabalhadores encontrada nas fontes históricas da época, os pesquisadores acreditaram piamente nesse fenômeno, sem fazerem a devida crítica. Exagerar o deslocamento dos homens pobres e livres, definindo-o como nomadismo, nada mais era do que uma forma encontrada pelas classes agrárias para criar controles sociais severos, com o objetivo de “arrastar” esses homens para a grande lavoura.

A sociologia, assim, não pode usar indiscriminadamente esse conceito, pois ele está impregnado de racismo e de preconceito. Mas, no entanto, vemos os trabalhadores nômades ainda assaltarem as páginas da história da sociedade brasileira. Djacir Menezes, em seu clássico *O outro Nordeste*, defende que, no Ceará, a economia pastoril, a pequena produção agrícola e as secas “agiam no sentido de imprimir nas populações rurais o espírito de [...] nomadismo” (MENEZES, 1970, p. 64 e ss). Djacir Menezes, assim, faz uma associação errônea entre a má-fixação do homem ao ambiente semiárido, resultante da conjunção daqueles fatores da configuração social, e as práticas nômades. O sociólogo não entende o sentido imprimido por Capistrano de Abreu na caracterização da civilização do couro, na qual, mesmo vivendo mergulhada numa pobreza material gritante, a população do Ceará não saía de sua cabana. Esses deslocamentos populacionais, que eram considerados erroneamente como nomadismo por Djacir Menezes, só tiveram início a partir da década de 70 do século XIX.

Maria Sylvia Porto Alegre, por sua vez, buscando as diferentes configurações que o trabalho livre tomou no país, ainda percebe a mobilidade dos retirantes como uma manifestação do fenômeno do nomadismo:

A crise do trabalho escravo trouxera à tona uma das principais fragilidades do trabalho livre, herdadas da exploração colonial – a instabilidade da mão de obra. [...] O nomadismo, o desenraizamento, a mobilidade da população e a conseqüente desorganização do trabalho agravavam-se, em determinadas conjunturas, nas áreas semi-áridas sujeitas a secas e inundações (PORTO ALEGRE, 1985, p. 127).

Mesmo essa mobilidade motivada pela irregularidade das chuvas não pode ser vista como nomadismo, pois os sertanejos estavam saindo de uma situação de estabilidade para uma de instabilidade, ou seja, eles não estavam vivendo em trânsito, à procura de seus meios de vida. Ademais, depois da seca, em vez de continuarem com suas “práticas nômades”, eles voltavam para seu município para dar continuidade a seus ofícios. Podemos dizer, portanto, que esse seu deslocamento nas secas era motivado pela política do Governo federal, que só ajudava aos retirantes, e não simplesmente devido a um espírito nômade.

Gilberto Freyre, por sua vez, ressaltou bastante em sua obra o fenômeno do nomadismo, definindo a região semiárida de “meio nômade”. Ele dividiu, então, o Nordeste em pastoril ou “meio nômade” e em agrário. O agrário era o da cana, da zona da Mata, sedentário e civilizado. O pastoril, ou o “meio nômade”, era o que vivia da pecuária, o que

convivia com as secas, era o Ceará. Não há dúvida de que essas duas porções do Nordeste possuem diferenças históricas e de paisagens. Enquanto o agrário logo foi colonizado sob a força de uma agricultura de exportação, o pastoril serviu ao agrário com uma economia de apoio. Freyre, no entanto, acentua essa diferença através do “perfil antropológico e psicológico” dessas duas porções, afirmando que a parte pastoril

[...] guarda mais do que o agrário traços semitas em sua população. Semitas e ciganos. O perfil psicológico apresenta talvez maiores pontos de semelhança com o de certo tipo antigo de paulista andejo, empreendedor, bandeirante do que o homem do Nordeste agrário (FREYRE, 1989, p. 140).

Entretanto, o cearense só empreendeu conquistas, como a do território do Acre, porque subsidiaram sua passagem de navio. Em toda sua história, ele só foi migrar quando houvera uma conjunção de fatores, tais como as mudanças em suas tradicionais relações de trabalho e a incidência de três grandes secas, e não porque possuía um espírito aventureiro de aprisionar índios ou de encontrar ouro. Tampouco havia esse “perfil psicológico”, pois o que aconteceu foi que esse êxodo subsidiado pelos cafeicultores e seringalistas permitiu aos cearenses criarem e desenvolverem redes sociais noutras regiões, deixando para novas gerações a oportunidade de emigrar com mais segurança; e isso foi, sem dúvida, muito bem aproveitado. Assim, esse conceito de nomadismo é tão frouxo que permite que o relativizem de várias formas. Além do Nordeste “meio nômade” de Freyre, que é de difícil definição, os sociólogos também criaram o “seminomadismo”. Tampouco podemos esquecer o “quase nômade” dos presidentes da Província do Ceará.

Desse modo, Antonio Coelho Rodrigues, deputado geral, que participou do Congresso Agrícola de Recife, encarna todos os preconceitos contra o homem pobre livre. Assim sendo, ele o achava ocioso, anárquico, criminoso etc. Além disso, queria corrigir o que ele definia de uma vida “quase nômade”:

Esses indivíduos [das classes pobres], que não são para desprezar-se, nem adquirem raízes no solo nem espírito de família, e levam uma vida quase nomada, contrahindo hábitos de ociosidade, dissipação, immoralidade e anarquia, que os levam facilmente ao crime, donde não raro sahem impunes [...] (RODRIGUES *apud* CEPA, 1978, p. 91).

Agora, é preciso definir o que seria essa vida “quase nômade”. Obviamente, Antonio Coelho Rodrigues queria demonstrar a instabilidade da vida dos pobres, mas até que ponto seria essa instabilidade? Será que todos os trabalhadores livres do Brasil tinham, como dizia o presidente Acióli, “hábitos de perambulação”? Isto é apenas uma amostra de como esse conceito suscita tantas dúvidas e incoerências. É preciso, portanto, criticá-lo. Não se pode dizer que todos os homens livres eram nômades, seminômades, ou melhor, tiveram um alto ou médio grau de mobilidade em todas as épocas, conjunturas, regimes políticos e Governos. Temos, pelo contrário, que estudar o homem pobre livre do Ceará, o de Pernambuco, o caipira paulista, o gaúcho etc., para compreender, além das semelhanças, as diferenças que tinham entre si.

Para se ter uma ideia das dificuldades que o nomadismo do homem livre suscita aos pesquisadores, Miguel Arrojado Lisboa, além de afirmar que o cearense tinha se tornado nômade devido às secas, ele o diferencia dos “verdadeiros nômades” do sertão do Piauí, os quais:

Vivem em ranchos de palha que queimam depois de algum tempo para arranjar outra morada improvisada. São bárbaros matadores de maniçobas, mas dóceis escravos do patrão [...]. Êsses maniçobeiros são nômades por necessidade (LISBOA, 2010, p. 41).

Ora, os cearenses realmente não viviam como esses maniçobeiros do Piauí. Por que, então, colocá-los sob uma mesma categoria? Pode-se dizer que tanto o maniçobeiro do Piauí quanto o agricultor do Ceará se deslocou para garantir o equilíbrio de seus meios de vida. Mas, no entanto, é diferente: o cearense não morava em ranchos de palha, e sim em casas de taipa, (o que demonstra menor mobilidade). Havia, sem dúvida, semelhanças entre os modos de vida deles, mas até mesmo o maniçobeiro do Ceará, não vivia de forma idêntica ao trabalhador do Piauí. Este, o “verdadeiro nômade”, ao contrário daquele, não convivia ainda com o fenômeno da seca. Além disso, tudo indica que, nessa época, o trabalhador livre do Ceará não tinha a necessidade de ser dedicado como um escravo ao patrão, visto que ele tinha oportunidades de migrar para os diversos Estados da União, tanto por causa do frequente alistamento militar, quanto devido ao trabalho nos grandes ciclos econômicos. Portanto, é fundamental fazer essas diferenças teóricas para entender como foi se construindo a necessidade da mobilidade para as diferentes populações do país.

Tampouco podemos ver o nomadismo dos lavradores de Pernambuco da mesma forma que a emigração cearense. Joaquim Nabuco, que, ao contrário de Gilberto Freyre, não esqueceu o nomadismo dos lavradores do Nordeste civilizado, relatou, desse modo, as condições de vida dessa classe:

Uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários, e, em geral dos moradores do campo ou do sertão. [...] Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer seus serviços; trata-se de uma população sem meios, sem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil [...] e que levam uma existência nômade e segregada de todas as obrigações sociais, como fora de toda a proteção do estado (NABUCO, 2010, p. 155-156).

Sabe-se que o trabalho escravo em Pernambuco teve uma dimensão maior do que no Ceará. Enquanto em Pernambuco esse sistema de trabalho foi hegemônico, no Ceará ele conviveu com a concorrência do trabalho livre, que, na segunda metade do século XIX, já ocupava todos os espaços da atividade produtiva. Portanto, a mobilidade dos cearenses não tinha como motivação a concorrência com o trabalho escravo. No caso do Ceará, portanto, o trabalhador livre estava mais próximo daquilo que Nabuco define “de famílias que possam emigrar”, embora tivessem que pagar a viagem depois com muito trabalho.

Com efeito, temos que diferenciar o grau de mobilidade dessas populações e deixar de utilizar esse conceito de nomadismo que tudo diz e nada explica. Desse modo, sabe-se que a lei de terras de 1850 agravou mais ainda essa mobilidade do homem pobre livre que não tinha como comprovar sua posse, sobretudo no Ceará onde as terras produtivas já estavam ocupadas. Enquanto, por exemplo, o caipira paulista, mesmo após essa lei, ainda contava com regiões desocupadas, o cearense não tinha mais essa possibilidade, pois o processo de demarcação de terras no território cearense se deu de forma rápida e violenta. Então, enquanto os paulistas tinham terras desocupadas para desbravar, o cearense já não tinha mais essa oportunidade.

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco, a cultura do caipira paulista fazia a manutenção de seus meios de vida, sem dispor de vínculos:

Assim, a alta mobilidade: foi a marginalização sofrida por esses homens que fez do trânsito o seu estado natural, conservando-os efetivamente como andarilhos. Sem

vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram (FRANCO, 1997, p. 34).

O cearense, ao contrário, tinha vínculos, seja com o padre, como servo de Deus, seja como o fazendeiro, como trabalhador, capanga, compadre etc. Deve-se dizer que tampouco ele era andarilho, e sim que passou a sê-lo depois de ter passado por uma conjuntura extremamente favorável à emigração. Diferentemente, portanto, do caipira seminômade, o cearense teve ao longo de sua vida fortes vínculos ou redes sociais que o permitiram construir um Estado próspero.

Assim, as redes sociais que os cearenses dispunham não eram extensas, mas davam a eles certa estabilidade. Exemplos dessas redes estão, sobretudo, na literatura da época, como, por exemplo, na relação entre João das Neves e o vigário Francisco Mourão do romance *O paroara*. No decorrer do romance, Teófilo vai demonstrando a fidelidade do padre com essa família, sobretudo em relação à Chiquinha, já que João das Neves tinha emigrado para Amazônia. Um exemplo disso é quando o padre Francisco Mourão fica sem o vício do rapé para não deixar de ajudar a família de Neves, pois o dinheiro destinado a ele foi dado à Chiquinha (TEÓFILO, 1978).

Não estamos dizendo que o cearense estava em melhores condições sociais do que o maniçobeiro do Piauí, o caipira paulista e o lavrador de Pernambuco. E nem que ele migrava apenas pela aventura de conhecer outras terras e culturas. Ele, da mesma forma que os trabalhadores livres, movimentava-se para garantir o equilíbrio de seus meios de sobrevivência, no sentido ressaltado por Cândido (2010, p. 203), no qual a “mobilidade recria o meio, permitindo encontrar as condições desejadas; e deste modo garante o equilíbrio”. O que queremos dizer, portanto, é que o cearense começou a se movimentar tardiamente, principalmente em relação ao deslocamento incessante e secular dos trabalhadores de outras regiões do país, e pode-se dizer que uma das causas de sua movimentação foi justamente o alto grau de mobilidade dos homens livres dessas regiões.

Agora, isto não quer dizer que o conceito de nomadismo só precise de revisão no tocante aos homens livres e pobres do Ceará. Pelo contrário, mesmo para o caipira paulista, que tinha alto grau de mobilidade, ele não serve, precisa ser criticado: tanto que já vem sofrendo modificações com a substituição pelo termo “seminomadismo”. A partir de uma sociologia crítica, que ressalte as particularidades dos modos de vida dos sujeitos históricos,

teremos condições de saber como se dava o acesso aos meios de subsistência dessa população de homens livres. E não apenas taxá-los de nômades, como se a história deles estivesse engessada; como se ela fosse, então, uma vida social de um contínuo absoluto.

Esta categoria encaixa-se à história e à sociologia quando discutem a vida social dos povos realmente nômades como, por exemplo, os beduínos do deserto. Para a análise da emigração cearense, ela é insuficiente, porque reduz as questões sociais, culturais e econômicas, aos preconceitos dos Governos contra os pobres e, também, a um defeito atávico da mestiçagem, criado pelo racismo científico. Desse modo, o nomadismo não é suficiente para perceber as mudanças sociais, culturais e econômicas, que estavam ocorrendo nesta configuração social. O nomadismo, também, é impotente para compreender que as relações paternalistas estavam enfraquecidas, fazendo com que os trabalhadores fossem dispensados pelos fazendeiros nas grandes secas. É impotente, ainda, para entender os motivos que levaram o Governo federal, do Pará e Amazonas, a pagarem as passagens aos cearenses.

Assim sendo, a sociologia precisa problematizar essa categoria, e não utilizá-la indevidamente para analisar diferentes processos históricos. Não podemos ver essa mobilidade como algo simples, ou reflexo da incapacidade de se adaptar ao ritmo de trabalho da grande lavoura. Precisamos, portanto, ter o cuidado de pesquisar mais atentamente os trabalhadores livres das diversas regiões do país, buscando diferenciar seus modos de vida. Pois, enquanto a mobilidade foi “um elemento constitutivo da civilização paulista”, como diz Denise Aparecida Moura (1998), ela surgiu para o cearense somente no final do século XIX, pois seus elementos de fixação já não conseguiam fazer frente a uma configuração social nova, de secas, miséria, e de uma disponibilidade de navios a sua espera para deixar a terra natal.

Desse modo, os trabalhadores livres, ou os homens esquecidos, na expressão de Einseberg (1989), não se apresentaram à história da mesma forma. A população do Ceará, que nos interessa, não tinha regiões desocupadas do sertão de São Paulo para se movimentar à procura de terras no seu território; ela, também, não convivia mais com o concorrência do trabalho escravo, como os lavradores de Pernambuco; e, ainda, não desempenhava uma atividade de intensa mobilidade como a dos manijobeiros do Piauí. Mas, como todas essas mobilidades são definidas como nomadismo pela sociologia, não há dúvida que pensem que eles viviam do mesmo modo, deslocavam-se pelas mesmas motivações e durante toda a história do Brasil. Desse modo, duas tarefas se impõem ao pesquisador: a primeira, trazer as

particularidades dos trabalhadores livres de cada região do país para a sociologia, com o intuito de melhor compreendê-lo e de ressaltar os diferentes grupos sociais que perpassam a categoria de trabalhador livre nacional. E a segunda, criticar a categoria de nomadismo, que erroneamente atravessa os caminhos da sociologia como uma cordilheira ainda inexplorada.

Contudo, nos parece que, em vez de se criticar a categoria nomadismo, os cientistas sociais continuam utilizando essa categoria sem nenhum exame prévio. É frequente seu uso nos dias de hoje, principalmente no que toca às pesquisas de sociologia urbana. Desse modo, os pesquisadores dessa área empregam o fenômeno do nomadismo para caracterizar os diversos grupos que estabelecem suas relações sociais na cidade. Se um morador de rua muda com frequência das praças, que ele utiliza como moradia, então, ele é considerado nômade. Mesmo que ele não tenha se deslocado de uma cidade para outra, e sim apenas de um espaço para outro da mesma cidade, onde tenha modificado suas atividades, garantindo uma maior estabilidade na sua sobrevivência cotidiana, ele é definido como nômade. Deve-se, portanto, perceber como essa categoria vindo sendo historicamente utilizada, para não se cometer equívocos. Sem uma avaliação minuciosa do nomadismo, a sociologia continuará aproximando grupos sociais, que são diferentes entre si. Assim, os moradores de rua de Curitiba, os ciganos da Europa e os beduínos do deserto, são nômades, possuem mais características em comum do que a realidade social permite.

### 3. ESTADO E MIGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS DO GOVERNO PARA CONTER A EMIGRAÇÃO

[...] a escassez de mão-de-obra que se manifestou na prolapada questão da ‘fome de braços’ do debate abolicionista, e as formas de incorporação do homem livre ao processo produtivo [...] assumiram configurações diferentes em cada pólo sócio-econômico do país (PORTO ALEGRE, 1985, p. 105).

#### 3.1. O problema da mão de obra

No final do século XIX, o Brasil dispunha de duas grandes economias, sustentadas pelo café e pela borracha. Pela primeira vez, portanto, o Brasil assumia uma posição relevante na economia de exportação, já que não usufruiu da riqueza do ouro, por ser colônia de Portugal. Essas duas economias se desenvolviam, então, paralelamente, e, desse modo, requeriam uma grande disponibilidade de mão de obra.

Mas também o curso da abolição dos escravos avançava. A escravidão dos africanos era o sistema de trabalho dominante, porém a pressão inglesa para a extinção do tráfico de cativos dava sinais de que os ciclos econômicos do país não seriam mais mantidos por esse tipo de trabalho. Enquanto as medidas contrárias à escravidão se restringiam ao fim do tráfico negreiro, algumas regiões, como as que estavam envolvidas com a produção de café, resolviam a demanda de braços através do tráfico interprovincial, comprando escravos das províncias do Norte. No Ceará, por sua vez, foi a seca de 1877-1879 que provocou a venda de sua escravaria para o Sul<sup>54</sup>. O Brasil era, então, pressionado por duas fortes economias internas devido à falta de braços, e pelo Império inglês, nosso maior credor, por causa da demora na execução da abolição da escravatura.

Nessa época, o Brasil era um país essencialmente agrário. E sua atividade agrícola não era mecanizada e, assim, todos os serviços eram realizados por mão de obra humana, necessitando de uma boa oferta de trabalhadores para expandir as culturas, sobretudo aquelas que estavam inseridas na economia de exportação. Assim, o historiador Thomaz Holloway (1954, p. 59) justificou a necessidade da grande procura de mão de obra para a produção cafeeira:

---

<sup>54</sup> Ver: Teófilo (2002, p. 96); Girão (2000, p. 416).

Por todo o período aqui em estudo [1886-1934], as exigências de mão de obra foram elevadas, devido aos métodos de gasto intensivo de trabalho; foram constantes, devido à natureza perene da planta de café e ao contínuo gasto de trabalho que seu cuidado requeria; e foram estáveis, devido à persistência de técnicas basicamente similares em toda a área cafeeira do oeste paulista.

Então, para seu crescimento, a produção cafeeira precisava de uma grande oferta de braços durante todo ano produtivo, como também a extração da borracha, embora na extração o trabalho ficasse suspenso durante a cheia dos rios. Desse modo, a situação no qual se encontrava a economia do país não era nada animadora. Enquanto o curso do abolicionismo avançava, com a lei do Ventre Livre (1871), os grupos sociais que dependiam da grande lavoura elaboravam meios de debelar uma crise que se aproximava. Um das formas definidas por esses grupos foi a organização do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, ou Congresso Sinimbú, em 12 de junho de 1878. Agora, este Congresso não era de âmbito nacional, estava restrito apenas ao Sul, ou melhor, aos Estados produtores de café. O Norte, para não ficar para trás, também fez seu Congresso Agrícola em Recife, em 6 de outubro de 1878<sup>55</sup>.

O país não só estava dividido geograficamente em duas porções, mas também estava dividido politicamente. O Sul queria resolver o problema da mão de obra, sem dividir suas soluções com o Norte, ressaltando claramente as diferenças regionais. Para dar início ao Congresso no Sul, foram definidos sete quesitos, os quais foram copiados pelo Norte, e que demonstram as preocupações da grande lavoura no contexto da abolição. São eles:

(1º) Quais as necessidades mais urgentes e imediatas da grande lavoura?; 2º) É muito sensível a falta de braços para manter ou melhorar e desenvolver os actuaes estabelecimentos da grande lavoura?; 3º) Qual o modo mais eficaz e conveniente de suppir essa falta?; 4º) Poder-se-há esperar que os ingenuos, filhos de escravas, constituam um elemento do trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quaes os meios para reorganizar o trabalho agrícola?; 5º) A grande lavoura sente carencia de capitais? No caso afirmativo, é devido este facto à falta absoluta deles no paiz, ou à depressão do crédito agrícola?; 6º) Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convém crear estabelecimentos especiaes? Como fundal-os?; 7º) Na lavoura tem-se introduzido melhoramentos? Quaes? Há urgência de outros? Como realisal-os? (CEPA, 1978, p. 13)

<sup>55</sup> “O Congresso Agrícola do Recife parece, portanto, representar um desaguar de revoltas frustradas, de queixas, de protestos e de desespero acumulados durante longos anos. Mas igualmente, de expectativas, de esperanças, de cerimoniosas solicitações à Corte Imperial provenientes de parte de uma classe hegemônica, como se fora o término de um grande bailado à moda romântica – própria, aliás, de sua época” (PERRUCCI, 1978 *apud* CEPA, 1978, p. XV).

Dos 7 quesitos, como se percebe, 4 versam sobre o problema da mão de obra. Percebe-se, também, que, nesta época, ainda se pensava na possibilidade dos ingênuos assumirem o trabalho livre no Brasil, o que anos mais tarde vai se mostrar como uma mera ilusão. Muitas foram as respostas a estes quesitos, mas em um ponto todos eles concordavam que era o de resolver o problema da mão de obra. Seja com a colonização de italianos, asiática, ou africana, os grupos e classes sociais envolvidos com a grande lavoura precisavam resolver a questão da substituição do trabalho escravo.

A solução com a mão de obra nacional que estava espalhada pelo país era cogitada, mas não era vista com bons olhos pelas elites econômicas, pois difundia-se no país um racismo avassalador que classificava o trabalhador livre, que poderia substituir os escravos na força de trabalho, como *incautos, viciados, inconscientes, desanimados, inexpertos, apáticos, indolentes, vadios e imprevidentes*<sup>56</sup>. Dessa forma, a economia do país encontrava-se sob um dilema, pois, por um lado, estava sendo forçada a abolir a escravidão e, por outro, não devia confiar na produção de seus braços livres para posicionar-se de forma mais competitiva no sistema do capital. Para os que ainda acreditavam no trabalho livre nacional, era preciso que o Estado criasse uma lei que tornasse o trabalho obrigatório, substituindo a extinta lei do recrutamento.

Com a abolição dos escravos, em 13 de maio de 1888, o problema da mão de obra se transformava na questão da falta de braços em várias regiões, principalmente naquelas que necessitavam de grandes contingentes de trabalhadores. Agora, o que não se pode esquecer é que a falta de braços e a inserção do trabalhador livre não se manifestaram da mesma forma em cada região do país, como lembrara Porto Alegre (1985). Assim, as pesquisas que buscaram mais generalizações do que as particularidades dessa falta de braços nos trouxeram poucas contribuições para o entendimento da inserção do trabalhador livre ao processo produtivo. Embora houvesse um discurso nacional sobre a falta de braços, essa falta não se manifestou da mesma forma; algumas regiões, tais como aquelas que contavam com grandes ciclos econômicos, sentiram mais a ausência de trabalhadores do que as regiões que possuíam uma fraca economia. A falta de braços em São Paulo não foi, então, a mesma do que ocorrera no Ceará: o Ceará não tinha a forte economia de São Paulo, e São Paulo não contava com as

---

<sup>56</sup> “[...] calúnias que acionam os sentimentos de vergonha ou culpa do próprio grupo socialmente inferior, diante de símbolos de inferioridade e sinais de caráter imprestável que lhes é atribuído, bem como a paralisia da capacidade de revide que costuma acompanhá-los, fazem parte do aparato social com que os grupos socialmente dominantes e superiores mantêm sua dominação e superioridade em relação aos socialmente inferiores”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 131).

grandes secas do Ceará. No entanto, isto não quer dizer que o Ceará não tenha sofrido os impactos dessa crise nacional: esse Estado também foi atingido, só de um modo diferente, sobretudo porque os cearenses migraram para preencher a ausência de braços dos Estados mais fortes economicamente<sup>57</sup>.

O trabalho, no Ceará, estava desorganizado por causa das migrações que ocorriam justamente para o Sul e para os Estados amazônicos e que, portanto, estava desequilibrando sua *oferta potencial de mão de obra*<sup>58</sup>. Realmente, havia essa oferta no Norte, o problema era que, no Ceará, a grande disponibilidade de trabalhadores, que supriu a falta de braços na extração da borracha e em parte na colheita do café, estava se rareando nesse período. Podemos dizer que a falta de braços na Amazônia e no Sul provocara a falta de braços em algumas partes do Ceará, por meio da emigração subsidiada. Melhor: a tensão entre as relações de produção vigentes e a densidade da população no território cearense e, por conseguinte, a oportunidade de ter a passagem subvencionada pelos Estados que mais sofriam com a falta de trabalhadores, provocaram o deslocamento da população, causando a falta de braços no Ceará, e a inserção dos cearenses nos grandes ciclos econômicos. Portanto, é importante ressaltar as particularidades da questão nacional da falta de braços para compreender o tumultuado período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Mas, se os cearenses foram trabalhar no Sul e na extração da borracha amazônica, isto quer dizer que eles estavam protegidos daquelas classificações sociais referentes ao trabalhador livre? Não estavam protegidos: eram considerados, sobretudo, como *imprevidentes*, por causa da incidência das grandes secas. “Nenhuma providencia, nenhuma medida para evitar a repetição de tão negras misérias, preocupa o espírito trêfego dos que já as sofreram” – diz Sobrinho sobre os sertanejos cearenses. E, desse modo, acrescenta: “Ainda os prodomos do novo inverno, ansiosamente esperado, não definiram a nova situação e já as victimas, ainda combalidas, se esqueceram de todos os sofrimentos, de todas as dores” (SOBRINHO, 1920, p. 17).

O cearense – considerado *mestiço* e, portanto, *incauto* para o trabalho na grande lavoura – trabalhou nas fazendas de café juntamente com os alemães e italianos, ou com os europeus que vieram justamente para embranquecer a população brasileira. Impulsionados

---

<sup>57</sup> Mas, segundo o presidente Alencar, a falta de braços era sentida de forma mais intensa no Ceará: “Todo este mal [déficit na balança de pagamentos] parte da falta de braços que se empreguem na lavoura, o que sendo geral em todo o Brasil mais notável se faz no Ceará onde a escravatura foi pouca, não tendo havido muita introdução de africanos” (ALENCAR, 1836 *apud* GIRÃO, 2000, p. 305).

<sup>58</sup> Esta ideia da oferta potencial de mão de obra é de autoria de Furtado (2009).

pelos lucros do café, os fazendeiros paulistas podiam contratar os brancos europeus, colocando seu racismo em prática e afastando as possibilidades de uma possível crise de braços. Mas, ao mesmo tempo em que traziam os pobres italianos para as férteis terras paulistas, eles contratavam os caboclos cearenses do sertão. Não havia uma contradição nessas ações dos fazendeiros, já que o que interessava era espalhar o elemento branco na diversidade de cores dos brasileiros?

Temos aí, portanto, uma das questões centrais da inserção do trabalhador livre no processo produtivo, qual seja: saber até que ponto o racismo das elites brasileiras discriminou e inviabilizou o trabalhador nacional livre no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Para alguns, os fazendeiros não evitavam o trabalhador nacional e o racismo era disseminado mais pelos intelectuais urbanos (GRAHAM; FILHO, 1971 *apud* EINSEBERG, 1989, p. 240). Ademais, não se deve esquecer que o racismo e o imigrantismo também foram uma manobra política das elites econômicas para enfrentar uma conjuntura econômica repleta de rupturas sociais.

Como as elites econômicas do Brasil viviam sob a pressão inglesa devido à abolição e à adoção do trabalho livre, as teorias raciais “caíam como luvas” nas mãos dessas elites, pois elas já estavam ansiosas com a possibilidade de terem que enfrentar uma situação desastrosa de manutenção do seu *status quo*, ocasionada pelas transformações sociais que o tempo lhes forçava a fazer. Assim, eles definiam o negro e os mestiços como seres inferiores biologicamente, com o intuito de impedi-los a ascenderem à escala de valores da sociedade, por meio da abolição e da ascensão à posição de trabalhador livre nacional<sup>59</sup>.

Todavia, o racismo das elites tinha limites bem demarcados, sobretudo quando seus lucros estavam em questão. Dizemos isto, pois o trabalhador livre nacional, que era classificado socialmente como *caboclo*, *imprevidente*, *inconsciente* etc., foi utilizado como mão de obra dos grandes ciclos econômicos, inclusive o de São Paulo, onde o imigrantismo era considerado como a solução mais adequada para “o país”. Agora, por que, em vez do trabalhador *caboclo*, foi o imigrante europeu que resolveu o problema da mão de obra no Sul? Realmente, a maioria da mão de obra do Sul, sobretudo de São Paulo, foi composta de imigrantes europeus. Porém, isto não quer dizer que não houve emigração dos trabalhadores nacionais para essa região, porque a elite racista evitara o contato com os negros libertos e

---

<sup>59</sup> Sobre a classificação de negros e mestiços como seres inferiores biologicamente, ver: Schwarz (1993); Hansebalg (2005).

mestiços. A emigração ocorreu, mas, se ela não conseguiu alcançar os níveis da imigração, não foi porque os *caboclos* e essa elite evitaram o contato entre si. Pois, se dependessem dos cafeicultores, por exemplo, teria havido mais transferência de mão de obra do Norte para o Sul cafeeiro.

Assim, a ideia de que, no tocante aos trabalhadores nacionais, só havia preconceito, e, em relação aos trabalhadores imigrantes, só havia aceitação por parte dos cafeicultores, precisa ser relativizada. Sabe-se que os cafeicultores tiveram, logo nas primeiras experiências com a imigração europeia, sérias desavenças com os imigrantes europeus, terminando por classificá-los de desordeiros, bêbados e violentos (COSTA, 2010, p. 215). Assim, diferentemente do que preconizavam os imigrantistas, a relação entre os imigrantes e os cafeicultores foi pouca amistosa, nada diferindo da relação entre trabalhadores e patrão. E no tocante aos trabalhadores nacionais, ao contrário das generalizações da história, também havia opiniões positivas acerca deles:

Pouca vantagem para o paiz, no seu conjunto, há na immigração estrangeira quando o êxodo do povo é maior no norte do que a entrada de imigrantes no sul e quando, em verdade, pode dizer-se que o nortista é realmente muito melhor cidadão e um mais valioso para o paiz do que a espécie de imigrantes que para ele tem vindo. Os nortistas, todos conhecidos como cearenses, são notáveis por sua energia, habilidade, faculdades de resistência e atividade, quando há alguma coisa a fazer. São realmente gente de muito melhor qualidade do que são commumente considerados (CRANDALL, 1923, p. 80).

Embora esta opinião seja de um estrangeiro, do engenheiro estadunidense Crandall, não quer dizer que não havia opiniões positivas das elites nacionais sobre o trabalhador livre nacional; como, por exemplo, os discursos do também engenheiro André Rebouças. Enquanto o problema da mão de obra tornava-se a grande questão nacional, comparavam insistentemente o italiano e o cearense – os dois maiores migrantes do país na época. Nessa comparação, o italiano branco era criticado por ter sua passagem subsidiada e não ter deixado suas ideologias políticas no seu contexto de origem, como bem provaram as experiências do sindicalismo revolucionário e a lei Adolfo Gordo<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Sobre o sindicalismo revolucionário, ver Toledo (2004). A lei de expulsão de estrangeiros, conhecida como Lei Adolfo Gordo, e aprovada em 1907, instituiu “um processo sumário sem chances efetivas de defesa para os acusados. Com base nessa lei foram expulsos do Brasil, somente no ano de 1907, 132 estrangeiros, número bastante elevado se considerarmos que entre 1907 e 1921 houve um total de 556 expulsões” (BATALHA, 2000, p. 43).

Já os mestiços cearenses, que estavam longe das ideologias socialistas e mais próximos do catolicismo, eram vistos como melhores cidadãos, o que não deixava de ser curioso em tempos nos quais o branqueamento era a palavra de ordem. Mas, no entanto, a questão de aceitar os trabalhadores cearenses não foi devido à sua moral, e sim por causa da conjuntura na qual a imigração não se desenvolvia e que havia a mão de obra ociosa dos sertanejos no Ceará.

Ora, o mercado da Europa e dos Estados Unidos queriam consumir o café brasileiro, assim como os cafeicultores não queriam perder a oportunidade de valorização do seu produto. Portanto, com ou sem imigração, o café tinha que ser vendido. Dessa forma, os cafeicultores do Sul, ao contrário de algumas teses que redimensionam o imigracionismo, tinham agentes no Norte para contratarem os trabalhadores.

Seu principal agente, por exemplo, era o Estado brasileiro, que tomado pela classe dirigente da economia cafeeira, também fora um dos grandes responsáveis pela emigração de cearenses para o Sul. E, assim, agia em momentos de seca, ou seja, quando era acionado para levar os socorros públicos às vítimas da seca no Ceará. Cumprindo a função de agente dos retirantes, o Estado sabiamente convertia esses socorros em passagens de navio para os flagelados chegarem ao Sul.

Não estamos afirmando que o número de migrantes cearenses que se deslocaram para o Sul seja o mesmo de imigrantes europeus. Mas a história e a sociologia não podem desconsiderar essa migração. As elites do Sul eram racistas, mas seu racismo não chegava a ponto de evitar a migração dos caboclos para o trabalho nas fazendas, porque o que estava em questão não eram os defeitos atávicos dos trabalhadores nacionais, ou a moral mais elevada deles, e sim os lucros do café, que podiam ser colhidos por mãos negras, amarelas ou brancas. É tanto que, um dos maiores incentivadores da imigração italiana, Antonio da Silva Prado, quando ministro da Agricultura, utilizou-se de todos os meios para transferir a mão de obra dos sertanejos do Ceará para as fazendas de café de São Paulo<sup>61</sup>.

Ter fundado a Sociedade Brasileira de Imigração não impediu que o ministro Prado e seus sucessores forçassem os retirantes a embarcarem para o Sul, como demonstra o quadro na página seguinte:

---

<sup>61</sup> Ver a nota 39.

Quadro 2 – Migrantes que saíram pelo porto de Fortaleza no primeiro semestre de 1889.

Destino	Ano de 1889						Total
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	
Alagoas	3	0	7	5	0	22	<b>37</b>
Bahia	2	0	27	6	4	2	<b>41</b>
Espírito Santo	424	0	111	274	193	14	<b>1.016</b>
Minas Gerais	0	0	1	0	0	0	<b>1</b>
Paraíba	5	0	2	0	20	0	<b>27</b>
Pernambuco	0	11	26	29	73	61	<b>200</b>
Rio de Janeiro	1.385	71	1.389	1.743	641	576	<b>5.805</b>
Rio Grande do Norte	0	1	3	0	0	0	<b>4</b>
Rio Grande do Sul	0	0	0	1	0	0	<b>1</b>
Santa Catarina	0	0	2	0	17	0	<b>19</b>
São Paulo	1.212	13	187	243	89	265	<b>1.909</b>

Fonte: APEC. Relação de Emigrantes Norte-Sul (1889).

Embora o quadro traga números referentes às migrações para alguns Estados do Norte (Bahia, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte), ele foi organizado a partir da documentação relativa aos destinos do Sul. Tudo indica que isto foi por causa da localização desses Estados, que ficavam na rota do Sul. Assim, o navio que fosse para o Rio de Janeiro, por exemplo, aproveitaria para aportar em Pernambuco e desembarcar ou embarcar as famílias que tinham como destino ou origem esse Estado. Fica evidente a superioridade do Rio de Janeiro como destino, o que levanta a hipótese de que os cafeicultores do Vale do Paraíba, que estavam falidos e que, portanto, encontravam-se na impossibilidade de transplantar os europeus para suas fazendas, tentaram resolver a falta de braços da região com os retirantes do Norte. Podemos pensar, também, que uma parte dessas 5.805 pessoas possa ter seguido para o Espírito Santo.

Aliás, a migração foi mais forte para os grandes Estados produtores de café – São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Dos 9.052 migrantes, 8.730 seguiram para esses três estados. Com efeito, só nesses cinco meses de 1889, migrou quase um terço do total de migrantes dessa seca, que foi de 30 mil, ou seja, quase um terço do total de emigrantes comprovadamente foi para o Sul em 1889. Se não houvesse a mudança do presidente do Ceará, como veremos, essa migração teria sido maior. Portanto, ao contrário do que alguns pensam, a migração dos trabalhadores nacionais do Norte para o Sul também foi relevante para a economia cafeeira, principalmente no período da falta de braços. E, desse modo, o racismo das elites econômicas e, por conseguinte, o seu imigrantismo, não teve força suficiente para impedir a entrada dos *caboclos* retirantes em suas terras. As teorias raciais, a nosso ver, foram muito bem utilizadas pelos cafeicultores para “forçar” o Estado subsidiar a imigração europeia, já que eles “ficariam a ver navios” se esperassem que os imigrantes europeus viessem espontaneamente para o Brasil, como vinham para os Estados Unidos da América. E quando surgia a oportunidade de terem a mão de obra dos cearenses, não a perdiam, e convertiam os socorros públicos em passagens de navio, aproveitando-se de uma conjuntura, na qual as linhas de navegação estavam interligando as diferentes regiões do país.

Agora, o que vemos é que o número de imigrantes foi capaz de encobrir a emigração dos trabalhadores nacionais, que foram deslocados por todo o período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, seja por agentes particulares ou pelo próprio Governo. Como o número de imigrantes europeus foi bastante superior, e as pesquisas não conseguiam identificar o sertanejo do Norte nos cafezais, a história e a sociologia não consideravam sua presença na economia cafeeira. Como exemplo disso, citamos Carlos Hansebalg, que, em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, afirma que toda a população de cor, incluindo homens livres e ex-escravos, não participou inicialmente da economia capitalista.<sup>62</sup> Morales, também, acreditou tanto no “gerenciamento da população brasileira”, que chega a afirmar que os cafeicultores não tinham agenciadores de trabalhadores no Ceará<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> “No Sudeste, onde a abolição coincidiu com a maciça penetração de imigrantes europeus, toda a população de cor, incluindo homens livres e ex-escravos, foi inicialmente marginalizada, com relação à economia capitalista em formação” (HANSELBAG, 2005, p. 171). O autor, assim, desenvolve a tese do “gerenciamento da população brasileira”. Agora, nossas fontes dizem o contrário, pois, no tocante ao Governo federal e aos fazendeiros do Sul, não houve essa preocupação de isolar “inicialmente” os sertanejos do Norte do trabalho nos cafezais, ou da “economia capitalista em formação”.

<sup>63</sup> Morales diz que: “Não era do interesse dos cafeicultores a presença desse indivíduo considerado biologicamente inapto para funcionar numa economia de base capitalista. Isso sugere que estava em jogo não apenas uma localização diferencial de trabalhadores mas sim um gerenciamento da população brasileira na qual

Com efeito, a diferença entre o número de migrantes nacionais e de migrantes europeus que participaram da economia cafeeira e a criação de uma identidade paulista calcada somente nas culturas alienígenas foram responsáveis pelo ocultamento da migração de cearenses no final do século XIX para os cafezais do Sul. Assim, concordamos com Moura e Paiva (2008, p. 65-66), que afirmam que a entrada nos cafezais de migrantes nacionais foi contemporânea à entrada de imigrantes europeus, e que:

[...] o tema da migração [...] não foi explorado na mesma intensidade que o da imigração. As razões para isso são variadas. Por um lado, e como foi afirmado anteriormente, do ponto de vista quantitativo, a chegada de trabalhadores vindos da Europa [...] foi bastante superior à de trabalhadores nacionais [...]. Este fato, por si, justifica a maior importância dada aos estudos sobre a imigração. Todavia, outro aspecto deve ser explorado: o da necessidade da construção, pelos paulistas, de uma identidade imigrante.

Quais eram as vantagens materiais de assumir que a cultura paulista está permeada de elementos culturais da população flagelada do Norte? O retirante era miserável e, portanto, não servia para enaltecer cultura nenhuma. Servia, ao contrário, para posicionar as culturas que o assumiam como menores, pobres e pedintes, na escala de valores da sociedade moderna capitalista. Assim, o paulista evitou incluir o sertanejo do Norte em sua história, mas não o evitara quando precisou dar impulso às engrenagens de sua economia. Este ocultamento da presença dos migrantes na produção do café paulista, tirante as novas pesquisas historiográficas, ainda continua, como, por exemplo, no Memorial do Imigrante, onde a memória dos migrantes nacionais, que foram para São Paulo, durante a segunda metade do século XIX, não emergira com a mesma força da memória dos imigrantes europeus.

Não estamos querendo defender que houve uma democracia racial, quando afirmamos que os trabalhadores nacionais não foram marginalizados da economia cafeeira. Queremos dizer que os cearenses participaram dessa economia, desde o seu início sob o sistema de parceria; ou seja, participaram como trabalhadores (parceiros ou assalariados) da produção cafeeira. Da mesma forma que, nos Estados ocidentais do Norte, os sertanejos

---

as variáveis raça e região eram estrategicamente articuladas e construíam a desigualdade no país” (MORALES, 2002, p. 87). A autora não se deu o trabalho de consultar as fontes históricas desse período, pois o cafeicultor teve interesse em emigrar os cearenses para suas fazendas: é tanto que, ele tinha agentes no Ceará para realizar essa tarefa, e, também, contava com um agente mais robusto ainda, que era o Estado, que, instrumentalizado pelos cafeicultores, conseguiu levar uma parte significativa dos cearenses para a colheita de café. Portanto, as variáveis raça e região não foram “estrategicamente articuladas”, nesse país, que, depois da abolição, e sem contar ainda com a imigração subsidiada, não poderia ficar sem exportar o café – seu principal produto econômico.

foram a principal mão de obra da extração da borracha, eles poderiam ter sido o sustentáculo principal do ciclo econômico do café.

Mas, em sentido contrário do que aconteceu no Sul, no Pará e no Amazonas não houve manifestação de querer afastar os sertanejos nortistas de sua história. E isto, sem dúvida, deve ser um dos motivos que fazem a relação entre o paraense e o cearense ser mais amistosa do que do cearense com o paulista. Porém, “a necessidade” do paulista de ter apenas o elemento branco europeu em sua formação cultural não chegou a ponto de impedir a entrada de milhares de trabalhadores *caboclos* em suas fazendas. Pelo contrário, eles travaram uma grande luta contra os políticos cearenses no Congresso para trazê-los ao Sul.

Então, por que não resolveram a falta de braços com os trabalhadores nacionais? Em nosso trabalho, a resposta que mais se coaduna às fontes utilizadas foi dada por Celso Furtado (2009, p. 191), quando diz: “Prevalecia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão de obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados”.

Desse modo, foram os coronéis do Norte, os latifundiários pecuaristas e os seus representantes políticos que impediram que os cafeicultores continuassem com a política de transferir seus trabalhadores durante as secas. Os latifundiários do Norte não admitiriam que o Governo federal transformassem os socorros públicos em passagens de navio para o transporte de retirantes, para, assim, realizarem a transferência de mão de obra:

O interesse do grande proprietário era manter uma população dependente em sua propriedade para fins econômicos, políticos, sociais e até militares. Dificilmente ele ia ver com tranquilidade o êxodo dessa população para outras fazendas ou regiões (EINSEBERG, 1989, p. 234).

Agora, não era nada fácil para os latifundiários combaterem essa política de transformação dos socorros públicos em passagens de navio, que surgia, sobretudo, quando eles exigiam o auxílio da União para combater os efeitos da seca, associando essa intempérie à calamidade pública e, portanto, exigindo a prestação de socorros públicos à população atingida. O problema era que os produtores de café eram a classe mais forte na direção do Estado e, assim, queriam reverter esses socorros em seu benefício, ou seja, em passagens que levassem os sertanejos até os portos mais próximos da produção do café para serem alistados

pelos cafeicultores. É nas secas, então, que vemos ações mais efetivas para o controle da população sertaneja.

### **3.2. Impostos para diminuir a migração e serviço de imigração para “repovoar” o Ceará**

Enquanto não havia seca, e a migração continuava sendo subsidiada pelos Governos do Pará e do Amazonas e pelos agentes dos fazendeiros paulistas, o Governo do Ceará tomava medidas para controlar seus “inexperitos conterrâneos”. Além da propaganda contrária à emigração, como vimos, a ordem dos latifundiários e do Governo do Estado era criar “embaraços” ao êxodo, pois a falta de braços já se fazia sentir na agricultura e na pecuária – suas principais fontes de renda. Enquanto os Estados de São Paulo, Amazonas e Pará cresciam economicamente, tendo como força de trabalho os cearenses, no Ceará, nas palavras da época, “a economia definhava”, por causa da emigração de sua população. E, portanto, alguma ação devia ser realizada urgentemente para impedir o progresso dos agentes de braços. Em 1893, o “agenciador de voluntários” já contava com o pagamento de uma taxa criada pelos municípios:

Municípios há que já deram o grito de alarma, creando taxas para a indústria e profissão de agentes de voluntários. É preciso systematizar-se a medida, e ao mesmo tempo, cuidar-se seriamente da nossa lavoura e das nossas indústrias.<sup>64</sup>

No último decênio do século XIX, havia milhares de cearenses instalados na Amazônia e no Sul, que desejavam trazer os familiares e os amigos que deixaram na terra natal. Dessa forma os fluxos migratórios não perdiam força. Em vez de o Governo promover a indústria e a agricultura para tentar fixar a população, ele taxava o “agenciador de voluntários”, que era, sem dúvida, uma ação que só beneficiava o Governo, pois, além de não gastar o dinheiro público com obras ou investimentos, ele ainda criara mais uma fonte de renda. Assim, os municípios lucraram com o êxodo, mesmo que não pudessem impedir os deslocamentos populacionais à força. Essa medida despertou tanto interesse, que o Governo

---

<sup>64</sup> Mensagem do presidente do Ceará José Bizerril Fontenelle, em 1 de julho de 1893, p. 14 e 15. Esta medida faz parte da efêmera autonomia que os municípios tiveram com a proclamação da República. Ver: Leal (1973, p. 50 e ss.).

do Ceará também a incorporou no seu conjunto de impostos do final do século XIX. Quem nos dá notícia dela é Rodolfo Teófilo, nestes termos:

Esse imposto absurdo e ilegal nada adiantou. [...] Era o mesmo que o imposto de gado bovino, pelo qual o Estado cobrava um tanto por cabeça quando saía do Ceará. O agenciador de retirantes escolhia a flor dos nossos homens porque tinha de cada indivíduo novo e forte cem mil réis do Estado que o comissionava. [...] Que lhe importava a ele pagar ao Ceará o imposto de um conto e quinhentos mil réis, se os seus lucros dariam para essa despesa, sobrando lhe grande quantia? (TEÓFILO, 1980, p. 39)

Não há dúvida que o imposto não iria estorvar e paralisar a emigração. No entanto, esse imposto demonstra uma maior articulação das elites econômicas em torno dessa questão. Era nos portos de mar, onde se concentravam os migrantes para se deslocarem para outras regiões, que o Governo aplicava suas medidas, tais como a do presidente Antonio Pinto Nogueira Acióli, que tentava “impedir o embarque dos menores não sendo acompanhados de seus legítimos responsáveis<sup>65</sup>”. As elites econômicas, então, frente ao grande êxodo que crescia, começaram a se articular, criando estratégias para barrar seu crescimento. Entretanto, essas estratégias não estavam voltadas para a melhoria de vida dos trabalhadores rurais; o objetivo delas era manter a oferta de trabalhadores, ou o aviltamento dos salários. Se continuassem a perder mão de obra, os latifundiários seriam obrigados a pagar altos salários aos trabalhadores. O Governo, portanto, sabendo que não podia desrespeitar o direito de ir e vir do migrante, atacava os menores de idade, que ainda não podiam responder pelos seus atos. Esse grupo, ao contrário do que possa parecer, não era irrelevante na composição dos fluxos migratórios (MENEZES, 2001, p. 18).

Fosse a emigração de retirantes ou a de “inexperitos iludidos” em busca dos salários da borracha, o Governo do Ceará não podia mais assistir ao movimento incessante das populações sertanejas em busca do Eldorado amazônico, pois a produção de algodão estava diminuindo. Atingidas as relações de produção, não se poderia mais ficar de braços cruzados. Só que o liberalismo do Governo do Ceará, no sentido de sua não interferência na economia, lhe deixava bastante tímido frente aos problemas sociais do seu Estado. Como exemplo disso, o Governo de Acióli, em plena terra das secas, não construía nenhum açude para a população (TEÓFILO, 2001, p. 6 e ss).

---

<sup>65</sup> Mensagem do presidente do Ceará, Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1 de julho de 1897, p. 26.

Mas, mesmo sem interferir na economia a favor das condições de vida dos sertanejos, o Governo estadual queria barrar o êxodo. Desse modo, é mais uma vez Rodolfo Teófilo que nos informa acerca de uma nova estratégia para deter os migrantes:

[Acióli] inventou uma ‘folha corrida’, passada em Fortaleza, sem a qual o retirante não podia sair do Estado. Essa medida, além de estapafúrdia, era irrisória. O que poderia dizer a justiça de Fortaleza de um indivíduo cujo domicílio era em outra comarca? O imposto, além de pôr entraves à emigração, era uma fonte de renda para o escrivão Raimundo Peixoto, compadre e amigo incondicional do Sr. Accioly, que assim lhe remunerava os serviços, serviços esses que o presidente do Ceará tinha em grande conta. [...] Acabou-se a célebre e jamais esquecida ‘folha corrida’, que custava vinte mil réis! (TEÓFILO, 1980, p. 39-40).

Enquanto os Governos e os particulares de outras regiões pagavam as passagens para os trabalhadores, o Governo do Ceará tentava impedir o embarque deles, e ajudar o amigo. Enquanto em outras regiões eles teriam a oportunidade de ampliar suas redes de interdependências, participando dos grandes ciclos econômicos, no Ceará, o Governo não lhe dava proteção, só agia com o intuito de pôr entraves a suas viagens e a sua mobilidade social. E, assim, o Governo desejava frear essa torrente humana, proibindo a saída de menores de idade sem a presença dos pais, taxando o emigrante e cobrando uma folha corrida. Como ele percebera que isso não era suficiente para fazer frente ao êxodo, ele partiu para a solução a que todos os Governos recorriam na época, que era a da imigração, ou seja, substituir a mão de obra dos cearenses “inexperitos” que emigravam pela dos imigrantes europeus.

Não era a primeira vez que o Governo do Ceará usava desse expediente, pois, nos idos de 1837, no Governo de Alencar, tem-se a chegada de 120 colonos açorianos (GIRÃO, 2000). Agora, os resultados dessa experiência com os açorianos foram negativos, pois esperavam que eles cumprissem todas as regras do contrato, sobretudo a de trabalhar regularmente<sup>66</sup>. Porém, isto não impediu que se tentasse novamente a experiência da imigração.

Na seca de 1888-1889, o presidente do Ceará, o paulista Caio Prado, queria implantar o serviço de imigração. Agora, é interessante notar que, ao mesmo tempo em que ele recebia verbas do Governo central para iniciar a imigração no território cearense, ele

---

<sup>66</sup> “Segundo as informações que tenho colhido [presidente Sousa e Meio, sucessor de Alencar], uma grande parte dos colonos são ociosos, e não se querem a prestar a nenhum ramo de indústria, e alguns têm cometido assassinatos, praticado roubos, e fugido para o interior do país” (SOUSA E MEIO, 1838 *apud* GIRÃO, 2000, p. 311).

incentivara a emigração dos cearenses para o Sul. Portanto, ele incentivava a emigração e promovia a imigração. Dessa forma, ele foi o único presidente do Ceará que incentivava a emigração de sua população durante esse período de forte deslocamento populacional. Pode-se pensar que Caio Prado tivesse a emigração dos cearenses como única forma de combate à seca, e para compensar a perda de trabalhadores, implantaria o serviço de imigração. Mas, no entanto, essa compensação de mão de obra iria demorar, pois o Estado do Ceará teria que primeiro construir uma infraestrutura de estradas, colônias etc., para estar apto ao recebimento de imigrantes, já que para dispor do serviço de imigração, precisava-se primeiro instalar essa infraestrutura. Não é de se estranhar que Caio Prado enviasse os sertanejos para o Sul, pois ele era sobrinho do Conselheiro Antonio Prado, que, na época, além de grande cafeicultor e ministro da Agricultura, considerava o envio de retirantes para os cafezais como melhor combate à seca. Se o passamento de Caio Prado não ocorresse durante essa seca, os campos do Ceará ficariam, sem dúvida, mais desabitados. Por causa de sua morte, portanto, a história ficou sem saber sobre até que ponto ele levaria a política imigratória.

No circular do Ministério da Agricultura de 27 de outubro de 1888, portanto, sabe-se que a verba destinada ao Ceará para o serviço de imigração advinha das leis n<sup>os</sup> 3.396 e 3.397 do Império. Desse modo, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, todas as Províncias do Brasil reclamavam em uníssono da falta de braços e da necessidade de por em prática o serviço da imigração. No caso do Ceará, ele estaria incluído naquele grupo de Províncias que não poderia receber imigrantes de imediato, por causa da falta de infraestrutura exigida. Mesmo assim, o Governo estadual queria implantar esse serviço. Porém, em vez de as verbas serem direcionadas para a subvenção de passagens aos imigrantes, teriam que ser direcionadas primeiramente para a construção de estradas de ferro e de rodagem.

Nesse sentido, o ministro Antonio Prado deixou importantes instruções para seu sobrinho Caio Prado implantar o serviço de imigração na sua Província, tais como: respeitar a liberdade do imigrante de escolher a localidade e o modo da sua colocação; desenvolver núcleos existentes; organizar os planos de viação externa e interna; propor a organização das comissões técnicas que forem necessárias; colocar os imigrantes em territórios próximos dos centros de permuta, de maneira que dispunham de vias de comunicação; recomendar a criação de associações destinadas a divulgar as vantagens de imigração e colonização, a zelar os interesses dos imigrantes, a sugerir providências e a propagar ideias; e convocar os lavradores a iniciar nos seus estabelecimentos o trabalho do braço estrangeiro, assegurando que o

Governo Imperial lhes fornecerá o transporte, a recepção e o agasalho destes imigrantes.<sup>67</sup> Mas, como Caio Prado faleceu em 1889, ele não pudera iniciar o sistema de imigração no Ceará.

Na corrida tão acirrada pelos braços livres, as Províncias do Norte, seguindo todo o processo de instalação dos imigrantes europeus, partiam com grande desvantagem em relação às do Sul, pois elas não contavam com aquela infraestrutura. É tanto que, no seleto grupo das Províncias que já estavam prontas para receber os trabalhadores europeus, não havia nenhuma do Norte, e sim apenas as do Sul, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; ou seja, os grandes produtores de café. Por isso, as Províncias do Norte lutavam contra a saída de seus braços livres. Já a economia do Ceará, além de não possuir a força política das regiões produtoras de café para instalar logo os imigrantes, ainda contava com a emigração de seus trabalhadores, subvencionada por essas regiões. Assim, em vez de criar condições reais para promover uma maior fixação da população, o presidente do Ceará preferia fazer programas de economia e recorrer à política imigratória. E isto não foi porque o grau de dificuldade a ser vencido era menor, e sim porque essa política era muito mais vantajosa em termos financeiros para o Governo, já que o imigrante europeu, ao contrário do sertanejo nortista, estava protegido por uma legislação, que atraía investimentos para o local de sua instalação.

Desse modo, o Governo estadual não intervinha na economia, buscando um equilíbrio maior das relações de produção vigentes, com o intuito de salvaguardar a população de possíveis crises de abastecimento. Para ele, portanto, era melhor utilizar as políticas referentes à instalação das colônias de imigrantes, visto que, assim, ele poderia canalizar investimentos do Governo federal para a Província do Ceará, e resolver o problema da falta de braços.

Assim, a vontade de implantar o serviço de imigração não ficou restrita ao Governo de Caio Prado. Em 1896, o presidente Acióli incumbiu o senhor Isaie Boris para trazer uma empresa de imigração ao Ceará, com o objetivo de repovoá-lo. Depois de Acióli admitir que, todas as medidas criadas até então para deter os deslocamentos dos sertanejos tinham sido em vão, ele passou a recorrer à imigração. Tendo como aparato institucional a lei

---

<sup>67</sup> APEC. Circular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 27 de outubro de 1888. Essas recomendações eram resultantes do malogro das primeiras experiências com colonos europeus que o Estado de São Paulo enfrentou no sistema de parceria. Sobre estas experiências, ver Costa (2010), especialmente capítulo 5.

estadual nº 331 e os recursos do Governo federal que, para ele, eram exíguos, Acióli explicava, assim, a Isaie Boris os caminhos que deveria seguir para estabelecer a imigração:

Como não haja meios de seduzir empresários, lhe asseguramos, desde logo, grandes lucros, assentamos de fazel-os maiores, firmando contracto exclusivo por dez anos. Isto lhe permitirá effectuar ajuste a preços menos reduzidos, com as companhias de navegação, ficando para eles, diferenças maiores entre a taxa ajustada com o governo e a que ditas companhias estabelecerem para os transportes, nos dez anos.<sup>68</sup>

Assim, Acióli demonstrava que sabia que esse empreendimento não seria tarefa fácil. Uma das dificuldades era a de fazer com que uma empresa de navegação da Itália chegasse à costa cearense. Pois, o Ceará não tinha nenhum negócio com esse país e, além disso, se encontrava muito distante do Sul, por onde circulavam as empresas italianas. Com a Inglaterra, país no qual mais comerciava, não teria dificuldade de encontrar empresas, porém lá não havia migrantes dispostos a virem para o Ceará. Fora essa dificuldade de trazer companhias de navegação de países que têm grande disponibilidade de migrantes, havia outra mais grave, que era a da seca. Qual o migrante viria ao território cearense, sabendo que a população desse território emigrava e sofria constantemente com a seca?

Mesmo assim, o presidente Acióli continuava com seus planos de implantar o sistema de imigração. Foram as serras de Ibiapaba e de Baturité escolhidas por ele, para formar os núcleos coloniais, visto que tinham “climas magníficos” para os trabalhadores estrangeiros. Era, pois, definindo as serras como lugares ideais para os imigrantes, devido ao clima ser semelhante ao da Europa e por estarem próximas aos centros de comércio, que o Governo do Ceará tentava superar as inúmeras barreiras administrativas para a instalação do serviço de imigração. Desse modo, ele não perdia as esperanças de ver os campos do Ceará repletos de imigrantes: é tanto que, ele já até indicava o tipo de imigração que desejava, levando em consideração o racismo tão em voga na época:

Quando tenho falado em emigração italiana, o faço por hypothese. Ella será o que V. S. indicar. O que me parece é que não convirá a asiática, por ser mais cara, e tratar-

---

<sup>68</sup> APEC. Ofício do Palácio da Presidência do Ceará, em 8 de outubro de 1896, *apud* Relatório da Secretaria do Interior do Ceará, do anno de 1897.

se de gente que não poderá ser assimilada pela do paiz, quando se deve prover ao futuro crescimento da nossa população enxertiação da raça.<sup>69</sup>

Embora estivesse otimista com a vinda de imigrantes, o plano de Acióli fracassou. Era extremamente difícil trazer as empresas de navegação, que faziam o traslado dos imigrantes para o Sul, virem para os portos do Ceará. Isso requeria um custo muito alto que o Estado do Ceará não estava disposto a pagar, e muito menos o Governo federal. Ademais, a seca do Ceará e seu cortejo de misérias impediam qualquer política de atração de imigrantes. Assim, os imigrantes europeus não vieram ao Ceará, só ficaram localizados inicialmente no Sul do país.

Portanto, essas foram as medidas criadas pelo Estado para diminuir ou compensar a emigração. Podemos dizer que seus efeitos não foram capazes de encerrar com os deslocamentos da população, e nem de trazer imigrantes para a Província do Ceará. No entanto, elas demonstram que havia uma maior articulação entre o Governo estadual e a sociedade em torno do controle da população, seja aproveitando-se para atrair investimentos, seja para não perder sua base política, que era representada pelos migrantes. Durante as secas, os grandes deslocamentos vão obrigar maior articulação, pois irá se firmar uma política do Governo federal de incentivo à emigração dos retirantes. Entretanto, esta maior articulação não se transformará em melhorias das condições de vida dos sertanejos.

### **3.3. Disputas entre a oligarquia paulista e a oligarquia cearense pela mão de obra dos retirantes**

Com a incidência das secas no Ceará e, por conseguinte, os auxílios do Governo central ou federal para combatê-las, tem início a prática da subvenção de passagens aos retirantes cearenses. Instrumentalizados pelos cafeicultores paulistas e premidos pelo contexto da abolição, o Governo central ou federal percebeu que, com ausência de trabalho no campo durante as secas, poderia transferir essa mão de obra ociosa para onde houvesse a necessidade urgente de braços, ou seja, para os cafezais. Só que o Governo e as elites econômicas do Ceará não deixariam passivamente o Governo central ou federal levar seus trabalhadores.

---

<sup>69</sup> APEC. Ofício do Palácio da Presidência do Ceará, em 8 de outubro de 1896, *apud* Relatório da Secretaria do Interior do Ceará, do ano de 1897. Sobre as opiniões negativas acerca da imigração asiática, ver SCHWARZ, 1993, p. 184.

Todavia, os Governos estaduais não tinham autonomia suficiente para adotar medidas que o Governo federal reprovava, e que era preciso respeitar o compromisso entre eles firmado – conhecido por *política dos Governadores*<sup>70</sup>. Portanto, o Governo do Ceará estava mergulhado num pântano, no qual precisava do Governo federal, mas também não podia aceitar que os socorros públicos fossem utilizados apenas no sentido de subsidiar a migração dos retirantes. No geral, a oligarquia paulista, mais forte economicamente, não queria perder a oportunidade de retirar os cearenses de seu solo natal, e a oligarquia do Ceará não estava disposta a aceitar isso, embora não tivesse força suficiente para enfrentar essa situação social. Essa rivalidade entre as oligarquias não era estranha ao cenário da República Velha, no qual “as oligarquias que dominavam nos vários estados lutavam entre si no plano federal, onde frequentemente se opunham à oligarquia paulista”(COSTA, 2010, p. 399).

A questão que motivou os desacordos entre essas oligarquias não era apenas de transferência de mão de obra. Era também relativa à estrutura social do Ceará. Se a subvenção das passagens continuasse a ser dada como socorro público, o futuro dessa estrutura seria sua desagregação. Os coronéis e os donos de terras perderiam seus trabalhadores, e os votos deles, que, com a República, eram essenciais para a manutenção do *coronelismo*<sup>71</sup>. Desse modo, era a economia e o capital político que estavam nessa disputa. Ao deixar escapar seus trabalhadores, os latifundiários ficariam enfraquecidos, sem o domínio dessa população miserável. Portanto, eles iriam se articular, com o objetivo de defenderem sua fonte de poder da cobiça dos cafeicultores.

O presidente do Ceará, Caio Prado, porém, foi o único dos oito presidentes que, entre 1888 e 1915, não impôs resistência aos desmandos do Governo central na distribuição de socorros públicos, e ainda incentivou a saída dos trabalhadores cearenses. Não se pode esquecer que, ele era de uma das famílias mais ricas do país, que plantava e negociava café. Demonstrando estar bem mais disposto em enviar os retirantes do que combater a seca, ele simplesmente obedecia a seus parentes que tinham instrumentalizado o Estado. Nada melhor para acalmar o alvoroço da abolição do que dezenas de navios repletos da mão de obra barata dos retirantes. Essa era, portanto, uma grande oportunidade, tanto para as fazendas ou regiões

---

<sup>70</sup> “O acordo foi consagrado em 1900, durante o reconhecimento de poderes da nova legislatura. Por ele, presumia-se a legitimidade dos deputados eleitos pelas políticas dominantes nos estados, conseguindo assim o apoio dessas políticas para a ação do governo federal” (CARVALHO, 1987, p. 32). Ver também: Faoro (2008, p. 640-647); Carone (1977, p. 192-202).

<sup>71</sup> “[...] a abolição do regime servil e, depois, com a República, a extensão do direito de sufrágio deram importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais. Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terra, devido à dependência dessa parcela do eleitorado, consequência direta da nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono” (LEAL, 1975, p. 253).

que possuíam imigrantes europeus, pois teriam uma oferta de mão de obra mais elástica e assim poderiam rebaixar os salários, quanto para aquelas do falido Vale do Paraíba, visto que, como não podiam trazer esses imigrantes, contariam com o trabalho “desvalorizado” das vítimas da seca. Só que o Governo central precisava convencer os “irredutíveis” retirantes de que o Sul era melhor destino para eles e suas famílias e, também, as elites do Ceará, no sentido de que a subvenção era a melhor forma de combate à seca.

Conforme o ministro do Império, Antonio Pereira Vianna, as vantagens que o Sul tinha em relação ao Norte eram “incalculáveis”, sobretudo no tocante às condições de trabalho. O problema não era convencer o presidente Caio Prado, pois este não só estava convencido disso, como até distribuía passagens indiscriminadamente. Porém, o desafio de Vianna era persuadir os retirantes e os latifundiários dessas vantagens. Os retirantes, porque eles preferiam o Norte, devido à maioria de seus parentes e amigos estarem lá, o que poderia ajudar a recompor rapidamente suas redes sociais. Já no tocante aos latifundiários, o convencimento teria que começar com o porquê da necessidade dos socorros serem dados em forma de passagens, e não simplesmente com argumentos que definiam o melhor destino para a população retirante. Nesse sentido, as dificuldades eram tantas, que Vianna não deixou de se defender das acusações movidas contra o Governo central:

Sempre opinei com V. Ex.<sup>a</sup> [o presidente Caio Prado] que seria preferível que os retirantes procurassem trabalho no sul a buscal-o no norte, e os factos se encarregaram de justificar essa opinião. Entretanto, recomendando que se respeitasse a livre escolha do porto de destino, não teve o Governo outro intuito senão fazer cessar o clamor injustamente levantado contra uma suposta opressão exercida sobre aqueles infelizes, a quem, segundo diziam, se pretendia tolher o direito de locomoção.<sup>72</sup>

Os latifundiários do Norte não acreditavam no respeito do Governo central com a livre escolha dos retirantes. E, assim, esses latifundiários vão se levantar contra a proteção estatal, que para eles nada mais era do que uma manobra dos cafeicultores para levarem sua mão de obra para as fazendas de café. Eles, portanto, utilizaram todas as formas para obstruir a saída de cearenses, sobretudo para o Sul. O Governo central, todavia, não se intimidou e partiu para a luta, usando suas forças para dar uma lição nos coronéis do Norte, e persuadindo a todos que o Sul era o destino ideal, pois até mesmo suas epidemias “respeitavam os cearenses”:

<sup>72</sup> APEC. Ofício nº 908 do Ministério dos Negócios do Império, em 2 de março de 1889.

É natural que a notícia desses factos [casos de febre amarela], agravada pela exageração dos que se encarregam de transmittil-a, vá repercutir nas populações retirantes do Ceará, concorrendo para desvial-as da intenção de emigrarem para o Sul. A verdade é, porém, e pode asseveral-o, que a febre amarela aqui e nos alojamentos da Barra do Pirahy até agora tem respeitado os cearenses, que parecem preservados não só desta como de outras febres não menos fataes.<sup>73</sup>

Como vimos, havia uma produção maciça de discursos contrários à emigração. Essa era uma das formas utilizadas pelas elites do Norte para barrar os fluxos migratórios. Da mesma forma que, havia a exploração da imagem insalubre da Amazônia, o Governo estadual e a sociedade iriam explorar o surto de febre amarela do Sul, com ou sem “exageração”. Assim, os ministros do Império e da Agricultura, em sua missão de transferir os retirantes, sentiam na pele a pressão social dos grupos ou classes sociais que percebiam a emigração cearense como uma ação prejudicial à manutenção de seus negócios.

Mas, em julho de 1889, com o passamento de Caio Prado, os cafeicultores paulistas perdiam um aliado da política de transferência de mão de obra no Ceará. Assim, quem o substituiu na presidência do Estado foi o senador Henrique D’Ávila, do Rio Grande do Sul. O Ceará, portanto, estava em plena seca e necessitava urgentemente da ajuda do Governo central para prestar socorro a sua população. No entanto, o Governo central só tinha se manifestado, através do pagamento de passagens de navio aos retirantes, para eles seguirem para o Sul do país, onde não havia seca, e sim uma economia pujante que necessitava de braços. Melhor oportunidade não havia para a classe dirigente da economia cafeeira, pois a maioria dos retirantes estava concentrada no litoral à espera dos socorros públicos e, desse modo, seria fácil transportá-los para o Sul. Além disso, as desconfianças sentidas pela população do Sul, no tocante à apropriação indevida das verbas públicas direcionadas ao combate à seca pelos políticos do Norte, seriam dissipadas em parte com a emigração subvencionada. O que o ministério da Agricultura e o ministério do Império não esperavam era a resistência do presidente Henrique D’Ávila em retirar a população da zona da seca. Sem ter ligações com o Ceará, pois era gaúcho de nascimento, tudo indica que sua atitude de fixar a população se encaixava perfeitamente na oposição que as oligarquias menores, mais fracas economicamente, faziam contra aos paulistas, como, por exemplo, a oligarquia gaúcha.

Henrique D’Ávila não foi o primeiro a ser contrário à emigração subsidiada pelo Governo central. Na seca de 1877-1879, vários grupos sociais também se levantaram contra essa ação. Agora, não se pode deixar de registrar a coragem que Henrique D’Ávila tivera para

---

<sup>73</sup> APEC. Ofício nº 1112 do Ministério dos Negócios do Império, em 10 de março de 1889.

desobedecer às ordens do Governo central. Seus argumentos contra as medidas tomadas para dar auxílio aos retirantes servirão para construir um discurso cada vez mais potente no sentido de fixar a população sertaneja do Ceará. Dentre esses seus argumentos para barrar mais uma ação de instrumentalização do Estado pela oligarquia paulista, encontramos o da diferença de custos entre a emigração subsidiada e os socorros destinados a manter as populações em seus locais de origem:

Não era possível manter esse serviço nessas condições de tão elevados sacrifícios do Thesouro Nacional, porque, dentro de pouco tempo, toda a receita do Imperio não bastaria para satisfazer as exigencias da secca do Ceará.<sup>74</sup>

Mas o Governo central ignorou a contabilidade do presidente do Ceará. O Governo central não se preocupava com os vultosos gastos que fazia para manter a emigração, pois estas despesas seriam partilhadas com as Províncias e os lucros, advindos dessa mão de obra, divididos apenas com os cafeicultores do Sul. E, assim, o Governo central continuava com a emigração subsidiada: “Governo julga conveniente de preferência outras medidas concessão de passagens dos retirantes”<sup>75</sup>.

Por que o Governo central estava interessado em manter a emigração dos retirantes, se, conforme Henrique D’Ávila, ela onerava os cofres públicos? Ora, estamos no final do ano de 1888, seis meses após a abolição, e período este que a imigração europeia não era constante, portanto, a disponibilidade de mão de obra dos retirantes para os cafeicultores demonstrava-se como uma possibilidade real de organizar suas relações de produção. Ao perceber mais uma manobra dos paulistas na utilização do Estado para se beneficiarem, Henrique D’Ávila aproveitou sua posição de presidente da Província para atrapalhar os planos dos paulistas.

O Governo central, então, não tinha na presidência do Ceará um homem obediente a seus desígnios. Em apenas três meses na presidência, Henrique barrou a emigração dos retirantes. Para ele, nem a emigração e nem o trabalho nas obras públicas ajudariam realmente a população faminta. Ele defendia que somente a distribuição de alimentos aos famintos em seu próprio município poderia, rapidamente, dar condições reais para eles retomarem o trabalho agrícola assim que iniciasse o inverno. E, desse modo, agira:

---

<sup>74</sup> Mensagem do presidente Henrique D’Ávila, em 9 de setembro de 1889, p. 4-5.

<sup>75</sup> APEC. Telegrama do Ministério da Agricultura, em 14 de novembro de 1888.

Levei o socorro publico a todas as comarcas da Provincia, creando um commissariado geral em cada uma delas, e dividindo-as em tantos commissarados locais quantos fossem as circunscrições de raio de circunferência de 4 a 5 legoas que existirem em cada uma delas. Em todos esses pontos colloquei armazéns de gêneros alimentícios ficando o central a cargo do commissario geral, e os locais dirigidos pelos commissarios locais.<sup>76</sup>

Essa medida tomada por Henrique tinha o objetivo de manter os trabalhadores em suas comarcas, evitando, assim, a continuidade dos deslocamentos do interior para o litoral, como queriam os paulistas ou o Governo central. Com o objetivo de “evitar a completa deslocação da população”, Henrique D’Ávila também foi contrário à construção de obras públicas, que ele chamou de inúteis, visto que se tornava facilmente “uma escola de vícios imagináveis”, já que aglomerava milhares de retirantes, como, por exemplo, na construção do açude Quixadá, que chegou a concentrar 90 mil retirantes na seca de 1888-1889. Desse modo, ele preferia levar os socorros públicos aos lares dos famintos do que empregá-los numa obra pública, cujo número de operários que suportaria era bem inferior ao número empregado pela necessidade do momento, criando trabalho imaginário e escolas de vícios<sup>77</sup>. Com esse pensamento, Henrique D’Ávila interviu no mercado de alimentos, e evitara que os retirantes fossem forçados a trabalhar para o Governo.

Entretanto, as autoridades estaduais, defensoras do liberalismo, não queriam que os socorros públicos fossem transformados no que eles chamavam de esmolas. Por isso, desejavam que esse auxílio fosse dado como pagamento ao trabalho de retirantes em obras públicas que pudessem servir para o desenvolvimento do Estado. Mesmo que essa medida possibilitasse uma maior fixação da população no território cearense, o presidente Henrique pensava que a construção de obras em poucos locais continuaria a concentrar a população em regiões que não podiam atendê-la. No seu entendimento, o melhor caminho era levar, através das comissões de socorros públicos ou dos comissários, o socorro até a casa do sertanejo, sem exigir dele trabalho nenhum, o que de certa forma manteria as redes de interdependência locais.

Henrique D’Ávila, assim, contrariava as orientações do Governo central. Com efeito, ele não suportou a pressão social dos cafeicultores que já dirigiam os negócios do Estado no final do Império. Lutar contra os cafeicultores não era tarefa fácil, era, pois, ter

<sup>76</sup> Relatório do Presidente do Ceará Henrique D’Ávila, em 9 de setembro de 1889, p. 4.

<sup>77</sup> Rodolfo Teófilo também era contrário à construção de grandes açudes, porque, como na seca essas construções produziam grandes aglomerações, facilmente se transformariam num local de propagação de doenças e de corrupção da moral dos retirantes (TEÓFILO, 1883, p. 494).

contra si inimigos poderosos. E, assim, terminou os seus três meses de Governo, nos quais ele tentou fixar a população sertaneja, resistindo bravamente à pressão do ministério da Agricultura, que já tinha dirigido cinco anos antes:

Resta-me desejar a V. Exc. mais felicidades do que me coube por sorte, nas relações com o Governo Central, que, ainda escravizado ao centralizador systema que tem tornado rachitico este grande império, continua a considerar as Presidencias da Provincias meros accrescimos de suas secretarias.<sup>78</sup>

Dois meses após as denúncias do presidente Henrique, o sistema centralizador do Império caía devido a uma aliança política vencedora entre os cafeicultores e os militares. Mas, se a sociedade esperava um sistema menos centralizador com a instauração da República, foi ludibriada, pois a centralização continuara forte, embora desse mais oportunidade políticas a diversos grupos econômicos com adoção do modelo federativo. Vemos que um dos grupos que alcança uma importante posição social no Estado é o dos latifundiários do Norte, principalmente os criadores de gado e plantadores de algodão. E isto foi decisivo para um maior controle da emigração cearense. Esse maior controle, todavia, não quer dizer que houve melhorias de vida para os sertanejos pobres com o advento da República. Pelo contrário, já que a Constituição de 1891, profundamente liberal, não dispunha do dispositivo anterior que obrigava o Estado promover os socorros públicos, deixando as Províncias cada vez mais nas mãos do Governo federal, visto que lhes obrigava a convencê-lo que a intempérie era uma calamidade pública, para que, assim, pudessem dispor do artigo 5º que previa auxílio em caso de calamidade<sup>79</sup>.

Em 1900, mais uma seca assola o Ceará, e, por isso, mais uma vez os fluxos migratórios ganham impulso. O Ceará terá que recorrer ao Governo federal para debelar a crise. Assim, também assistimos, em 1900, a uma série de desacordos entre o Governo federal e o Governo do Ceará em torno do destino dos sertanejos. Por um lado, o Governo federal, tendo como presidente um dos maiores cafeicultores do país, Manoel Ferraz de Campos Sales, que queria reverter toda a proteção social dada ao Estado do Ceará em passagens de navio aos retirantes. Por outro, o Estado do Ceará, juntamente com seus representantes no Congresso e

<sup>78</sup> Relatório do Presidente do Ceará Henrique D'Ávila, em 9 de setembro de 1889, p. 8.

<sup>79</sup> "Art. 5º - Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, às necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, o solicitar". (CARONE, 1976, p. 94). Sobre a retirada do dispositivo anterior que obrigava o Estado a promover os socorros públicos, ver a nota 3.

alguns grupos da sociedade civil, desejavam a todo custo, embora “quase sem condições”, manter os retirantes no seu território.

A diferença entre a seca de 1900 e a de 1888 foi que o Estado do Ceará, segundo o Governo de Acióli e o de Pedro Augusto Borges, não tendo condições de ajudar os retirantes, admitia, portanto, que a emigração era necessária, no sentido de “desafogar” essas áreas. O presidente Acióli descreveu assim a situação de calamidade pública: “A secca acentua-se de modo irrecusável. Chegam incessantes caravanas de retirantes a esta capital e mais pontos servidos pela Estrada de Ferro de Baturité. É absoluta a necessidade de facilitar transportes para a franca emigração”<sup>80</sup>. Sem dúvida, esta ação foi o sinal que os Estados que necessitavam de mão de obra queriam para enviar as companhias de navegação aos portos do Ceará para organizarem a viagem dos retirantes.

No entanto, foi através de uma carta oficial destinada ao presidente da República, em 26 de julho de 1900, que o governador do Ceará, Pedro Borges, apresentou um plano de combate à seca no qual a emigração entraria como medida provisória e a construção de obras públicas no Ceará como medida definitiva. O que importava – segundo Borges – eram as medidas definitivas, que basicamente significavam a construção de açudes e o prolongamento das estradas de ferro. Nesse sentido, o deputado federal Francisco Sá apresentou, na sessão da Câmara de 12 de setembro desse ano, um projeto que previa 10 mil contos de réis para socorrer os retirantes do Norte por meio de obras de utilidade pública. Enquanto o projeto de Francisco Sá fosse votado no parlamento, Borges aceitaria a execução da medida provisória. O problema foi que esse projeto que, ajudaria conter mais a população sertaneja, não tramitava:

Entravado com emendas a sua passagem na Camara, onde foi iniciado, não teve esse projecto [de Francisco Sá] o curso rápido que a situação, já desesperadora, das classes desfavorecidas estava a reclamar com imprescindível urgência.<sup>81</sup>

Desesperado com essa situação, e vendo seus patrícios partirem para outras regiões, o Governador Pedro Borges envia três telegramas em 20 de setembro: um destinado à presidência da República; um destinado à presidência da Câmara e outro à presidência do Senado. Em todos eles, Borges pedira ajuda no sentido de construir obras públicas e, assim, empregar milhares de braços que estavam desocupados por causa da esterilidade da terra.

---

<sup>80</sup> Mensagem do presidente do Ceará, Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1 de julho de 1900, p. 18-19.

<sup>81</sup> Mensagem do Governador do Ceará, Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 34.

Lembrou que o Governo federal só tinha se manifestado até o presente momento em favor da emigração, como demonstrou seu primeiro ato de 14 de agosto, ajudando, portanto, a despovoar o Ceará. E lembrou também que o Estado do Ceará não tinha condições de enfrentar sozinho essa grande seca, e que, portanto, era necessário que a União se fizesse presente, através do artigo 5º da Constituição federal.

Todavia, com a aprovação do projeto de Francisco Sá, na sessão de 3 de outubro da Câmara, sem as emendas que o modificaria, a representação cearense ficou mais confiante na vitória dessa luta travada com a oligarquia paulista. Assim, finalmente, o Estado do Ceará poderia contar com dinheiro suficiente para construir vários açudes e estradas com a mão de obra dos retirantes. Porém, ao chegar ao Senado, em 9 de outubro, o projeto foi modificado. Obedecendo à presidência da República, a comissão de finanças do Senado ignorou “a parte essencial” do plano de Francisco Sá:

Obtidos os esclarecimentos prestados pelo governo, e conhecida sua opinião sobre o magno assumpto, a comissão de finanças do Senado apresentou o seu parecer, consoante os motivos expostos na informação do governo, e segundo o qual o socorro a prestar devia cingir-se a emigração dos cearenses! De sorte que a comissão alterou o projecto vindo da Camara, eliminando a sua parte essencial, no tocante a salutar providencia da execução de serviços ou obras de utilidade geral.<sup>82</sup>

Assim sendo, os interesses dos latifundiários pecuaristas estavam derrotados no Senado. Mas, da mesma forma que fez Henrique D’Ávila, o presidente Borges, os representantes do Ceará e o Centro Cearense do Rio não cruzaram os braços e assistiram passivamente a ida de milhares de trabalhadores para o Sul do país. “Assim, quando no governo Campos Sales (1898-1902) se aprovou um plano, com financiamento governamental, de traslado da população para o sul, organizou-se uma campanha em grande escala para obstruir a execução do mesmo” (FURTADO, 2009, p. 191).

Embora os cafeicultores já tivessem consolidado a vinda de imigrantes para suas fazendas, eles continuavam a instrumentalizar o Estado com o objetivo de deslocar os retirantes do litoral cearense para a colheita de café. Só que, em 1900, a resistência dos grupos atingidos diretamente por essa ação do Governo federal se fez mais forte. A tensão entre os cafeicultores e os latifundiários pecuaristas em torno da mão de obra dos retirantes era tão visível, que o Governo do Ceará preferia perder mão de obra para os Estados do Norte do que

---

<sup>82</sup> Mensagem do Governador do Ceará, Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 36.

para o Sul, alegando que o Ceará tinha “maior afinidade de interesses” com os Estados amazônicos e que o cearense se “adaptava” mais ao clima amazônico (ver a mensagem do Governador Pedro Augusto Borges de 1901).

No entanto, em 10 de outubro, o presidente da República Campos Sales reforçava assim sua disposição:

[...] que seria de vantagem encaminhar a população da zona rural onde a seca se manifestou para regiões de outros Estados que oferecessem condições para permitir utilizar a aptidão dos migrantes em trabalhos produtivos. Para este fim conviria que o Congresso Nacional habilitasse o governo com os recursos necessários.<sup>83</sup>

Percebendo que Campos Sales não cedia em direcionar as verbas que foram votadas para a construção de obras públicas no Ceará, Borges lhe enviou um telegrama em 17 de outubro. No telegrama, Borges demonstrara total consonância com os discursos do ex-presidente do Ceará – Henrique D’Ávila. Desse modo, há, nessa comunicação, a afirmação de que a emigração exige mais verbas dos cofres públicos do que simplesmente construir obras nos territórios atingidos pela seca. Ressaltou, ainda, que, desde 26 de julho, seu pedido foi no sentido da execução das medidas definitivas e não da medida provisória.

Em resposta, Campos Sales, extremamente ofendido com a pressão social que sofria, dizia:

Resta chamar vossa atenção para a atitude de alguns reclamantes altamente inconveniente no momento em que deve ser guardada a necessária serenidade para que possam agir de harmonia os poderes federaes e estadoaes, que terão de combinar sua acção, afim de tornal-a benéfica, pois estou bem convencido de que em nosso conceito não é só a União que cabe responder por esta angustiosa situação, que me aflige o espirito profundamente em véspera de uma viagem a que me obrigaram superiores interesses nacionais.<sup>84</sup>

A réplica de Borges não demorou e, noutro dia, respondeu ao presidente dessa forma:

<sup>83</sup> Da mensagem de 10 de outubro de 1900 de Manoel Ferraz de Campos Sales *apud* FROTA, 1985, p. 179.

<sup>84</sup> Telegrama da Presidência da República, em 18 de outubro de 1900, *apud* Mensagem do Governador Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 38.

O Ceará sabe compartilhar das glórias e revezes do Brasil; nunca exigirá além dos recursos d'este, mas sentiria o abandono em que traduziu a prestação de socorros restringida à emigração.<sup>85</sup>

Ora, o governo de Campo Sales não estava preocupado com a seca do Norte. Nas palavras de Alcindo Guanabara: “O restabelecimento do crédito era seu objeto principal” (GUANABARA, 2002, p. 48). O país – depois das guerras civis de 1893-1895, enfrentadas pelos governos de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes – estava com sua economia arruinada, e, por conseguinte, sem crédito no mercado mundial. Coube a Campos Sales a tarefa de resolver a economia e restabelecer a confiança internacional. E, desse modo:

A necessidade de satisfazer os compromissos externos – Funding Loan – e a estabilização financeira interna, fazem com que o governo relegue a segundo plano os partidos políticos e os interesses regionais (CARONE, 1977, p. 190).

Então, realmente a miséria que acometia o Estado do Ceará não sensibilizava Campos Sales, que estava preocupado com a macroeconomia ou com os negócios do café: é tanto que queria dar mais responsabilidade ao Governo estadual no combate à seca e pagar as passagens dos retirantes para o porto de Santos, de onde sairiam para os cafezais.

Enquanto essa luta entre a oligarquia paulista e a oligarquia cearense ainda estava indefinida, quem sofria com a demora na execução do plano federal de combate à seca era a população sertaneja. Sem nenhum tipo de recurso, os sertanejos apelavam novamente para as raízes venenosas. Agora, nesta seca, eles tiveram o surgimento de inúmeros pombais, que saciaram a fome deles. Era como se recebessem a providência divina por meio dessas avoantes, que vinham do céu<sup>86</sup>. Tinham que contar, portanto, com a natureza, pois os Estados da federação não entravam num acordo em relação à ocupação das vítimas da seca.

Desse modo, era melhor garantir sua subsistência com o que a natureza lhes oferecia, do que esperar pela resolução do Governo federal. Após as correspondências trocadas com o presidente Campos Sales, Borges defendeu que a emigração só beneficiava as empresas de navegação e os Estados que recebiam os braços desocupados; que esses braços constituem capital ao Estado assolado pela seca e, portanto, a migração deles o prejudica; e

<sup>85</sup> Telegrama do Governo do Ceará, em 19 de outubro de 1900, *apud* Mensagem do Governador Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 38.

<sup>86</sup> Ver: Teófilo (1922 *apud* GIRÃO, 2000, p. 426).

que as sociedades de destino muitas vezes não estão preparadas para receber os retirantes, o que faz com que eles enfrentem uma situação social pior do que aquela na qual se encontravam na sociedade de origem. Diz Borges que o que a União faz com a emigração subsidiada nada mais é do que um mandato de despejo, que anula o direito de locomoção, a liberdade do indivíduo; é, portanto, forçar um indivíduo que está premido pela miséria a ser obrigado a aceitar o embarque como única proteção do Governo federal.

Nesse sentido, a pressão social contra o Governo federal era forte: não se admitia mais que ele se utilizasse do recurso da emigração subsidiada. Só que nesta luta Borges não estava sozinho, ele contava com os grupos liderados por Francisco Sá e Waldemiro Cavalcanti na Câmara e, no Senado, era apoiado por José Bizerril Fontenelle e Joaquim Catunda; ou seja, tinha o apoio da representação cearense no Congresso Nacional (SOBRINHO, 1953, p. 194). Na sociedade civil, o “Club de Engenharia do Rio”, empolgado com o número de empregos que poderia surgir com essa intervenção federal no Estado do Ceará, através da aprovação das medidas definitivas, ou da construção de obras públicas contra as secas com o trabalho dos retirantes, fez questão de ajudar o Estado do Ceará no coro para conseguir esse tipo de intervenção federal. O Centro Cearense do Rio, que era formado por cearenses que residiam na capital da República, também pressionava o Governo para que a verba fosse destinada à construção de obras públicas. Assim sendo, o Governo do Ceará conseguiu que o projeto da Câmara passasse integralmente pelo Senado.

Mas isto não quer dizer que a oligarquia paulista desistiu de subsidiar as passagens para os sertanejos. Ao mesmo tempo em que o Governo federal aumentava as verbas para o andamento da construção do açude Quixadá, ele dava ordens aos engenheiros fiscais das estradas de ferro de Baturité e de Sobral, seus representantes no Ceará, para transportar mais cearenses nos vapores do Lloyd Brasileiro. Mesmo com toda essa falta de compromisso e de respeito com o Estado do Ceará, Borges viu que esse era um novo momento, de arrefecimento da luta, e, portanto, lhe era positivo:

A emigração não foi eliminada, é certo, do plano do governo na prestação de socorros, mas não esteve sob a ação aguda dos pontos do dilema com que finalizei o meu primeiro telegrama ao Sr. Presidente da República, ou obrigada à impetuosidade de uma corrente, cujo curso impossível fôra deter.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Mensagem do Governador Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p 38-39.

À medida que a seca se prolongava, a representação cearense foi conseguindo direcionar as verbas da União para construção de obras públicas no território cearense. Assim, foram iniciadas a construção do açude público Riachão do Panta, no município de Baturité; a do Papara, no de Maranguape; a do Acarahú-Mirim, no de Santana; e a do Jordão, no de Sobral. Além disso, como dissemos, foi retomada a construção do açude Quixadá. No entanto, segundo os cálculos do presidente Borges, das 311. 674 pessoas (ou um terço da população) que precisavam ser socorridas, somente 24.112 pessoas foram protegidas através do trabalho dessas obras. E, assim, ele disparou:

[...] os socorros do governo federal só atingiram aos sete e três décimos por cento (7,3%) da população necessitada, ficando noventa e dois e sete décimos por cento (92, 7%) à mercê das eventualidades da sorte ou à espera da clemencia divina.<sup>88</sup>

Essa luta entre as oligarquias pela mão de obra dos retirantes se repetiu por todas as grandes secas do final do século XIX e começo do século XX. Quando as oligarquias entravam num acordo, a população pobre já tinha passado por todas as privações possíveis. Essa estimativa do Governo do Ceará demonstra os efeitos do combate e, por conseguinte, o descaso do Governo federal, instrumentalizado pelos paulistas, para com o Norte. Aliás, de um modo geral, o governo do cafeicultor Campos Sales – preocupado com a estabilização financeira do país e, com os negócios do café – foi de descaso com as classes trabalhadoras e a baixa classe média. No seu Governo, portanto, “a situação das classes trabalhadoras e da baixa classe média, que sofrem com a alta excessiva dos aluguéis, com o desemprego, é desesperada” (CARONE, 1977, p. 210-211).

Foi nos momentos de seca que o grupo dos latifundiários pecuaristas poderia travar uma luta direta com os cafeicultores paulistas, porque ele tinha a lei a seu favor. Foi, desse modo, que, na “batalha” de 1900, os latifundiários pecuaristas derrubaram a emenda que permitia o Governo federal só usar os recursos para subsidiar a emigração. Deve-se dizer que os latifundiários venceram essa batalha, mesmo tendo uma emigração de 40 mil cearenses na seca de 1900 (GIRÃO, 2000), pois, através de muita luta, conseguiram direcionar dois terços das verbas contra as secas para a construção de obras públicas (FROTA, 1985). Outro ponto dessa vitória foi que, desses 40 mil que emigraram, somente uma ínfima parte foi para o Sul. Agora, não se pode esquecer que o Estado de São Paulo encontrava-se noutra conjuntura,

---

<sup>88</sup> Mensagem do Governador Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 44.

sobretudo no tocante ao grande fluxo de imigrantes europeus que adentrou seu território de 1890 a 1900, fazendo com que os cafeicultores não se desgastassem tanto perante outros grupos econômicos que gerenciavam grandes porções do território nacional, como a dos latifundiários pecuaristas.

#### 4. MECANISMOS OFICIAIS DE CONTROLE SOCIAL DOS MIGRANTES DURANTE A SECA DE 1915

“Em 1915, esta Inspetoria por officio nº 108 de 28 de maio, propoz a esse Ministério a continuação das obras do açude Salão como uma das medidas destinadas attenuar os efeitos da secca então declarada e impedir o êxodo das populações flageladas, conservando-as, tanto quanto possível, dentro do próprio Estado Natal, ao abrigo, ao menos, da miséria decorrente da deficiência d’água indispensável a cultura e a criação” (AYRES, 1917, p. 39).

##### 4.1. A organização da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e seus efeitos

Nesta luta travada entre os cafeicultores paulistas e os latifundiários pecuaristas, houve uma significativa mudança com a organização da Inspetoria em 1909. Agora, esta luta se tornaria mais complexa, pois os latifundiários pecuaristas conseguiram montar este órgão, cujo objetivo era idêntico ao seu, ou seja – controlar os deslocamentos da população sertaneja. É interessante notar que, a organização deste órgão se deu no governo de Nilo Peçanha (1909-1911), pois sabe-se que seu Governo foi de oposição aos cafeicultores paulistas<sup>89</sup>. Foi o seu ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá, o mentor da IOCS (FROTA, 1985, p. 183). Segundo o jornal *Unitário*, de 13 de julho de 1909, a entrada de Francisco Sá na “pasta dos milhões” foi devido a Pedro Augusto Borges, “amigo de vadiações” de Nilo Peçanha. Independente da veracidade desta informação, logo que tomou posse desse ministério, Francisco Sá organizara a Inspetoria das Secas, com o objetivo de controlar a população do Ceará; ou seja, realizando o feito que tanto desejava seu sogro, o presidente do Ceará, Antonio Pinto Nogueira Acióli.

Percebemos a atuação de Francisco Sá nos destinos do Ceará, desde 1896. Nesse ano, o agenciador Isaie Boris foi a Europa, com uma carta de Francisco Sá na qual ele dava opiniões acerca dos arranjos necessários para contratar uma empresa de navegação que trouxesse imigrantes ao Ceará. Em 1900, o projeto para combater a seca, como vimos, foi elaborado por ele e acabou sendo aprovado. Além disso, conseguiu crédito para distribuir sementes aos lavradores: “O representante cearense na Câmara Federal, Francisco Sá, instituiu a abertura de um crédito de 100 contos de réis destinados a aquisição de sementes, que seriam distribuídas entre os lavradores” (FROTA, 1985, p. 178). Portanto, com sua

---

<sup>89</sup> Ver Carone (1977, p. 259)

entrada no Governo de Nilo Peçanha, ele teria a oportunidade de concretizar seus planos, que se dirigiam ao controle social dos trabalhadores no Ceará.

E, desse modo, a organização da IOCS criava esperanças para a sociedade cearense. Em vez de contar com o trabalho apenas de comissões de socorros, que, ao primeiro sinal de chuva, eram desestruturadas, ou seja, abandonavam o Ceará, agora, com a Inspetoria, os cearenses teriam um órgão para combater a seca constantemente. O que se esperava era que não mais houvesse o já tradicional abandono que o Governo federal infligia ao Ceará com a suposta chegada do inverno, como havia ocorrido na seca de 1900, conforme nos informa Tomas Pompeu Sobrinho (1953, p. 195):

O Engenheiro Piquet Carneiro, com seus ajudantes, deu início às obras dos açudes 'Riachão do Panta', no município de Baturité, e 'Papara', no de Maranguape. Êstes trabalhos empregaram 23. 052 operários, mitigando a fome de, pelo menos, 80.000 pessoas. [...] Apenas se manifestaram os pródornos da estação pluvial do ano seguinte, logo as obras tiveram de ser em grande parte suspensas ou reduzidas as suas atividades. Esta paralisação de obras inacabadas era a consequência de ordens superiores, ditadas sob o pretexto de economia.

Isto nada mais era do que o pensamento que se tinha sobre a economia do Ceará, segundo o qual só precisava ter um bom inverno para que tudo ocorresse bem. Pensamento este que o Estado do Ceará foi um de seus maiores divulgadores, e que, nestes momentos de abandono do Governo federal, ele provava de seu próprio veneno. Porém, agora se tinha a IOCS, e todos esperavam que realmente essa situação mudasse para uma intervenção federal mais atenciosa aos clamores do povo cearense.

Na verdade, os planos da IOCS eram ambiciosos. Não precisava conhecer a realidade do Ceará, para saber que, se esses planos fossem realmente efetivados, a emigração cearense, sem dúvida, iria diminuir consideravelmente. Para agir, ela não esperaria a incidência de uma seca; para combater a seca, ela não enviaria os retirantes nem para o Sul nem para Amazônia; para integrar o Estado do Ceará definitivamente na economia nacional, ela construiria uma rede de estradas de rodagem, estradas de ferro, portos, hortos florestais, açudes etc. Desse modo, pensavam que, finalmente, o combate à seca seria levado a sério pelas oligarquias do país.

Diferentemente das comissões de socorros públicos, que só agiam durante as secas e onde tradicionalmente havia incidência de grandes estiagens, a atuação da IOCS teria,

além do combate constante a esta intempérie, uma maior abrangência. O órgão abrangeria oito estados da federação: o Norte de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Paraíba<sup>90</sup>. Tirante o Norte de Minas Gerais, que possuía condições naturais semelhantes à desses outros Estados, o Sul não estava contemplado pela Inspetoria das Secas. E desses Estados, os que mais sofriam tradicionalmente com as grandes estiagens e com as constantes emigrações de suas populações eram o Ceará, Rio Grande do Norte e a Paraíba.

Com essa abrangência e com esse plano de maior complexidade de ação, a IOCS contou com o auxílio de vários cientistas e mecânicos europeus e estadunidenses. Eles conheceram a região das secas e deixaram importantes estudos sobre a flora, fauna, geologia e geografia da região, tais como: *Estudo botânico do Nordeste* (3 volumes), de Phillip Von Luetzelburg; *Geographia, geologia, suprimento de água, transportes e açudagem nos estados orientais do norte do Brasil: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba*, de Roderic Crandall; *Notas Botânicas (Ceará)*, de Alberto Loefgren; e *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Ceará e parte do Piauí*, de Horatio L. Small. Assim, havia, primeiramente, uma preocupação com a elaboração de conhecimentos científicos, para só depois dar início a ação construtora, evitando, portanto, a construção de obras que, sem estudo prévio, não tivessem a durabilidade desejada, como as que eram construídas pela comissão de socorros.

Essa mudança no combate à seca refletia também o momento em que o país estava vivendo no primeiro decênio do século XX, que foi marcadamente um período de prosperidade econômica, com condições suficientes para executar esse plano de custos elevados. Nesse ano, o país vivia o *boom* da borracha, no qual sua exportação atingiu 40 mil toneladas<sup>91</sup>. Além disso, havia outro *boom*, só que agora era o de capitais estrangeiros, que eram destinados, sobretudo, à instalação de uma infraestrutura de comunicação e transporte. É, nesse momento, que há um vultoso crescimento do aparelho do Estado, cristalizando, assim, o Estado-Nação moderno no Brasil, tendo como uma das características principais a maior ingerência dele no controle da economia (SEVCENKO, 1999). Nesse sentido, a IOCS se inseria na ação integradora e construtora do Estado e, portanto, nos planos do Governo federal de desenvolver e integrar essa região à economia nacional.

---

<sup>90</sup> Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1913. IOCS, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, p. VIII.

<sup>91</sup> Ver: Weinstein (1993, p. 192).

Mas, para isto acontecer, era preciso fixar sua população. E, assim, qual era o plano da IOCS para fixá-la? O plano, basicamente, era de desenvolver a economia da região, dotando-a de açudes para armazenar água e desenvolver a piscicultura, de estradas para interligá-la a outras regiões, de portos para uma maior capacidade de escoamento, e de hortos florestais para desenvolver o cultivo de plantas comerciais. Era, portanto, dinamizando a economia do Ceará, que pensavam que iriam controlar a emigração cearense, que ainda continuava forte no primeiro decênio do século XX.

Todavia, os planos da Inspetoria ficaram mais no papel. Isto se deu por causa de três fatores. O primeiro foi porque as oligarquias do Sul não deixaram o órgão se movimentar como estava previsto. O segundo se deve à concepção de seca adotada pelo órgão. E o terceiro foi a instrumentalização desse órgão pelas oligarquias do Norte, que, com ele, sob seu domínio, desenvolveu ininterruptamente a indústria das secas. Dessa forma, a Inspetoria, que demonstrava ser uma solução definitiva para o problema da emigração e da seca, tornou-se um instrumento das oligarquias agrárias para o desenvolvimento da configuração social, que favorecia a formação dos fluxos migratórios.

Era sabido, pois, que a luta entre as oligarquias em torno da mão de obra dos retirantes e dos gastos públicos não iria acabar, com a organização da Inspetoria. Seu orçamento, como de todos os órgãos do Governo, era votado todo ano, e esse órgão que, estava direcionado mais à região Norte, não ficaria livre da pressão das oligarquias do Sul. Por isso, nem tudo era como estava planejado, ou seja, a luta contra as oligarquias cafeeiras não era parte integrante somente do passado, ela era agora mais complexa, se desenrolava todo ano no Congresso Nacional, para garantir um orçamento que desse para impulsionar a ação construtora do órgão.

Nos primeiros dois anos de intervenção da Inspetoria (1909 e 1910), sua verba orçamentária não passou de 1 milhão de réis. Em 1911, a verba foi elevada a 3 milhões e 330 mil réis. Em 1912, a verba também foi elevada, agora, para 7 milhões de réis. Mas, em 1914, a verba foi rebaixada para 4 milhões e 300 mil réis, devido, segundo o Governo federal, à derrocada da borracha amazônica. Em 1915, o orçamento da IOCS foi rebaixado ainda mais, pois a sua proposta de 9 milhões e 500 mil réis, para o exercício desse ano, foi barrada, e fixada em apenas 1 milhão e 668 mil réis. Desse modo, Ferreira diz que:

Um dos sérios problemas enfrentados pela Inspetoria nessa primeira fase foi com relação às doações orçamentárias anuais, que primaram pela inconstância, causando sérios prejuízos aos estudos e trabalhos encetados. Seus orçamentos, quando votados no Congresso, eram reduzidos drasticamente (FERREIRA, 1993, p. 90).

Assim, todo ano os parlamentares do Norte tinham que lutar para garantir uma verba que desse para manter o pessoal que estava em serviço e, por conseguinte, as obras contra as secas. Entretanto, com o corte de 2 milhões e 700 mil, em 1914, houve cortes no pessoal e paralisação de muitas obras. No grupo dos cientistas estrangeiros, 4 geólogos, 1 chefe botânico e 1 auxiliar do mesmo, foram dispensados. No grupo dos mecânicos estrangeiros, 10 mecânicos, que foram contratados para o serviço de perfuração de poços, tiveram que ser dispensados. No grupo do pessoal titulado, técnico e administrativo, a dispensa deles proporcionou uma economia de mais de 246 mil réis. Já a dispensa do pessoal não titulado rendeu uma economia de 436 mil réis; e a redução dos vencimentos do pessoal não titulado que foi conservado rendera 24 mil réis. E só o corte do pessoal operário de turmas extintas livrara 200 mil réis do seu orçamento<sup>92</sup>.

Antes da IOCS, os parlamentares do Norte e suas classes sociais tinham que lutar para que os socorros públicos não fossem transformados somente em passagens de navio; e se fossem, que não se transformassem em medidas definitivas de combate à seca, e sim apenas em medidas provisórias. Agora, com a IOCS, isto mudou: havia uma política de fixação, ela era um órgão e não uma comissão; mas, em compensação, os parlamentares do Norte tinham que garantir seus orçamentos no Congresso Nacional, que dependendo de sua figuração social, poderia anular por completo o andamento do órgão, deixando-o em total inércia.

Da mesma forma que, as Províncias do Norte já tinham demonstrado sua força social na organização do órgão contra as secas, agora elas teriam que direcionar essa força para assegurar a manutenção deste órgão. Mas o que vemos é uma grande dificuldade dos parlamentares e das classes econômicas dessa região em garantir um orçamento que pudesse manter as obras contra as secas num cenário político dominado pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

Embora formassem uma importante classe econômica do país na época, os latifundiários pecuaristas do Norte tinham que aproveitar determinadas conjunturas, principalmente aquelas em que o Governo federal estava mais ligado às oligarquias do Norte,

---

<sup>92</sup> Para maiores detalhes sobre este corte no orçamento da Inspetoria, ver Relatórios dos trabalhos executados no ano de 1913. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1914, p. XIX.

para executar as obras contra as secas. Como exemplo disso, temos o Governo do paraibano Epitácio Pessoa, que exerceu o cargo de presidente da república de 1919 a 1922. Logo no início de sua administração, reforçou a IOCS, tornando-a de âmbito federal, definindo-a, então, como Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Conseqüentemente, o presidente Epitácio Pessoa deu grande impulso às obras que estavam em andamento, fechando contrato com empreiteiras nacionais e estrangeiras, e construindo, assim, 205 açudes, 220 poços e 500 quilômetros de estradas de ferro. Portanto, com a montagem da IOCS, a luta entre as oligarquias tornou-se mais complexa, tendo como uma das diferenças básicas a ajuda de outros Estados, principalmente daqueles que recebiam a intervenção do órgão, à oligarquia do Ceará, na guerra para reverter as verbas públicas de combate à seca em obras nos Estados atingidos, e não em deslocamento de trabalhadores para outras regiões.

Outro fator que fez com a Inspetoria não diminuísse a emigração foi a adoção de uma concepção limitada da seca do Norte. Embora houvesse a produção maciça de estudos sobre a região atingida pelas constantes estiagens, a intervenção deste órgão se limitou mais a construção de açudes, a qual ficou conhecida a *posteriori* como solução hidráulica concentracionista. Assim, para o órgão:

[...] a seca seria a perda da produção motivada pelo estancamento/irregularidade na oferta de água. Assegurar a água, enfrentar o grande vilão da história dos dramas nordestinos, o céu, deveria, assim, constituir o cerne das preocupações e esforços. Afastam-se peremptoriamente as implicações da realidade sócio-econômica enquanto base real do fenômeno. (DOMINGOS NETO; ALMEIDA, 1987, p. 84).<sup>93</sup>

Portanto, “as implicações da realidade socioeconômica” não foram levadas em consideração como impulsores da seca e, por conseguinte, da emigração. Os técnicos e cientistas do órgão conheciam, sem dúvida, essa realidade, mas esse conhecimento não lhes dava condições de intervir para modificar a estrutura social do Ceará – por exemplo, visto que isto dependia de vontade política, e os representantes políticos do Norte realmente não queriam isso.

Em vez de a Inspetoria direcionar sua ação para as péssimas condições econômicas dos sertanejos, que estavam há mais de trinta anos em instabilidade social, ela procurou auxiliar diretamente os grupos que não migravam, tais como o dos latifundiários

---

<sup>93</sup> Ver também Oliveira (1993, p. 51).

pecuaristas ou, em geral, o dos grandes produtores. Esse órgão reforçou as redes sociais desses grupos, ou “as condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação” – como afirma Oliveira (1993, p. 52). Já para as fracas redes dos pobres sertanejos, que se rompiam facilmente, só havia, em períodos de seca, o trabalho na construção de obras públicas, da mesma forma que no tempo das comissões de socorros públicos, e assim: “Ao mesmo tempo em que a proteção aos pobres em tempos de escassez vai sendo transferida para o âmbito do Estado, a exigência com o merecimento à assistência social vai cada vez mais sendo delineada através do trabalho regular” (NEVES, 2000, p. 95).

Na prática, então, a diferença que havia no tocante à comissão de socorros públicos do passado era que a proteção social não seria mais direcionada ao pagamento de passagens de navio para os retirantes. Agora, eles teriam que trabalhar nas frentes de trabalho que rapidamente eram organizadas durante as secas. Desse modo, a IOCS beneficiou os grandes latifundiários ou/e as oligarquias do Norte, ou seja, criando frentes de trabalho no território do Ceará, para que os trabalhadores não buscassem ocupação noutros Estados. Em vez de o Governo federal prejudicar os latifundiários pecuaristas, com a viagem subsidiada de sua mão de obra, tal como fazia com as comissões de socorro público, agora, o Governo federal passava a reforçar a estrutura produtiva da região, construindo com dinheiro público importantes equipamentos nos latifúndios. Isto não foi porque o Estado pensava que desenvolvendo a macroeconomia estaria auxiliando a pequena economia do sertanejo com empregos, ou por má vontade dos cientistas do órgão - que fingiam que não conheciam os problemas da região das secas -, mas sim porque esse Estado estava tomado pela classe dos latifundiários pecuaristas do Norte, que, embora não fosse a classe mais forte no domínio do Estado brasileiro, conseguia direcionar as verbas públicas da seca para seus latifúndios em determinadas conjunturas, e assim controlar socialmente os retirantes.

Como prova disso, tem-se a memória justificativa da construção dos açudes, que sem dúvida é um importante documento para percebermos os reais objetivos da IOCS. Embora contasse com o número de vítimas das secas que o açude poderia sustentar no período de estiagem como justificativa para sua construção, a justificativa principal, aquela na qual se baseava todo o projeto de construção, era de reforço da estrutura produtiva do Ceará. No açude Acarape do Meio, o engenheiro Bernardo Piquet Carneiro justificava assim a construção de sua barragem: “Seu fim é criar uma represa ou açude no valle do Acarape, com a capacidade de 47 milhões de metros cúbicos e auxiliar d’esse modo a cultura de canna e aos

28 engenhos ali existentes, além de outros que se poderão então estabelecer”<sup>94</sup>. Essa obra não era a única que reforçava a economia dos latifundiários, todas as obras da IOCS a reforçavam, tendo como objetivo principal salvar as boiadas e as lavouras das fazendas:

Em São Antonio, em tempos de secca, tivemos ocasião de presenciar [...] os criadores, em serviço de salvação do gado, lutando contra a falta d’água, sendo obrigados a fazer, com trabalho insano, cacimbas profundas e, muitas vezes, nas excavações destas arriscando a própria vida com tanto sacrifício. As cacimbas abertas pouco tempo servem, pois a agua em breve se torna escassa e teem eles então de procurar outro lugar para novas cacimbas e, finalmente, quando esgotados esse recurso, se veem obrigados a fazer retiradas, o que representa para o fazendeiro um prejuízo certo de 40 a 50 por cento.<sup>95</sup>

Eis, pois, o começo da justificativa do açude São Antonio no município de Russas, organizada pelo engenheiro Samuel Pontual Júnior. Percebe-se claramente que esse engenheiro está preocupado com os prejuízos dos fazendeiros ou dos latifundiários pecuaristas. E para a população que não era proprietária, que era obrigada a deixar sua choupana no interior para não morrer de fome, e que não tinha gado nem para se alimentar quanto mais para criar, o que o órgão oferecia? Para não dizer que esqueceu absolutamente dessa população, o engenheiro termina colocando-a num mesmo nível da gadaria do fazendeiro: “Parece-nos, pois, que a construção deste açude é perfeitamente imperiosa de proteger uma zona que é muito habitada e onde a criação do gado é muito grande”<sup>96</sup>.

Portanto, a intervenção da IOCS queria encerrar com a emigração e as secas dessa forma. Não queremos dizer que o objetivo de Francisco Sá e o das oligarquias de fixar a população tenha sido modificado. Dizemos que o objetivo de controlar a emigração da população era o mesmo, embora aproveitassem a IOCS para reforçar a estrutura produtiva. E quando realmente houvesse seca, seus esforços convergiriam novamente para controlar a população retirante, tendo com a IOCS maiores possibilidades de êxito. É na seca de 1915 que se dará o primeiro ensaio da Inspetoria no controle do êxodo, aí se verá que a vontade de fixar os retirantes continua existente: é tanto que, se a organização dos trabalhos das obras contra as secas não comportasse o número de retirantes, que os engenheiros modificassem a tecnologia, parassem as máquinas, criassem trabalho imaginário, e trocassem seus operários por

---

<sup>94</sup> CARNEIRO, Bernardo Piquet; SOUZA, José Ayres. *Memórias e projetos de açudes estudados e elaborados pelas comissões do açude de Quixadá e Açudes e Irrigação*. Publicação 8, Série II, H. Rio de Janeiro, 1910, p. 5.

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 58.

retirantes, pois o que importava era controlar os sertanejos, não os deixando embarcar para fora do Ceará.

Assim sendo, o reforço da estrutura social do Ceará estava garantido. Não haveria o problema do grande deslocamento de trabalhadores. A estrutura social do Ceará, que produzia os fluxos migratórios, e que era dominada pelos latifundiários, recebia, então, o reforço do Estado para manter seus trabalhadores, suas milícias e seus currais eleitorais. Não havia, portanto, nas ações da IOCS, um combate efetivo contra a pobreza da região, que pudesse desorganizar essa estrutura, fazendo que se equilibrasse mais a balança das interdependências entre os latifundiários e os trabalhadores rurais.

A IOCS, assim, serviu para desenvolver a indústria da seca para a vergonha da região Norte. Desesperados, os cidadãos, que não tinham nenhuma relação com essa indústria nociva, ouviam e liam os políticos do Sul criticarem o uso de verbas públicas para o combate da seca. E, assim, de vez em quando a seca assaltava o Ceará, levando milhares de pessoas para os locais de maior visibilidade à procura de proteção social, enquanto os parlamentares do Sul denunciavam os desvios de verbas públicas, e os do Norte as imagens da fome e da miséria da terra da indústria da seca.

Entretanto, a indústria da seca não teve início com o Estado republicano. No Império, o combate às secas, através da comissão de socorros públicos, deu condições para a formação da indústria da seca, embora a maioria das verbas fosse direcionada para o pagamento de passagens para os retirantes. É na seca de 1877 que se percebe evidentes sinais de desvios das verbas para interesses particulares<sup>97</sup>.

Assim, o combate à seca, através da comissão de socorros públicos, proporcionou que se criasse uma rede de corrupção, que ficou conhecida como indústria da seca, que passava pelo político que angariava as verbas, pelos membros da comissão que eram eleitos pelo presidente do Estado e pelos comerciantes que emitiam falsas notas fiscais para o pagamento dessa longa cadeia. Nesse sentido, diz Ferreira que:

Apesar dessas [comissões] compostas pelos elementos mais respeitáveis da comunidade, ou seja, o vigário, o juiz de paz, o coletor de rendas e o delegado, quase sempre tiraram proveito para si ou faziam vista grossa para os desvios de suprimentos, favorecendo parentes e protegidos, ou eram coniventes com alguns tropeiros que

---

<sup>97</sup> Ver: Cunnif (1975).

entregavam a carga com o peso abaixo do fixado nas guias de viagem (FERREIRA, 1993, p. 66).<sup>98</sup>

Dessa forma, ao reter a saída dos retirantes do Estado do Ceará, criando comissariados locais, na seca de 1889, como vimos, Henrique D'Ávila deu grandes oportunidades para que a indústria da seca pudesse funcionar a todo vapor. Entrementes, até a morte do presidente Caio Prado, ou seja, até o momento em que a maioria da proteção oficial só era direcionada às viagens subsidiadas, essa indústria caminhava lentamente, visto que, com esse tipo de proteção, o Governo federal diminuía as possibilidades de seu funcionamento.

Com a emigração subvencionada, portanto, a oligarquia paulista tinha uma maior oferta de trabalhadores e ainda poderia evitar o desenvolvimento da indústria da seca. Já as oligarquias do Ceará, nessa situação, perderiam seus trabalhadores e a oportunidade de desviar os recursos públicos para seus interesses particulares. Nesse sentido, a indústria da seca prejudicava a liberação de verbas do Governo federal, e, por conseguinte, a população pobre que precisava urgentemente de proteção para recuperar suas redes sociais.

No romance *A fome*, por exemplo, temos o corrupto Simeão de Arruda, chefe de uma das comissões de socorros, que usa o dinheiro público para contratar os mais variados tipos de serviço e construir uma casa para “beneficiar” a família da retirante Carolina, que lhe provocava uma ardente paixão. Neste romance, também, Teófilo relata o caso de um comissário que se apropria indevidamente dos gêneros alimentícios dados aos retirantes, vendendo-os no mercado público (TEÓFILO, 2002, p. 296).

Dentre as várias alusões à corrupção das comissões de socorros públicos em *Os retirantes*, de José do Patrocínio (1973, p. 160-161), esta nos diz bastante sobre as denúncias que giravam em torno da proteção social dada na época:

O que pelo menos era verdadeiro e incontestável era que a mortalidade dos retirantes crescia na razão direta do dispêndio com os socorros, o que de alguma sorte justificava a fama de que as comissões eram os verdadeiros retirantes socorridos.

---

<sup>98</sup> “Entre o retirante e o Estado havia um sorvedouro – as comissões de socorros [...] porque indivíduos desnaturados [...] aproveitavam-se da miséria do torrão natal para enriquecer” (PATROCÍNIO, 1973, p. 185).

Em *O quinze*, por exemplo, a distribuição de passagens, dada aos retirantes para cruzarem mais rapidamente o sertão na direção da capital, também logo foi apropriada para fins particulares. Pois, ao chegar à estação de Quixadá para adquirir suas passagens, Chico Bento ouviu esta recusa do funcionário: “Não é possível. Só se você esperar um mês. Todas as passagens que eu tenho ordem de dar, já estão cedidas. Por que não vai por terra?” (QUEIROZ, 2010, p. 34). Depois Chico Bento ficou sabendo que faltava passagem, simplesmente porque o funcionário, corrupto, tinha vendido ilicitamente as passagens dos retirantes aos paroaras. Mais uma vez temos o uso do dinheiro público pelos intermediários do Governo. Seja na literatura, ou nos jornais, a corrupção ou o desvio de verbas públicas para o combate às secas está presente, demonstrando que, se o dinheiro fosse aplicado devidamente, ou se indivíduos corruptos não tivessem organizado a indústria da seca, os retirantes poderiam rapidamente estabelecer suas redes de interdependência.

No entanto, o Estado republicano, com a criação da IOCS, foi responsável pelo grande desenvolvimento desta indústria. Logo que a Inspetoria foi criada, acusaram-na de instrumento das oligarquias da Norte. Nesse sentido, Francisco Sá foi um dos dirigentes acusados de corrupção. Logo que apresentou o regulamento da IOCS, que contava com a lei Álvaro Machado, que permitia entregar o dinheiro da União às delegacias fiscais dos Estados, se levantou contra ele uma forte oposição, organizada por Coelho Lisboa, Frota Pessoa e João Brígido, que acusaram-no de querer beneficiar as oligarquias do Norte:

O ministro da viação do sr. Conselheiro Nilo Peçanha, pretendendo canalizar dinheiro do Thesouro Federal para os cofres do Estado do Ceará, de que é donatário seu sogro e grande eleitor, aceitou o expediente oferecido por monsenhor Walfrido Leal, que lhe pedira instantemente regulamentasse a lei Álvaro Machado e tenta há quatro mezes regulamentar aquela capciosa lei de 1905, que por inexequível jamais obtivera regulamentação dos governos dos conselheiros Rodrigo Alves e Affonso Penna. [...] Tem graça! Haverá ainda quem acredite em fiscalização na ‘Confederação das Oligarquias do Brasil’?! acreditem [...] pois, agora é o dr. Francisco Sá quem vae nomear engenheiros para fiscalizarem seu sogro e grande eleitor, o commedador Nogueira Accioly na aplicação dos dinheiros públicos!<sup>99</sup>

Assim que assumiu a pasta da Viação, Francisco Sá foi acusado de querer beneficiar seu sogro, que era presidente do Ceará. No entanto, os escândalos envolvendo seu nome não se restringiam à Inspetoria, mas sim a todos os serviços prestados por essa pasta, tais como: os casos do moinho inglês; dos terrenos das empresas dos túneis; o calçamento das

<sup>99</sup> Secca do Norte. *Unitário*, Fortaleza, 16 novembro 1909, p. 1-2.

avenidas; os portos; o contrato da viação baiana e o arrendamento da Central do Brasil. Não adiantava o senador Pedro Borges defender o amigo Francisco Sá das acusações do também senador Alfredo Ellis, pois os sinais de corrupção eram tidos como evidentes. A tentativa de Francisco Sá de trazer a lei Álvaro Machado para o regulamento da Inspetoria demonstrou claramente suas intenções. E, por isso, na carta enviada ao presidente Nilo Peçanha, e publicado no jornal *Unitário*, Coelho Lisboa disparou:

Quereis saber como estes constroem açudes? Mandae à Alfandega da Parahyba do Norte buscar as contas do celebre açude Macacos, indague em que bolsos caíram cento e cinquenta contos dados como auxílio as vítimas da secca. Na última mensagem o ministro da Viação fala em mil contos para a secca norte e alude depois à autorização numeros cinquenta e dois, cinquenta e três e artigos desesseis do orçamento sem dizer a quantia; já machinava este assalto ao Thesouro à custa dos nossos desgraçados patrícios.<sup>100</sup>

Desse modo, podemos dizer que Acióli e Francisco Sá desenvolveram a indústria da seca. Foram eles que criaram este órgão, para muitos, como eles, desviarem verbas para seu uso pessoal. Utilizaram-se da seca e da migração, para se beneficiarem do dinheiro público. Para eles, não bastava a corrupção das comissões de socorro público que rapidamente se desfazia, era preciso criar um órgão que sistematizasse o combate à seca e o desvio de verbas. Assim, Francisco Sá não perdeu a oportunidade dada por Nilo Peçanha de dirigir o ministério da Viação, e criou a IOCS para ser uma fonte “permanente” de desvios de verbas da União para fins particulares. E, desse modo, a imprensa também não perdeu a oportunidade de denunciar suas práticas corruptas: “Ora, [...] nem alicerces se tinham completado para o primeiro açude de irrigação (Acarape), e o cimento, destinado para ele, era esbanjado entre os amigos [...]”<sup>101</sup>.

A imprensa de Fortaleza, portanto, denunciava constantemente Francisco Sá. Enquanto as obras públicas não ganhavam o desenvolvimento desejado, ele era acusado de “esbanjar” o dinheiro do cimento entre os amigos. Dessa forma, a oligarquia Acióli se fortalecia cada vez mais. E os adversários da oligarquia Acióli – jornal *Unitário*, Associação Comercial, Rodolfo Teófilo, Frota Pessoa etc., faziam incessantes associações entre a IOCS e

<sup>100</sup> Telegrama de Coelho Lisboa *apud* Nilo Peçanha e Coelho Lisboa. **Unitário**, Fortaleza, 11 novembro 1909, p.1. Além de atacar a organização da IOCS, Coelho Lisboa atacava a oligarquia Venancista, que comandava a Paraíba e que, portanto, construía o açude Macacos. Coelho Lisboa, que tinha sido chefe da polícia de Venâncio Neiva, colocava nos seus artigos todo o ódio característico de um dissidente. Sobre as denúncias de irregularidades na construção do açude Macacos, ver Ferreira (1993, p. 114).

<sup>101</sup> Tarde Piaste. **Unitário**, Fortaleza, 21 janeiro 1911, p. 1.

a oligarquia Acióli, o que levou Eymard Porto a definir a IOCS de “apêndice da oligarquia cearense” (PORTO, 1991, p. 69). Na revista *Comercial*, periódico da Associação Comercial, se referiam a IOCS desse modo: “A Inspetoria de Obras Contra as Secas tornou-se desde o início uma espécie de sinecura, verdadeiro seio de Abraão, destinado ao filhotismo político que arrasta o país à ruína inevitável” (REVISTA COMERCIAL *apud* PORTO, 1991, p. 69). Até mesmo quando a oligarquia não estava mais no poder, essas associações continuaram: em 1 de dezembro de 1912, por exemplo, houve um incêndio no escritório da Inspetoria em Fortaleza. Como a oligarquia Acióli, depois de sua queda, tentava tumultuar o governo de Marcos Franco Rabelo, muitos acusaram esse incêndio de proposital, já que Acióli tinha boas relações com a IOCS. Desse modo, Rodolfo Teófilo nos deixou a pergunta: “Será casual ou proposital o incêndio?” (TEÓFILO, 1979, p. 35).

Assim, a República no Brasil já nascia corrupta. Não eram apenas Francisco Sá e Acióli os culpados por toda essa corrupção e pela indústria da seca. Eles eram somente figurantes dessa configuração social corrupta, que o sistema republicano – longe de por um fim a isto tudo – estimulou sobremaneira ministros, governadores, deputados, vereadores, prefeitos, funcionários públicos etc., a desviarem dinheiro do povo para organizar indústria das enchentes, do judiciário, indústria dos partidos etc. Enquanto o dinheiro de construção dos açudes era “esbanjado entre amigos”, o pobre sertanejo não via outra tática de sobrevivência que não fosse migrar de sua terra:

Com a entrada do snr. Francisco Sá para a pasta de milhões, suprema inspiração do seu sogro, muito cuidado lhe tem merecido a terra, que não via nascer, mas tem visto o seu crescimento. [...] O Ceará tem sofrido inundações de engenheiros, que lhe preparão futuros melhoramentos, com ágio de cento por cento, enquanto lhe foge a população, preferindo o puím do Amazonas ao sôpro suave das auras do outono.<sup>102</sup>

Desse modo, desde que foi organizada, a IOCS sofria com as denúncias de corrupção e de associação com as oligarquias do Norte. Agora, não adiantava acusar apenas a oligarquia Acióli, e sim toda a classe dos latifundiários pecuaristas:

A indústria da seca continuava a todo o vapor: os coronéis não precisavam mais esperar pela calamidade para usufruir econômica e politicamente de socorros públicos. Anualmente, com ou sem estiação, existia agora uma verba destinada à

---

<sup>102</sup> Liberalidade Suspeita. *Unitário*, Fortaleza, 9 junho 1910, p. 1.

região. A Inspetoria foi capturada pelas oligarquias e os coronéis se tornaram os maiores beneficiados das obras e verbas para região (FERREIRA, 1993, p. 119).

Assim, os socorros públicos, transformados em passagens de navio, davam mais oportunidades para a população assumir novas posições sociais nas escalas de valor da sociedade, do que propriamente a IOCS. Sendo controlado socialmente pela IOCS, o indivíduo teria, no máximo, proteção durante a seca. Era muito remota a possibilidade de se tornar um operário das obras, visto que as obras sofriam várias interrupções durante sua construção. Mesmo sabendo que a situação de reconstruir redes de interdependência no contexto de destino é de grande dificuldade, percebemos que, só assim, essa população poderia alcançar a tão desejada mobilidade social, pois a proteção da IOCS, envolvida com a indústria da seca, não dava condições a ela se mover socialmente.

Assim, a conjunção desses três fatores – a oposição das oligarquias do Sul ao funcionamento da IOCS, a adoção de uma concepção limitada do fenômeno da seca e o desenvolvimento da indústria da seca – foi responsável pelo fracasso da Inspetoria da Secas. Com a seca de 1915, os latifundiários e as oligarquias foram obrigados a darem andamento à construção das obras públicas contras as secas, pois, do contrário, a indústria da seca poderia ficar sem seus operários.

#### **4.2. O controle social na seca de 1915**

Após dois anos de luta, crimes e assaltos, no que foi definido pela historiografia de Sedição de Juazeiro, o Ceará era assaltado por mais uma seca em 1915. Agora, a IOCS devia interromper os desvios de verbas e trabalhar seriamente no controle social da população sertaneja, pois senão os fazendeiros perderiam mão de obra, eleitores e capangas. Essa seca só durou um ano apenas, mas ela foi devastadora, sobretudo porque a economia do Ceará já estava desorganizada por causa dessa sublevação (FROTA, 1985)<sup>103</sup>. Mas, como vimos, sua proposta de orçamento de 9 milhões e 500 mil réis para esse ano tinha sido barrada, e fixada pelo Congresso Nacional em 1 milhão e 668 mil. Isso não daria para combater a nova

---

<sup>103</sup>Ver, também, BDNOCs. *Relatório das Obras Novas Contra as Secas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p. IV e Teófilo (1969).

intempérie, visto que lhe era insignificante. Algo precisava ser feito urgentemente para impedir que os retirantes cruzassem o território, ou morressem de fome no Ceará.

Como o orçamento da Inspeção já tinha sido aprovado, o Congresso Nacional aprovou a criação de uma comissão independente da Inspeção – que foi chamada de Superintendência das Obras Novas Contra as Secas, para dar maior agilidade a esse combate. Como os sertanejos necessitavam urgentemente dos socorros públicos, as obras da IOCS que, já tinham sido iniciadas e que estavam paralisadas por cortes e desvio de verbas, seriam reiniciadas. A emergência era sem limites para os retirantes; para os latifundiários, ela causaria sérios prejuízos, já que, além da mortandade da animália, poderiam ficar sem seus trabalhadores, tanto devido à migração quanto à morte causada pela fome. Além do Ceará, o Rio Grande do Norte e o Piauí também foram atingidos por essa seca; a intervenção federal, então, se concentraria nesses três Estados, através da construção de obras públicas, tais como: poços, açudes, estradas de ferro e de rodagem.

Se as verbas das secas não fossem apropriadas indevidamente, não haveria a necessidade de organizar os trabalhos que estavam paralisados e criar uma nova comissão. Assim, Rodolfo Teófilo disse que a IOCS era um mito e, como Tomas Pompeu Sobrinho, que era engenheiro da IOCS, criticou a excessiva centralização desse órgão, cuja sede encontrava-se no Rio de Janeiro, ou seja, muito distante do magno problema das secas do Norte (SOBRINHO, 1920, p. 44; TEÓFILO, 1980, p. 60). Quanto mais distante do problema das secas, mais difícil seria o restabelecimento das redes de interdependência.

Embora Aarão Reis, que era ao mesmo tempo inspetor da IOCS e diretor das Obras Novas, ressaltasse que essa seca não seria semelhante, nem mais grave do que a seca de 1877, o medo e a angústia já tomavam conta do Estado. Aarão Reis tentava acalmar os ânimos da população, com o argumento simples de que o Ceará já possuía uma rede de açudes, tais como: Acaraú-Mirim, Lagoa das Pombas, Breguedoff e São Miguel, que, além dos peixes, poderiam fornecer suas vazantes para os retirantes plantarem sua subsistência; ou seja, defendia que o Estado já contava com certos equipamentos que poderiam amenizar os efeitos dessa mais nova intempérie. Porém, era sabido que as vazantes só serviriam às famílias que teriam como se sustentar, até as primeiras colheitas. Desse modo, não adiantava o inspetor tentar tranquilizar a população, pois o quadro que se formava era assustador, e para completá-lo a ajuda do Governo federal estava demorando muito para se efetivar.

A comissão Obras Novas só começou seus trabalhos no dia 3 de setembro de 1915. Enquanto isso, só funcionavam os canteiros de obras da IOCS, dando proteção em troca de trabalho. Como o objetivo era controlar a população retirante, o diretor Aarão Reis definiu a orientação dos trabalhos pelo “mínimo dispêndio de material e o máximo de pessoal”.<sup>104</sup> Desse modo, os açudes de alvenaria e as estradas de ferro, mais dependentes de materiais caros e trabalhadores especializados, não seriam construídos, com a exceção das obras que já tinham sido iniciadas, como, por exemplo, as estradas de ferro de Sobral e de Baturité<sup>105</sup>. Seriam construídos, portanto, os açudes de terra: Graça, no município de Granja; Mulungu, no município de Itapipoca; Caio Prado, em Santa Quitéria; Velame, em Riacho do Sangue; Riachão, em Pacatuba; e Riacho do Sangue, em Cachoeira. E as estradas de rodagem: de Iguatu a Boa vista, passando por Campo Sales, e tendo 189 Km; de Acarape a São Bernardo de Russas, com 135 km; e de Baturité a Guaramiranga, com 15. Assim, o intuito de fixar a população no Ceará, seguindo assim a orientação da IOCS, seria realizado pelas Obras Novas, pois todas essas obras seriam construídas com a mão de obras dos retirantes, dando-lhes em troca uma vil diária para ajudá-los a enfrentar a seca no Ceará.

Nesta situação de crise, além de controlar os trabalhadores, os latifundiários pecuaristas iriam, através da IOCS e das Obras Novas, construir importantes equipamentos em suas terras e, assim, davam impulso à indústria da seca. Desde o primeiro regulamento da IOCS, que os criadores ou agricultores tinham a oportunidade de terem a metade do orçamento de seus pequenos ou médios açudes aprovado, se as obras estivessem de acordo com os projetos do órgão. E agora, na seca de 1915, o inspetor Aarão Reis, com a missão de impedir que os trabalhadores cruzassem as fronteiras do Ceará, desejava aumentar esse prêmio para o pagamento total do orçamento<sup>106</sup>. Desse modo, os latifundiários teriam os açudes e a mão de obra subsidiados pelo Governo federal. E para os retirantes? Somente uma diária de 1 mil e 200 réis, em troca de trabalho.

A ordem, portanto, era controlar os retirantes. Não importava de que forma isso seria realizado. Percebemos que, na construção dos açudes, os engenheiros da IOCS, tendo à frente um grande número de sertanejos famintos, suspendiam todo o tipo de trabalho que era realizado pelas máquinas, substituindo-o pelo trabalho manual, além de aceitar a

---

<sup>104</sup> BDNOCS. Relatório das Obras Novas Contra as Secas, p. XXIX.

<sup>105</sup> “Para ocupação da mão de obra, o Governo autorizou o prolongamento da Rede de Viação Cearense [...] através da estrada de ferro de Sobral, empregando 1.289 trabalhadores, e a de Baturité três mil, num total de 4.489 retirantes” (FROTA, 1985, p. 187).

<sup>106</sup> BDNOCS. Relatório das Obras Novas Contra as Secas, p. XXI.

improvisação de ferramentas. Assim, eles organizavam serviços que tentavam absorver um grande número de trabalhadores, satisfazendo, então, as elites locais, e os sertanejos, que independente da forma definida de proteção social, queriam se manter vivos. No açude Acarape do Meio, o trabalho definido para ocupar os retirantes foi o da abertura do sangradouro:

Com relação a este último serviço [o da abertura do sangradouro], convém notar que, tendo o 1º Distrito, [...] solicitado providencias no sentido de serem socorridos os flagelados que, acossados pela secca, afluíram, em grande numero, ao local das obras do açude 'Acarape', determinou que [...] fossem atacados os trabalhos do aludido sangradouro, onde, com mais utilidade, seria aproveitado numeroso pessoal.<sup>107</sup>

Conforme o engenheiro-chefe do Acarape do Meio, o italiano Thomazo Bertucci, a abertura do sangradouro conseguiu ocupar milhares de retirantes. Em 15 de julho de 1915, dos 7.800 trabalhadores ocupados no trabalho da obra do Acarape, 5.107 estavam abrindo o sangradouro. Em 31 de julho de 1915, dos 12.399 trabalhadores ocupados, 9.925 estavam nesse serviço. E, em 15 de agosto de 1915, dos 8.094 trabalhadores na obra, 5.716 abriam o sangradouro<sup>108</sup>. Portanto, esse serviço era o que mais ocupava os retirantes. Percebe-se, claramente, que o número de retirantes variava muito e, que era excessivo para uma grande obra. A oscilação dos operários significava os deslocamentos de alguns deles à procura de outras obras ou da capital, que já concentrava um grande número de retirantes. Além da imaginação para inventar trabalhos que ocupassem esse grande número de pessoas, os engenheiros tinham que ter verbas suficientes, e isso eles não possuíam. Até mesmo para iniciar o trabalho de abertura do sangradouro, o engenheiro Thomazo Bertucci teve que utilizar explosivos devido ao grande número de flagelados e da pouca ferramenta disponível. Portanto, o engenheiro diante de uma seca como essa tinha que inventar novos trabalhos, adiantar ou atrasar outros, modificar a técnica utilizada, paralisar as máquinas etc., para, assim, controlar maior número de trabalhadores.

Além de abrir o sangradouro, os sertanejos realizavam vários tipos de trabalho para garantir sua proteção, tais como: fabricar pólvora, conservar e irrigar capim, tratar dos animais, policiar seus pares, construir casas, apanhar lenha, transportar vigas e dormente,

<sup>107</sup> BDNOCS. *Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 30.

<sup>108</sup> Ver: DNOCS 2ª D. R. Processos do açude público Acarape do Meio.

plantar eucaliptos etc. O trabalho nas obras contra as secas, embora possa parecer que funcionava sem nenhum percalço, não estava livre das tensões de um período de grande seca, pois, por um lado, os engenheiros não sabiam o que fazer com a multidão de retirantes em suas obras, lhes pressionando por emprego. E, por outro, os retirantes, mesmo trabalhando nas obras, estavam em péssimas condições sociais. Sobre essas péssimas condições sociais, Teófilo (1922, p. 44) disse que: “A fome e a nudez andavam de mãos dadas nos serviços das obras contras as seccas. Os operários e suas famílias estavam semi-nús. Mulheres havia que já não saíam de casa por estarem no estado de Eva”.

Diferentemente dos engenheiros da IOCS, os latifundiários não se preocupavam com o regime de trabalho das obras. Neste momento de saída de braços, era a retenção dos trabalhadores que importava. Assim, as condições sociais dos operários poderiam estar em péssimo estado, pois o que importava era a permanência deles no território cearense. Mesmo assim, essa proteção social mínima dada pelo Estado, não conseguiu diminuir o número de óbitos referente às grandes secas, pois nesta seca morreram mais de 30 mil pessoas (STUDART, 2010, p. 244).

Ademais, o controle social organizado não conseguia barrar o êxodo. Aliás, não se pode esquecer que a seca de 1915 foi o primeiro ensaio da política oficial de fixação, e que o controle começou muito tarde, o que deu possibilidade para os retirantes atingirem os portos do litoral e, assim, embarcarem nos navios pagos pelos Estados do Norte e Sul. Enquanto, por exemplo, o trabalho do açude público Tucunduba protegia 8.270 homens em janeiro de 1916, saíam neste mesmo mês 3.082 passageiros de 3ª classe pelo porto da capital. Ou enquanto emigravam 3.308 pessoas em fevereiro de 1916, neste mesmo mês, 5.179 homens trabalhavam na construção do açude público Tucunduba<sup>109</sup>. Era difícil, portanto, controlar a população, e tudo indica se não tivesse havido a intervenção federal, o número de emigrantes teria ultrapassado as cifras que foram divulgadas sobre o deslocamento populacional dessa seca<sup>110</sup>. Por isso, se o Governo federal e o Governo estadual quisessem ter mais êxito no combate aos efeitos da seca, precisavam ter um plano, primeiro, mais vasto, ou seja, de erradicação da miséria, e segundo, mais organizado, para evitar os grandes deslocamentos. O

---

<sup>109</sup> DNOCS. 2ª D.R. Processos do açude público Tucunduba; e APEC. Apontamentos para o Relatório de 1º de junho a 31 de maio de 1916.

<sup>110</sup> Para Tomas Pompeu Sobrinho (1920, p. 31), saíram 50.783 pessoas. Já para Rodolfo Teófilo (1980, p. 120), migraram 39.313 pessoas. E para Girão (2000, p. 430), emigraram 40.000 pessoas. Tudo indica que essa discordância se deve ao fato da precariedade dos registros. Os registros eram realizados mais em Fortaleza do que nos portos do interior, por onde milhares de migrantes emigravam; e, até mesmo na capital, eles foram feitos de forma precária, e, na maioria das vezes, estão incompletos.

que vemos com o passar do tempo foi somente uma multiplicação de obras e de trabalho para os retirantes. Nenhuma ação no sentido de possibilitar mobilidade social foi realizada para esses grupos que facilmente tornavam-se retirantes. A fixação da população sertaneja pelo Estado brasileiro consistia, portanto, apenas em não incentivar as viagens subsidiadas, e dar proteção em troca de trabalho.

Desse modo, a administração do açude Tucunduba também adiantou a abertura do sangradouro para ocupar os retirantes. Dependendo da situação da obra, os retirantes realizavam trabalhos que estavam inseridos no seu cotidiano (cuidar dos animais, limpar o capinzal etc); ou trabalhos que lhes forçavam a adquirir uma nova habilidade, como, por exemplo, fabricar pólvora. No açude Tucunduba, seu engenheiro, Abelardo Andrea dos Santos, não tendo como realizar os trabalhos programados, não dispensou os retirantes, e os inseriu em serviços que faziam parte da sociedade rural:

Sendo cada dia maior numero de famintos no local das obras e não permitindo a falta d'água que se desse grande incremento às obras da barragem, de modo a serem aquelles aproveitados nos serviços, ficou resolvido proceder à roçagem, destocamento e queima na bacia hidráulica. Foram roçados, encoiverados e queimados 1.597. 990 m<sup>2</sup>, dos quais 30%, ou 479. 397 m<sup>2</sup>, em capoeira grossa, a machado, e 70%, ou 1.118. 593 m<sup>2</sup>, em capoeira fina, a foice.<sup>111</sup>

Assim, os engenheiros acomodavam os retirantes. Eles mudavam todo o plano das obras para alistar o maior número de trabalhadores. Na seca, portanto, modificavam a organização do trabalho, que, nos períodos normais, se os desvios de verbas permitissem o andamento das obras, era industrial, com tempo determinado para entrada e saída dos trabalhadores, e com a proibição do consumo de bebidas alcoólicas<sup>112</sup>. Entretanto, no tocante aos trabalhos da IOCS, isto só aconteceu quando a obra estava envolvida com outro interesse, que não fosse apenas o do combate à seca. Como exemplo disso, temos o açude público Acarape do Meio, que foi definido para abastecer a capital (PONTE, 2010). Portanto, era nas secas que os engenheiros tinham mais oportunidades de colocar as obras em andamento.

Na seca de 1915, portanto, a proteção foi dada em forma de trabalho remunerado. Assim, os engenheiros tiveram que lutar com todas as dificuldades de criar e organizar trabalhos para milhares de sertanejos, pois o Estado não permitia que a proteção social dada a

---

<sup>111</sup> BDNOCs. *Relatórios dos trabalhos executados durante o anno de 1915*, p. 38.

<sup>112</sup> Ver: DNOCS 2<sup>o</sup>D.R. Processos dos açudes públicos Acarape do Meio e Tucunduba.

eles fosse distribuída como em 1889, na administração de Henrique D'Ávila. Ou seja, através da distribuição de alimentos nos municípios do interior, conforme o modelo paternalista, pois isto era simplesmente alimentar o *ócio* e a *vagabundagem* da população<sup>113</sup>. Agora, os sertanejos tinham que trabalhar de qualquer maneira para não morrer de fome. O Estado, assim, não se importava com as condições dessa população, que quase mortas de fome e com o espírito atribulado por ter perdido suas redes de interdependência, ainda eram obrigadas a trabalhar para receber sua proteção.

Ademais, a proteção estatal, mesmo sob os auspícios da IOCS, não cobria a todos necessitados, o que gerava distinção entre o indivíduo que pudesse refazer ou criar rapidamente alguma rede de interdependência, e o indivíduo que não tinha essas condições. Mesmo que, os engenheiros se utilizassem de todos os expedientes para dar trabalho aos retirantes, tentando fixá-los na terra das secas, a organização das obras foi incapaz de controlá-los. Quando vemos 12.399 retirantes trabalhando no açude Acarape do Meio ou 8.270 no Tucunduba, sem dúvida, temos a impressão de que o controle social funcionou, mas essas cifras não correspondem ao total da população que sofreu diretamente os efeitos da seca de 1915. Além disso, o indivíduo que recebia a proteção estatal não estava salvo das contingências da seca, pois ela não passava de 1.200 réis, valor da diária das obras, que era realmente insignificante para manter uma família<sup>114</sup>.

E, assim, os retirantes chegaram à capital. Os que chegaram de trem, ainda robustos, foram vistos como vagabundos por Rodolfo Teófilo, que pensava que eles deviam estar lutando contra as secas nos seus municípios do interior, e recebidos com alegria por Tomás Pompeu Sobrinho, porque assim diminuía o sofrimento deles na travessia lutuosa do sertão para a capital (TEÓFILO, 1980, p. 37; SOBRINHO, 1920, p. 24). Agora, a população da capital estava insatisfeita com essa invasão, e o Governo do Ceará teve que criar um campo de concentração para controlar mais os deslocamentos dos retirantes pela cidade. Esse campo ficou conhecido como Campo do Alagadiço, e chegou a concentrar 7 mil retirantes. Lá, eles recebiam a prestação de alguns serviços e eram deslocados para os trabalhos disponíveis<sup>115</sup>. Essa aglomeração, combatida por alguns devido à precariedade das condições de higiene e o medo da proliferação de doenças, não tardou para mostrar seus efeitos, ajudando

---

<sup>113</sup> Ver: Neves (2001).

<sup>114</sup> Diferentemente do personagem Chico Bento de *O quinze*, que recebeu 2 níqueis de diária na construção do açude Tauape, os retirantes de 1915 recebiam 1.200 réis. Ver Queiroz (2010, p. 107). Somente em 1919 passaram a ganhar 2 mil réis. “Um homem tinha o jornal de mil e seiscentos, salário que foi elevado a 2\$000 depois que assumiu a direção da Inspetoria o Dr. Arrojado Lisboa [em 1919]” (TEÓFILO, 1922, p. 43).

<sup>115</sup> Sobre os campos de concentração no Ceará, ver Rios (2001).

sobremaneira a aumentar os índices de morte na capital, cuja cifra foi 3.136 pessoas. Para os retirantes, conforme Raquel de Queiroz, o Campo do Alagadiço ficou conhecido como o curral da fome (QUEIROZ, 2010).

Com efeito, nesta seca, o número de emigrantes, registrados no porto da capital, foi de 36 mil<sup>116</sup>. Apesar da demora em sua organização, o esforço da IOCS para controlar a população foi enorme: é tanto que, as frentes de trabalho por ela organizadas duraram até 1918. A seca de 1915, como as outras secas que o Ceará teve em sua história, demonstrou que, enquanto não houvesse um combate sério, sem indústria da seca, esse Estado seria palco de mortes devido à fome, de assaltos a armazéns do Governo e de particulares, do crescimento de número de pedintes, ou de todas as misérias humanas. Os latifundiários que, criaram um órgão para combater a seca, não se preocuparam com essas misérias, visto que elas os beneficiavam; a preocupação só surgia quando eles viam que poderiam perder seu exército de miseráveis para outras regiões como estava acontecendo desde o final do século XIX. Aí o Governo federal tinha que liberar mais verbas, os engenheiros tinham que esquecer seus princípios, e os sertanejos tinham que trabalhar em condições desumanas. Foi, assim, que os latifundiários tentaram fixar a população do Ceará.

Portanto, a IOCS não deu condições reais para a população pobre dispor de uma situação estável em seus municípios. Pelo contrário, este órgão só serviu para reforçar a estrutura produtiva e para enriquecer as oligarquias que estavam por trás de sua criação. À medida que foram sistematizando o combate à seca e à migração, era como se a indústria da seca ganhasse nova engrenagem para seu maior desenvolvimento. Quando sobrevinha uma seca, aí a Inspeção criava inúmeras frentes de trabalho para tentar manter os trabalhadores, organizando, portanto, uma ínfima rede social durante o período da seca no Ceará. Com efeito, a configuração social extremamente favorável à migração mudara com o fim das passagens subsidiadas, porém a maioria de seus elementos continuava desestabilizando a vida social da população pobre do Ceará.

---

<sup>116</sup> APEC. Apontamentos para o Relatório de 1 de junho de 1915 a 31 de maio de 1916.

## CONCLUSÃO

“A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão de obra”  
(FURTADO, 2009, p. 188).

Nesta dissertação, construímos uma crítica da emigração cearense que se deu no final do século XIX e começo do século XX. Nesta perspectiva, circunscrevemos o surgimento e desenvolvimento do fenômeno migratório na história social do Ceará, privilegiando como eixo analítico a produção de sentidos e significados, desenvolvida pelo Governo estadual e sociedade, acerca desse fenômeno. Explicitamos a tese de que a emigração cearense, no sentido de buscar garantir os meios de sobrevivência, só teve início na década de 70 do século XIX, tendo como impulsores, que podemos caracterizar como endógenos, as transformações sociais decorrentes da integração da economia do Estado à economia mundial, ou melhor, o desenvolvimento das relações capitalistas no contexto do Ceará. Já o grande impulsor dessa emigração – considerado exógeno – e que, também, tem relação direta com a intensificação dessas relações capitalistas, foi a necessidade de trabalho regular para a manutenção dos ciclos econômicos do café e da borracha no contexto da abolição da escravatura. Tal necessidade, traduzida na questão da falta de braços no território nacional, sobretudo nos Estados que estavam envolvidos com esses ciclos econômicos, provocou o envio dos agenciadores de mão de obra ao Ceará e a subvenção de passagens de navio aos trabalhadores cearenses. Percebemos que, desde o início da emigração cearense, para garantir os meios de sobrevivência até 1915, os fluxos migratórios não arrefeceram. Pelo contrário, só cresceram, deixando para as próximas gerações de cearenses redes sociais noutros Estados do país. O prolongamento dessas redes permitiu aos cearenses continuarem migrando por todo o século XX, fazendo da migração uma prática cultural <sup>117</sup>.

A partir da década de 70 do século XIX, quando essa migração começa a ganhar impulso, atingindo as relações de produção, Governo e sociedade passam a fazer discursos ou propagandas contrários a ela. É nas mensagens de Governo do Ceará e nas páginas do jornal que resgatamos a construção de imagens negativas sobre a emigração de cearenses, sendo explorados temas que denotam as dificuldades de integração do emigrante, sobretudo na extração do látex na Amazônia. Como Governo estadual e sociedade tinham como interesse encerrar com o êxodo da população, percebemos a construção de discursos semelhantes entre

---

<sup>117</sup> Sobre a cristalização da cultura da migração no cotidiano dos cearenses, ver Cavalcante (1997, p. 109-137).

essas duas instituições, o que demonstra que havia um intercâmbio de imagens e informações, ou melhor, uma articulação entre essas duas instituições para bloquear a migração, tentando acabar com este padrão de deslocamento populacional. Desse modo, passam a construir e veicular imagens negativas sobre as sociedades de destino dos emigrantes cearenses, tais como: insalubridade do clima e péssimas condições de trabalho.

Entretanto, a analogia dos discursos entre Governo estadual e sociedade restringe-se ao que foi acima referido, no tocante à construção de imagens negativas sobre os locais de destino dos fluxos migratórios. Enfocamos que, quando a sociedade parte para a crítica ao Governo estadual por causa de seu não intervencionismo na emigração, o seu discurso ganha uma nova dimensão, ou seja, uma dimensão de cobrança, de ênfase na ausência estatal que, logicamente, não poderia estar presente nas mensagens dos presidentes da Província do Ceará. Assim, o Governo do Ceará, como não tinha argumentos para criticar a sociedade pela formação dos fluxos migratórios, responsabiliza o indivíduo, tratando sociedade e indivíduos como ontologicamente diferentes<sup>118</sup>. As diferenças entre os discursos do Estado e da sociedade tornam-se mais visíveis a partir do momento em que a sociedade, representada por intelectuais urbanos, passa a construir as vias explicativas do fenômeno migratório, sob a influência das teorias racistas e do determinismo geográfico. Nesse sentido, essas diferenças entre o discurso oficial do Estado e o discurso da sociedade residem em dois elementos analíticos. O primeiro é que, nos estudos científicos, a discussão das causas do fenômeno migratório está influenciada pela antropologia racista e pelo determinismo geográfico, ou seja, é trabalhada a tese de que as emigrações são determinadas pela raça e meio hostil, e não, simplesmente, pela falta de esperteza e ambição do cearense, que, facilmente, era seduzido pelos agenciadores, tal como defendia o Governo estadual. O segundo é que esses cientistas criticam fortemente a ausência de Governo na vida dos mais pobres, ou dos que estão mais sujeitos a migrar. Agora, eles só fazem essas críticas na inflexão de suas teorias, ou no que ficou conhecido por Schwarz (1993) como “rearranjo teórico”, já que, *a priori*, as causas de qualquer fenômeno social já estariam definidas pelos determinantes raça e meio ambiente.

Assim, a emigração cearense, segundo os cientistas, que em nossa pesquisa sócio-histórica são representados por Rodolfo Teófilo, Antonio Bezerra e Miguel Arrojado Lisboa, tem causas primárias – diretamente envolvidas com os determinantes raça e meio ambiente – e as secundárias, inseridas no “rearranjo teórico”, e que estão voltadas ao social, ou seja, são

---

<sup>118</sup> Sobre os interesses que estão por trás dessa diferença ontológica entre sociedade e indivíduo, ver Elias (1994b, p. 73 e ss).

críticas ao Governo estadual e ao Governo Federal. Assim, para Rodolfo Teófilo, é a causa principal da migração cearense o nomadismo da raça vermelha, indígena; já as causas secundárias vinculam-se à ausência de Governo, às secas e ao fatalismo sertanejo. Para Antonio Bezerra, é o nomadismo dos ciganos o fator principal do deslocamento de cearenses, sendo consideradas causas secundárias a seca e a ausência de Governo. E para Arrojado Lisboa, mais devotado às teorias do determinismo geográfico, o impulsor principal desse deslocamento populacional são as secas do Ceará, sendo as causas secundárias relacionadas diretamente ao social e à ausência de Governo.

Embora as diferenças sobre as explicações do fenômeno migratório entre Governo e sociedade sejam tão perceptíveis nesse ponto, a perspectiva da análise desses dois discursos guarda semelhanças, tirante, evidentemente, a questão da ausência de Governo. Assim, o Governo declara que a ilusão, a fantasia, a mania, as secas, a ambição e a falta de esperteza do migrante são os responsáveis pelo êxodo, trabalhando, portanto, com os preconceitos construídos pelas elites econômicas para caracterizar o trabalhador livre nacional. Já a sociedade, sobretudo os cientificistas, faz uma leitura racista, enfatizando uma determinada cultura dos trabalhadores livres, vinculada a “grupos raciais” específicos – índios, ciganos, caboclos – como elemento determinante da emigração cearense. Como exemplo disso, Teófilo identifica o defeito atávico de migrar dos cearenses como resultado da herança cultural indígena, da qual os trabalhadores mestiços não estão livres. Dessa forma, isto não quer dizer que eles não associem a emigração aos trabalhadores livres. Enquanto os cientificistas definem uma parte desse grupo como responsável por essa migração, o Governo, seguindo mais os preconceitos das elites econômicas – que não deixam, também, de encarnar uma dimensão racista – responsabiliza todo o grupo social dos trabalhadores livres pela emigração. Então, Governo e sociedade chegam ao mesmo foco de responsabilização dos indivíduos pela emigração cearense, embora por caminhos distintos.

Ao analisarmos a configuração social dos emigrantes cearenses, percebemos que os sentidos e significados construídos pelo Estado e pela sociedade sobre a migração e os migrantes não estão relacionados com as transformações sociais ocorridas no Ceará, no final do século XIX e começo do século XX. Essas transformações são verdadeiras rupturas do equilíbrio tradicional de tensões e derivam da inserção da economia do Ceará à economia mundial. Tais rupturas materializam-se em fenômenos específicos marcantes à época: a demarcação das terras; a autonomização do trabalho apenas como atividade econômica, desligado da esfera da cultura; a abolição da escravidão e, por conseguinte, falta de

trabalhadores nos grandes ciclos econômicos do país; e o combate à seca, através da retirada de cearenses de seu contexto de origem. Assim, não defendemos que essa configuração social determinou, de forma categórica e exclusiva, a migração cearense, mas que, como enfatizamos em nossa interpretação, essa figuração fez-se extremamente favorável à construção de fluxos migratórios. E, como configuramos em nossa argumentação, os preconceitos das elites econômicas da época, a antropologia racista e o determinismo geográfico contribuíram para que a análise dessa figuração social e sua relação com a migração cearense ficasse à margem dos sentidos e significados atribuídos ao fenômeno migratório no Ceará, sendo considerado, no máximo, uma ou duas rupturas, dentre as inúmeras resultantes dessa relação e, que aconteciam nessa conjuntura de crescimento capitalista. Nesse sentido, nossa pesquisa buscou, em um esforço sistemático e permanente, reunir todos os elementos dessa configuração social, que, a nosso ver, foram favoráveis à formação dos fluxos migratórios.

Assim, através da análise da configuração social dos migrantes, percebemos que a constituição do fenômeno do nomadismo não tem fundamento na história do Ceará. Portanto, este fenômeno não pode explicar as emigrações cearenses. Entretanto, os cientificistas, o Governo estadual e a sociologia adotaram o nomadismo, em suas análises, para explicar o deslocamento de cearenses no território nacional. Entrementes, os cearenses, ao contrário dos paulistas, até a década de 70 do século XIX, tendiam a manterem-se fixos ao território, sem fluxos migratórios mais amplos. Eles só passaram a migrar, no sentido de buscar garantir os meios de sobrevivência, após a década de 70 do século XIX, e é importante destacar que sua emigração não tem nenhuma característica dos deslocamentos dos povos nômades. Buscamos em nosso estudo, portanto, chamar a atenção para uma definição mais precisa desse fenômeno, demarcando que a perspectiva do nomadismo anula as particularidades dos trabalhadores livres do Brasil. Construimos essa demarcação da impropriedade de explicar o nomadismo a partir do resgate de dois elementos-chave: os fundamentos de fixação da população no espaço cearense, tais como: a pecuária, o algodão, o café e cera de carnaúba; e as diferenciações entre os trabalhadores livres do Ceará e os trabalhadores livres de São Paulo, Pernambuco e Piauí.

Outro significado construído pelo Governo estadual e sociedade que encobre a configuração social dos migrantes é o conceito de retirante. À medida que este conceito foi se impondo nas análises sobre as migrações do Ceará, perde-se a possibilidade teórica de encontrar outros segmentos de migrante, que não emigram em períodos de grande estiagem,

ou seja, que estão em outra situação social que não é a mesma do chamado “retirante das secas”, embora façam parte do mesmo grupo social de sertanejos pobres. Enfatizamos que este conceito foi imposto pelo Governo federal, quando definia a proteção social apenas aos retirantes, com o objetivo de forçar os sertanejos a se retirarem de suas localidades do sertão para o litoral, embarcando nos navios que tinham o Sul como destino, já que era essa a forma que o Governo federal definiu para transferir os sertanejos para os cafezais que necessitavam de mão de obra. O Governo estadual também impôs o conceito de retirante para representar os migrantes cearenses, mas com o objetivo totalmente diferente do Governo federal, pois não queria forçar os sertanejos a saírem de suas localidades com a imposição desse conceito na política de socorros públicos e, sim, retirar o Governo do Ceará de qualquer relação com os fluxos migratórios, associando-os apenas à intempérie da seca e à própria necessidade de os sertanejos emigrarem durante esta intempérie para garantir a sobrevivência. Assim, nesta lógica, a migração da população cearense era decorrente de condições naturais.

Esses argumentos do Governo federal e do Governo estadual reforçam a associação hegemônica entre seca e migração. Desse modo, incorre-se na invisibilidade do emigrante que saía do Ceará com alguns bens e, portanto, numa situação totalmente diferente da do chamado “retirante” das secas. De fato, os historiadores não perceberam as diferenças sociais em torno desses dois segmentos de migrantes, e não deram a atenção devida às diferenças de condição social circunscritas nesse mesmo grupo social. A partir de nosso trabalho de “interpenetração mútua” entre história e sociologia, podemos bem delinear as diferenças entre migrante e retirante, emigração cearense e nomadismo. Insistimos em tais diferenciações para que haja o desenvolvimento necessário aos estudos migratórios.

No intuito de encerrar com essa emigração, vimos que o Governo estadual e a sociedade cearense partem para ações mais efetivas de controle social da população. As primeiras ações foram a criação de impostos, tentando barrar a ação de agenciadores que vinham buscar os cearenses. Depois, o Governo do Ceará tenta implantar o serviço de imigração – verdadeira febre no país – que lutava contra a falta de braços. Tal iniciativa fracassa, pois o Estado do Ceará não dispunha da infraestrutura exigida para receber os imigrantes, e porque era extremamente difícil trazer os imigrantes para o território cearense, já que as companhias de navegação italianas não tinham nenhuma ligação com esse Estado e, também, porque o Ceará era conhecido como terra das secas, não oferecendo, portanto, nenhum elemento de atração aos pobres imigrantes europeus.

Ademais, a implantação desse controle social enfrentou outro grande obstáculo: a política de socorros públicos do Governo federal, cujo objetivo era transformar todas as verbas destinadas à proteção social dos sertanejos em passagens de navio a vapor para o Sul do país. Isto foi obra dos paulistas que dominavam o Governo federal e queriam aproveitar a mão de obra dos retirantes, enquanto não resolviam os problemas relacionados à imigração de europeus para suas terras. Assim, como os cafeicultores precisavam de trabalhadores para aproveitar o espaço conquistado pelo café no mercado mundial, o Governo federal só ajudava o Estado do Ceará com a transferência dos cearenses para o Sul. É daí que surge uma verdadeira guerra em torno da mão de obra dos sertanejos cearenses entre a oligarquia cafeeira paulista e as oligarquias do Ceará. Esta guerra tem os Estados amazônicos como elementos que contrabalançam a supremacia paulista, já que esses Estados também entram na disputa e, também, porque a oligarquia do Ceará prefere perder trabalhadores para a Amazônia do que para o Sul.

Mesmo com a oposição da sociedade cearense, a oligarquia paulista conseguiu transferir as vítimas da seca para os cafezais. Essa transferência, que se traduziu em mais um fluxo migratório que saía do Ceará, não foi devidamente configurada pela historiografia brasileira. À medida que a emigração cearense para o Sul era esquecida, os fluxos migratórios de cearenses para Amazônia ganhavam cada vez mais força nos estudos históricos. Podemos dizer que só agora, sobretudo após a renovação da historiografia brasileira, é que temos pesquisas que registram a relevância da migração cearense para o trabalho nos cafezais do Sul, no final do século XIX.

Ao que tudo indica, este ocultamento da migração de cearenses para o Sul, mais precisamente para São Paulo, deve-se a um duplo motivo. O primeiro foi devido à quantidade de emigrantes, que não alcançou o elevado número de imigrantes europeus – sobretudo o de italianos. O segundo foi devido à construção de uma identidade paulista exclusivamente imigrante, considerando os fluxos europeus, levando o paulista a se identificar apenas com o branco europeu e, não com os mestiços brasileiros, que eram classificados, na época, como seres inferiores. Porém, o conjunto de fontes, que apresentamos, demonstra que houve grande fluxo migratório de cearenses para o Sul, no final do século XIX, principalmente com destino para o porto do Rio de Janeiro, o que leva a crer que os migrantes partiam de lá para outros locais de destino. E, os estudos apontam que o falido Vale do Paraíba – que não tinha condições de organizar o serviço imigratório – aproveitou-se bastante da mão de obra dos sertanejos cearenses.

Assim, o uso desta mão de obra dos sertanejos cearenses pelos cafeicultores do Sul impõe uma questão: até que ponto o racismo das elites do país discriminou e, mesmo, inviabilizou a inserção do trabalhador livre nacional no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre? Não se pode dizer que os retirantes cearenses estavam isentos dos preconceitos e classificações que eram direcionados aos trabalhadores livres e que, por isso, foram convocados para trabalhar nos cafezais. Eles também estavam inseridos no grupo dos trabalhadores livres nacionais, ou seja, eram classificados com todas aquelas adjetivações pejorativas, tais como: *inexperitos, preguiçosos, criminosos, incautos, inconscientes, desanimados, imprevidentes, indolentes etc.* Portanto, é preciso que se tenha cuidado com afirmações que denotam excessivo racismo dessas elites, a ponto de afirmarem que os cafeicultores deixariam de lucrar por causa da falta de mão de obra imigrante, mesmo tendo “disponibilidade” da mão de obra nacional.

Os processos investigativos revelaram que parte dessa elite, envolvida com a vinda de imigrantes europeus, tentava, de todas as maneiras, transferir os sertanejos do Ceará para o Sul do país. Como exemplo disso, temos a atuação do Conselheiro Antonio da Silva Prado, um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Imigração. Assim, demonstramos que o racismo da elite brasileira não foi suficiente para impedir a entrada de milhares de cearenses, mestiços, no trabalho dos cafezais. O que ela queria era lucrar, ou não perder os lucros espetaculares do café. E os cafeicultores – como representantes máximos da elite econômica e política do país, à época – só não conseguiram transferir mais cearenses para os cafezais, porque outra elite se levantou contra eles: a dos latifundiários pecuaristas, mais fraca econômica e politicamente, mas nem por isso acovardada. Desta forma, não foi o racismo contra os caboclos que atrapalhou a transferência de cearenses para São Paulo. É, portanto, a classe dos latifundiários pecuaristas, que moverão céus e terra para não perder seus trabalhadores, capangas e eleitores para o Sul desenvolvido<sup>119</sup>. No entanto, certos historiadores e sociólogos não admitem esta tendência, porque redimensionam a questão do imigracionismo no Brasil, destacando apenas as elites econômicas planejando a vinda de imigrantes europeus para o país.

A luta entre a oligarquia paulista e cearense pela mão de obra dos classificados como “retirantes” só vai arrefecer quando os latifundiários pecuaristas se articulam como uma importante classe social e quando o Estado de São Paulo estabelece definitivamente o serviço

---

<sup>119</sup> Ver: Furtado (2009, p. 191).

de imigração, com a instrumentalização do Estado brasileiro. Neste contexto, embora esta luta tenha diminuído, os fluxos migratórios para o Sul continuaram a existir e, pode-se até dizer, que, depois da segunda metade do século XX, eles tenderam a aumentar. Em nosso período de estudo, ou mais precisamente entre 1888 e 1915, percebemos que não houve interrupção da migração de cearenses para o Sul, mas que o número dessa migração variou bastante. Vimos que, até certo ponto, podemos indicar isso como um desdobramento da luta entre essas duas importantes oligarquias do cenário nacional. Enquanto na seca de 1888, houve o deslocamento de quase um terço dos migrantes para o Sul, ou de 10 mil num total de 30 mil emigrantes, na seca de 1900, de 40 mil migrantes, apenas 2.043 foram para o Sul, e na seca de 1915, do total de 39.313, somente 8.511<sup>120</sup>. Agora, estes números não representam o total de emigrantes que saíram entre 1888 e 1915, eles só representam os que se deslocaram nessas grandes secas.

Outro fator que contribuiu para o arrefecimento desta luta pela mão de obra dos retirantes foi a organização da Inspetoria das Secas em 1909. Tendo como intuito fixar a população do Ceará, este órgão ajudará a controlar socialmente os migrantes, principalmente durante as grandes secas. Foi Francisco Sá – genro de Antonio Pinto Nogueira Acióli, que criou a Inspetoria das Secas, no efêmero Governo de Nilo Peçanha (1909-1910). Agora, a criação desse órgão não encerrou com essa disputa entre a oligarquia paulista e a cearense, mas, sim, deixou-a mais complexa, sem as manifestações apaixonadas de antes, e sob as regras do Congresso Nacional.

Com um programa avançado de combate às secas, ou à migração, a IOCS pretendia solucionar a má fixação do homem no sertão cearense. Era, pois, através do estudo da flora e fauna da região e da instalação de uma infraestrutura moderna de portos, açudes, poços e estradas, que esse órgão buscava diminuir a emigração cearense. Porém, em nossas incursões investigativas, vimos que o órgão fracassou em seu intuito, pois as oligarquias do Sul não deixaram a IOCS se movimentar como estava planejado pelo seu corpo científico. A concepção de seca adotada por este órgão, que ficou conhecida como “solução hidráulica concentracionista”, não modificou as duras condições de vida dos sertanejos. E mais: esse órgão logo foi instrumentalizado pelas oligarquias do Norte, que aproveitaram este espaço institucional para desenvolver as engrenagens da indústria da seca.

---

<sup>120</sup> Os números referentes às secas de 1900 e de 1915 são de Rodolfo Teófilo (1980, p. 120). Já os referentes à seca de 1888 foram retirados de nossas fontes, sobretudo das Relações de Emigrantes Norte-Sul.

Assim sendo, a IOCS nada fez para modificar a figuração social dos cearenses, favorável aos deslocamentos populacionais. De fato, essa Inspetoria só reforçou tal figuração. Mas, ao contrário da ação que buscava a fixação da população, a IOCS restringiu seu âmbito de atuação, intervindo de forma violenta e superficial, na emergência das secas. Era com o trabalho na construção das obras públicas contra as secas, em troca de uma simples ração ou de uma vil diária, que a IOCS tentava controlar os sertanejos. Terminada a seca, o Governo encerrava as obras, os sertanejos perdiam essa via de proteção social e os latifundiários voltavam a ter sua oferta de mão de obra. Logo, ao invés da IOCS encerrar com essa figuração social dos sertanejos cearenses, ela a reproduziu e a reforçou.

É na seca de 1915, portanto, que assistimos a primeira experiência do Estado brasileiro na fixação da população sertaneja. Neste momento, os engenheiros da IOCS modificaram a organização do trabalho das obras contra as secas, no sentido de alistar o maior número de trabalhadores possível. Várias obras foram criadas para não deixar que os sertanejos cruzassem as fronteiras do Ceará, tornando-se migrantes. Entretanto, quando passava o período da estiagem, a IOCS praticamente não funcionava, servindo somente para as oligarquias do Norte darem impulso às engrenagens da conhecida indústria da seca.

Em nossas interpretações, enfocamos que foi através do “retirante cearense” que os latifundiários conseguiram atrair investimentos para a região Norte. Investimentos estes que só serviram para sua classe, como, por exemplo, a construção de grandes açudes para desenvolver seus currais e engenhos de cana-de-açúcar. Deste modo, os latifundiários utilizaram a miséria dos sertanejos pobres para beneficiarem seus negócios. E para os sertanejos pobres, não houve absolutamente nada, exceto uma fraca proteção social nos períodos da seca, para reforçar suas frágeis redes sociais. Assim, o prejuízo que os latifundiários tiveram com a emigração subvencionada dos cearenses no Império e na República, que acabou atingindo as relações de produção, descontou-se com a montagem da IOCS, no 20º ano de implantação do sistema republicano. A rigor, com a sistematização do combate aos efeitos da seca, ou com a modernização da indústria da seca – trabalhando, agora, a todo o vapor – eles teriam meios mais eficazes de controle da mão de obra da região, e, também, formas de garantir o desenvolvimento de seus negócios particulares com o dinheiro público.

Ao longo dos processos analíticos, vimos que a emigração cearense está intimamente ligada aos ciclos econômicos da borracha e do café. Podemos dizer que, se não

fosse essa emigração de trabalhadores, dificilmente o Brasil teria atendido às demandas do mercado mundial por esses produtos. A província do Ceará, nesse sentido, não tem uma forte economia, pois convive com a escassez de água. Contudo, tem grande oferta de mão de obra – item fundamental para qualquer tipo de economia – e que as Províncias ricas do país não possuem. Dessa forma, o trabalhador cearense torna-se alvo de constantes propagandas, promessas e planos – vindos de outras Províncias – para mudar de vida, ou melhor, sair do contexto de pobreza que está mergulhado. O trabalhador cearense é alvo, então, de tensões políticas entre diferentes Províncias, entre Governo federal e o Governo estadual do Ceará, entre este e a sociedade cearense etc. E, assim, mesmo sem ele saber, ele é um dos protagonistas da economia brasileira, imersos no “olho do furacão”.

Devemos dizer que o emigrante cearense viveu todas essas experiências de viagem, de trabalho e de vida, por causa de sua situação social. Ele foi alvo das intervenções das classes agrárias, ou dos latifundiários pecuaristas, na defesa de seus interesses. Vivendo em constante insegurança, ele enfrentou, não de braços cruzados, novas relações de trabalho, que dificultavam mais ainda a obtenção de seus meios de sobrevivência. Quando surgiu a República, suas esperanças se renovaram, mas logo se apagaram com a repressão aos seus pares e irmãos em Canudos. Assim, nem os Governos militares, nem os Governos civis da República tiveram a coragem de desmontar a estrutura agrária do país, chefiada por régulos e coronéis.

Portanto, o Império e a República dos fazendeiros não deram oportunidades de mobilidade social para o sertanejo pobre. Ele continuou esquecido em sua ribeira, passando fome muitas vezes, e sendo perseguido e humilhado sempre. Foi ele que fez a riqueza da borracha, e que plantou e colheu café, juntamente com os imigrantes, mas não teve o justo reconhecimento. Ainda hoje é discriminado pelos seus irmãos do Sul, porque simplesmente faz os trabalhos mais desgastantes desta Nação. E, quando seus pretensos representantes utilizam-se de sua miséria para angariar políticas em prol de seu desenvolvimento material, é, mais uma vez, para lhe roubar e enganar. Cansados de serem roubados pela republiqueta do Brasil, eles migram do Ceará, para depois remigrarem, porque a maioria ainda prefere a pobreza de sua ribeira do que a mobilidade social em terras estranhas<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> “Somadas as parcelas de emigrantes saídos entre 1877 a 1943, temos 609. 324, dos quais regressaram 384. 360, segundo dados oficiais que compulsámos, correspondendo o coeficiente de fixação do homem na Amazônia a 37%” (ALVES, 1945, p. 342).

Nos dias de hoje, a emigração cearense continua existindo. Embora de forma silenciosa e com fluxos menores. Tantos os moradores da capital quanto os do interior emigram. No interior, principalmente nos municípios que fazem parte da região semiárida, percebe-se a migração de milhares de jovens e adultos para Minas Gerais e São Paulo, com o objetivo de conseguir alguma renda nas lavouras da cana-de-açúcar e do café, para, assim, manter sua família no sertão cearense. Os pobres, que moram na capital, também migram com a intenção de ajudar suas famílias. Já os indivíduos, que são identificados como pertencentes à classe média, deslocam-se à procura de relações mais liberais e dos diversos serviços que uma megalópole pode lhes oferecer. Assim, enquanto os cearenses continuam migrando, o Ceará tem atraído um número significativo de migrantes nacionais e internacionais, principalmente após o desenvolvimento das práticas turísticas.

Desse modo, a emigração cearense, que teve início nos idos de 1870, continua ocorrendo, depois de tomadas várias atitudes de controle social. Pode-se dizer que os fenômenos sociais que foram acusados de serem as causas dessa migração no passado, tirante as questões raciais, são vistos ainda hoje como determinantes na formação dos fluxos migratórios. A seca, por exemplo, é um deles, embora o Governo federal tenha combatido essa intempérie sistematicamente. No passado, como vimos, o que havia era configuração extremamente favorável à emigração da população cearense. Principalmente, porque havia uma conjuntura de seca, de falta de trabalhadores para os ciclos econômicos do país e de crescimento das relações capitalistas. Por fim, é preciso estar atento à via analítica circunscrita por Celso Furtado (2009, p. 188): “A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão de obra”.

## REFERÊNCIAS

### 1. Fontes primárias

#### 1.1 Periódicos

##### a. Jornais

Unitário – Fortaleza, 1909,1910, 1911.

Diário de Belém – Belém, 1889.

(Obs.: Esses jornais se encontram no Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e no Arquivo Público do Estado do Ceará).

#### 1.2 Mensagens e Relatório do Governo do Estado

##### a. Mensagens

Foram pesquisadas as Mensagens (dirigidas à Assembleia Legislativa do Ceará) dos seguintes presidentes do Estado do Ceará:

Tenente Coronel José Freire Bizerril Fontenelle, 1893, 1895.

Dr. Antonio Pinto Nogueira Acióli, 1897, 1898, 1899, 1900.

Dr. Pedro Augusto Borges, 1901.

Tenente-Coronel Marcos Franco Rabelo, 1913.

Coronel Benjamim Liberato Barroso, 1915.

(Obs.: Todas essas mensagens se encontram no *site Center for Research Libraries*: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>, 2-2011).

##### b. Relatórios

Relatório do Dr. Henrique D'Ávila, presidente do Estado do Ceará, 1889.

Relatório do Dr. Thomaz Pompeu Pinto Acióli, secretário dos Negócios do Interior, 1896.

Relatório do Dr. José Pompeu Pinto Acióli, secretário dos Negócios do Interior, 1897.

Relatório do Dr. José Pompeu Pinto Acióli, secretário dos Negócios do Interior, 1905.

(Obs.: Esses relatórios foram pesquisados no Arquivo Público do Estado do Ceará).

#### 1.3 Documentos, relatórios, memórias e processos.

##### a. Documentos

Ofícios do Ministério dos Negócios do Império para o Governo do Estado do Ceará, 1888-1889.

Telegramas do Ministério do Império para o Governo do Estado do Ceará, 1888.

Relação de Emigrantes Norte-Sul, 1889.

Circular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1888.

Apontamentos para o Relatório de 1º de junho a 31 de maio de 1916.

(Obs.: Todos esses documentos se encontram no Arquivo Público do Estado do Ceará).

#### **b. Relatórios**

Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1913. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, IOCS, 1913.

Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, IOCS, 1917.

Relatório das Obras Novas Contra as Secas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, IFOCS, 1920.

(Obs.: Esses relatórios se encontram na Biblioteca do Departamento de Obras Contra as Secas).

#### **c. Memórias**

CARNEIRO, Bernardo Piquet; SOUZA, José Ayres. Memórias e projetos de açudes estudados e elaborados pelas comissões do açude de Quixadá e Açudes e Irrigação. Publicação 8, Série II, H. Rio de Janeiro, 1910.

(Essas memórias foram pesquisadas na Biblioteca do Departamento de Obras Contra as Secas).

#### **d. Processos**

Processos do açude público Acarape do Meio.

Processos do açude público Tucunduba.

(Obs.: Esses processos se encontram no Arquivo Técnico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

## **2. Referências bibliográficas**

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1960.

ALVES, Joaquim. Notas para uma introdução à histórica. IN: FILHO, Antonio Martins; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 2ª edição. Fortaleza, CE: Editora Fortaleza, 1945.

\_\_\_\_\_. **História das Secas** – séculos XVII ao XIX. Edição fac. Símile da de 1945. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

ALENCAR, José de. **Iracema (Lenda do Ceará)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.

\_\_\_\_\_. **O sertanejo**. 8ª edição, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 43ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. 2ª edição. São Paulo: Livraria duas cidades, 1983.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão**: um lugar-incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. 1998. 279f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol (natureza e costumes do Norte)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEZERRA DE MENEZES, Antônio. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Editorial Presença: Lisboa, 1996.

BRÍGIDO, João. **Ceará (homens e fatos)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: a revolução da historiografia francesa**. São Paulo: Unesp, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2010.

CARLIEAL, Adelita Neto (org). **Transições migratórias**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

CARONE, Edgard. **A República Velha I: instituições e classes sociais (1889-1930)**. 4ª edição, São Paulo: Difel, 1978.

\_\_\_\_\_. **A República Velha II: evolução política (1889-1930)**. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Primeira República (1889-1930): texto e contexto**. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1976.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. A cristalização de uma cultura de migração no cotidiano de indivíduos, famílias e jovens interioranos do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. CXI, ano CXI, p. 109-137, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O “Brasil real” em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. Formação social e psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte: investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução de Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CRANDALL, Roderic. **Geographia, geologia, suprimento de água, transportes e açudagem nos estados orientais do norte do Brasil: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba**. IFOCS: Rio de Janeiro, 1923.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões: (campanha de Canudos)**. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CUNNIF, Roger. The birth of the drought industry: imperial and provincial response to the great drought in the northeast Brazil (1877-1879). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, Vol. VI, nºs 1/2, p. 65-82, 1975.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (orgs). **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdFUSCar, 2005.

DIAS, Arthur. Ceará. (Do livro *O Brasil Actual 1904*). **Revista do Instituto do Ceará**, t. XXVII, ano XXVII, 1913.

EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, século XVIII e XIX**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte: investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução de Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

\_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Vol. 2. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro.** 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Assuéro. **A aventura da sobrevivência: migrações cearenses na década de 1990.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

FERREIRA, Lúcia Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FILHO, Antonio Martins; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará.** 3ª edição, Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

\_\_\_\_\_. **O Ceará.** 2ª edição. Fortaleza, CE: Editora Fortaleza, 1945.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil.** Tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano.** 16ª edição. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FROTA, Luciana Silveira de Aragão e. **Documentação oral e temática da seca: estudos.** Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará.** 2ª ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. IN: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

GOULD, Stephen J. **A falsa medida do homem.** Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Brasília: Senado Federal, 2002.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERG, 2005.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café e sociedade em São Paulo**. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre a história: ensaios**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975.

LIMA, Pedro Airton Queiroz. O café na Província do Ceará. IN: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. O Problema das Sêcas. **Boletim do DNOCS**, vol. 20, 1959.

LUETZELBURG, Phillip Von. **Estudo botânico do Nordeste**. Vol. 2. IFOCS: Rio de Janeiro, 1923.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O dezoito de Brumário de Luis Bonaparte**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1970.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta:** as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: SECULT, 2002.

MOURA, Denise Aparecida Soares da. **Saindo das sombras:** homens livres no declínio da escravidão. Campinas: Unicamp, 1998

MUNOZ, Humberto e, OLIVEIRA, Orlandina. A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. IN: MOURA, Hélio (coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: BNB ETENE, 1980.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

NETO, Helio Pova; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs). **Cruzando fronteiras disciplinares:** um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

NETO, Manuel Soares Bulcão. **A eloquência do ódio:** reflexões sobre o racismo e outras alofobias. São Paulo: LivroPonto, 2009.

NETO, Manuel Domingos; Borges, Geraldo Almeida. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense.** 2ª edição. Teresina: CEPRO, 1987.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

\_\_\_\_\_. A lei de terras e a lei da vida: transformações do mundo rural no Ceará do século XIX. **Estudos de História,** Franca, v.8, n.2, p. 37-58, 2001.

NIESTZCHE, Friedrich. **Escritos sobre História.** Apresentação, tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense.** (Ed. fac. sim). Fortaleza: NUDOC/ SECULT – Arquivo Público do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma religião.** 6ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PAIVA, Oldair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de imigrantes de São Paulo.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PATROCÍNIO, José. **Os retirantes**. São Paulo, Editora Três, 1973.

PERRUCCI, Gadiel. O canto do cisne dos barões do açúcar (um congresso de classe). In: CEPA. **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife (Outubro de 1878)**. Edição fac-similar comemorativa do primeiro centenário (1878-1978). Pernambuco: CEPA, 1978.

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20/21, nº ½, p. 199-230, 1989/1990.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza na Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. 4ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

PORTO, Eymard. **Babaquara, Chefetes e cabroeira: Fortaleza no início do século XX**. Fortaleza: SECULT, 1991.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. “Fome de braços” – Questão nacional: notas sobre o trabalho livre no Nordeste no Século XIX. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 16/17, nº ½, pp.105-142, 1985/1986.

\_\_\_\_\_. Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: origem do trabalho livre no Ceará colonial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20-21, nº ½, 1989/1990.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 90ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 104ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas**. 4ª edição. Tours: Typographia Arrault & Cia., 1927.

RIBEIRO, Rafael Winter. Seca e determinismo: a gênese do discurso do semi-árido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências**, Vol. 22, p. 60-91, 1999.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na Seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2001.

RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução de Cristina Muracho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Uma pobreza 'exótica': a imigração argelina na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 17, ano 6, p. 85-107, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento e lógica camponesa. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 2(1): p. 75-114, 1990.

SECRETO, María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. *Trajetos*: **Revista de História UFC**, Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003, p. 47-65.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. In: TRUZZI, Oswaldo e, DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (orgs). **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdFUSCar, 2005.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **História das Secas (Século XX)**. Fortaleza: Ed. Batista Fontenelle, 1953.

\_\_\_\_\_. **O Problema das Sêcas no Ceará**. 2ª edição, Editores Gadelha S. Filho, 1920.

\_\_\_\_\_. O homem do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano LI, p. 321-88, 1937.

STUDART, Guilherme. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

TEÓFILO, Rodolfo. **O Paroara**. 2ª edição. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974.

\_\_\_\_\_. **Variola e vacinação no Ceará.** Ed. fac-sim. - Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Sedição de Juazeiro.** 2ª edição. Fortaleza: Editora Terra do Sol, 1969.

\_\_\_\_\_. **A Seca de 1915.** 2ª edição. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

\_\_\_\_\_. **A seca de 1919.** Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

\_\_\_\_\_. **A fome. Fortaleza:** Edições Demócrito Rocha, 2002.

\_\_\_\_\_. **A libertação do Ceará:** queda da oligarquia Accioly. Fac-sim – edição de 1914. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

\_\_\_\_\_. **História da Secca do Ceará (1877 a 1880).** Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário:** trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850-1920). Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: USP, 1993.